

Raízes

dezembro/94

10

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

neste número

- NORDESTINIDADE
- MODERNIZAÇÃO
- TAYLORISMO
- ESCRAVIDÃO E CAPITALISMO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
MESTRADOS EM ECONOMIA E SOCIOLOGIA
Campus II - CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

Raízes

dezembro/94

10

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

neste número

- NORDESTINIDADE
- MODERNIZAÇÃO
- TAYLORISMO
- ESCRAVIDÃO E CAPITALISMO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
MESTRADOS EM ECONOMIA E SOCIOLOGIA
Campus II - CAMPINA GRANDE - PARAÍBA

RAÍZES

Ano XIII, nº 10, Dez. 1994
Revista periódica de Ciências Sociais

EDITOR

Manoel Luiz Malaguti (UFPB-CG)

CONSELHO EDITORIAL

Elbio Troccoli Pakman (UFPB-JP)
Ghislaine Duqué (UFPB-CG)
Gian Mário Giuliani (UFRJ)
José Heleno Rotta (UFPB-CG)
Ivony L. M. Saraiva (UFPB-CG)
João Otávio Paes de B. Junior (UFPB-CG)
Magnólia Gibson da Silva (UFPB-CG)
Manoel Correia de Andrade (UFPE)
Manoel Luiz Malaguti (UFPB-CG)
Márcio Caniello (UFPB - CG)
Maria da G. S. Gareis (UFPB-CG)
Maria L. G. de Carvalho (UFPB-CG)
Maria N. B. Wanderley (UNICAMP)
Paola Cappelin Giuliani (UFRJ)
Paulo Ortiz (UFPB-CG)
Sebastian Sanchez Martin (UFPB-CG)

COMITÊ DE REDAÇÃO

Claudio Cavalcanti (UFPB-CG)
Fernando G. Oliveira (UFPB-CG)
Josemir Camilo de Melo (UFPB - CG)
Lúcia Helena O. Cunha (UFPB-CG)
Maria Cristina M. Marin (UFPB-CG)

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Manoel Luiz Malaguti

APOIO

UFPB (Reitoria e CH)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA

Reitor: Neroaldo Pontes de Azevedo
Pró-Reitoria de Pós-Graduação:
Rosa M. Godoy da Silveira
Diretor do Centro de Humanidades:
João Rodrigues dos Santos
Mestrado em Economia
Coordenador: José Heleno Rotta
Mestrado em Sociologia
Coordenadora: Ghislaine Duqué
Vice-Coodenador: Márcio Caniello

ENDEREÇO DA REDAÇÃO

Universidade Federal da Paraíba -
CH
Mestrados em Economia e em
Sociologia
Av. Aprígio Veloso, 882
58109-970 - Campina Grande - PB
tel.: (083) 333-1000 r. 558 ou 143
Fax: (083) 333-1833
End. Elet.: RAI-
ZES@BRUFPB2.BR

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Raízes, Ano XIII, nº 10, Dez. 94
Universidade Federal da Paraíba -
Campus II
CH/Mestrados em Economia e
Sociologia
CDD - 330
CDU - 338-43(05)

INSSS 0102-552 X

Raízes, 1994

AOS COLABORADORES

Normas Relativas às Contribuições encaminhadas para publicação

1. A revista Raízes só publica trabalhos inéditos, em língua portuguesa e originais.
 2. Tendo como finalidade geral estimular o debate, aceita contribuições de autores das mais diversas tendências.
 3. As contribuições devem ser encaminhadas, se possível, em disquete, utilizando-se preferencialmente os processadores de texto **WORD**, **WORDPERFECT**, **WORDSTAR 6** ou os seguintes (**WINDOWS** ou **DOS**). Na impossibilidade de mandar os textos em disquete, deverão ser entregues datilografados em duas vias, espaço 2, com aproximadamente 30 linhas de 65 toques por página.
 4. Os artigos e ensaios não devem exceder 20 páginas, incluídas as notas de rodapé e as referências bibliográficas. Estas devem obedecer às normas da ABNT. As notas devem constar preferencialmente em baixo da própria página.
 5. As resenhas de livros não devem exceder 2 páginas.
 6. A Redação comunicará aos autores a decisão sobre a publicação ou não dos trabalhos. Não se compromete a devolver os originais.
 7. Pede-se que os colaboradores enviem seu curriculum vitae resumido, constando sua titulação, sua função atual e eventual vínculo institucional, seu endereço, telefone, fax e endereço eletrônico eventual.
 8. Pede-se também que os autores enviem um resumo em português e outro em inglês ou francês, não devendo ultrapassar 10 linhas cada um.
 9. Aos autores serão destinados três exemplares da revista em cujo número seus trabalhos forem publicados.
-

RAÍZES Nº 10

Ano XIII, Dezembro de 1994

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ECONÔMICAS

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| <i>Teresa Cristina Zavaris Tanezini</i> ESCRavidÃO E CAPITALISMO NA "PLANTATION" COLONIAL | 1 |
| <i>André Haguette</i> A NORDESTINIDADE VISTA DO CEARÁ | 19 |
| <i>Manoel Luiz Malaguti</i> TERCEIRIZAÇÃO, TAYLORISMO E CONFLITO | 36 |
| <i>Paulo Ortiz Rocha de Aragão</i> <i>Claudia Nascimento Queiroz</i> COOPERATIVISMO E PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR MODERNIZADA | 47 |
| <i>M^a Lúcia Gonçalves de Carvalho</i> AGROINDÚSTRIA NO NORDESTE | 65 |
| <i>Isabel Lausanne Carneiro Mota</i> ADMINISTRAÇÃO DO TRABALHO | 83 |
| <i>Fábio Gutemberg Ramos B. de Sousa</i> FALAS DE SECA, SILÊNCIOS DA LIBERDADE | 98 |
| <i>Francisco José da Costa Alves</i> NOVAS TECNOLOGIAS, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E EMPREGO | 113 |
| <i>Rosilene Dias Montenegro</i> <i>Robério Ferreira dos Santos</i> A VISÃO NEOCLÁSSICA DA MODERNIZAÇÃO | 127 |
| <i>Jurandir Antônio Xavier</i> OS IDEAIS NA CULTURA TÉCNICA | 153 |

ESCRAVIDÃO E CAPITALISMO NA "PLANTATION" COLONIAL

*Teresa Cristina Zavaris Tanezini**

INTRODUÇÃO

Este artigo constitui um fragmento de nossa Dissertação de Mestrado, "*Os Industriais do Açúcar na "Plantation Colonial"*", que trata da grande exploração canavieira, caracterizada desde o século XVI. Enquanto uma agroindústria, cujo elemento produtivo fundamental era a fábrica de açúcar.

Durante todo o desenvolvimento do trabalho nossa argumentação foi ao mesmo tempo teórica, analisando o pensamento de Karl Marx de sua obra máxima "*O Capital - Crítica da Economia Política*" nos 6 volumes, e histórica, reunindo as provas documentais fornecidas pelas fontes primárias e por outros estudiosos.

A colonização do Novo Mundo foi avaliada no contexto das transformações ocorridas na Idade Moderna, não apenas com relação a Revolução Comercial que forjou a formação do mercado mundial, mas principalmente acompanhando o movimento do capital apropriando-se da produção, na medida em que desdobrava-se a divisão social do trabalho. Gradualmente ia-se constituindo o capital industrial (produtivo) que submetia o capital mercantil.

*Professora da Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Sociologia.

A manufatura e a agricultura em larga escala correspondiam ao período manufatureiro (meados do século XVI a XVIII), baseado no trabalhador coletivo. Diversos autores explicaram a adoção da mão de obra escrava. A compulsão ao trabalho naquelas circunstâncias históricas tornava-se o único modo de obter-se força de trabalho na quantidade necessária às "plantations" e esta exigência, dado ao aumento da escala de produção açucareira nas colônias da América, justificou o renascimento da escravidão na civilização ocidental agora sistemática e organizada com um grande e lucrativo negócio.

O que ressaltamos foi que a cooperação sistemática e em larga escala, fundada na divisão do trabalho era a característica primordial da grande exploração canavieira, tanto pela organização da produção dentro da unidade fabril, quanto a nível do conjunto produtivo da "plantation".

Foi a divisão do trabalho que explicou o sucesso do grande empreendimento que reunia grande número de pessoas; a produção do açúcar em tão larga escala; o funcionamento de um mecanismo complexo de operações especializadas em delicadas operações (pois tratava-se de um processo químico) executadas por uma massa de escravos. Após apresentarmos nossas conclusões referentes às relações técnicas de produção, enfocaremos neste artigo um dos aspectos das relações sociais de produção na "plantation": a relação dos proprietários dos meios de produção com os não proprietários, ou seja, com os trabalhadores livres e escravos e nos deteremos na reflexão teórica da possibilidade de um empreendimento agroindustrial capitalista que desde o século XVI que utilizava a força de trabalho escravo.

1. TRABALHADORES LIVRES E ESCRAVOS

A força de trabalho é uma propriedade do homem que a possui intrinsecamente como energia física e mental. Portanto, a nosso ver, tanto os trabalhadores livres quanto os escravos eram os efetivos proprietários de sua força de trabalho. Os primeiros, feitores, mestres-de-açúcar, banqueiros, soto-banqueiros, purgadores caixeiros e também artesãos, carreiros etc. se dispuseram a empregá-la na fazenda ou no

engenho mediante um contrato de longo prazo, com altos salários anuais na forma monetária (em réis) como registrou Antonil em 1711, fora a "mesa", (alimentação garantida pela Casa Grande) que poderia ser complementada por pomares, quintais e roçados à volta de suas residências, dentro das propriedades canavieiras.

Outros trabalhadores livres se dispuseram a empregar sua força de trabalho na "plantation" temporariamente, por empreitadas ou por encomendas, com salários em espécies ou na forma monetária. Um mercado livre significava para os patrões a possibilidade de requisitarem a mão-de-obra que lhes fosse proveitosa, e para os trabalhadores a possibilidade de permanecerem enquanto lhes conviessem as condições de trabalho num determinado estabelecimento. O "mercado" de mão-de-obra especializada situava-se inicialmente (séc. XVI e XVII) na Europa, mas gradualmente a própria Colônia o foi suprimindo, especialmente com os mulatos.

Os escravos obviamente não buscaram trabalho, foram capturados; não venderam sua força de trabalho num mercado livre, foram vendidos pelo tráfico. Os senhores tinham a possibilidade de selecionar a melhor "peça" conforme a demanda específica. Aos assalariados pagavam depois dos serviços prestados, aos traficantes pagavam por uma promessa de serviço, antecipavam capital, faziam investimento.

Os escravos no mercado eram "coisas" expostas, sem manifestação de vontade, porém nas propriedades rurais, passada a fase de adaptação, começavam a perceber que eram "as mãos e os pés dos senhores" na produção da cana e do açúcar.

Se é verdade que os escravos eram, do ponto de vista da rotação do capital, parte adiantada, imobilizada, quer dizer capital constante, do ponto de vista do valor, que é o que nos interessa aqui, eram força de trabalho viva, consciente, capaz de aprender, de adquirir habilidade manual, destreza, rapidez nos movimentos. Sendo assim eram capital variável, capaz de produzir mais valor, que amortizava o capital adiantado e também o custo de produção de sua força de trabalho.

Tanto escravos quanto mestres, carreiros ou feitores eram igualmente explorados pelo mesmo mecanismo econômico do trabalha-

dor coletivo e sua jornada de trabalho, do ponto de vista da duração, era idêntica. Em face do valor da produção, tanto os trabalhadores livres quanto os escravos produziam mais valia relativa.

No sistema escravista colonial, a captura e tráfico se deram em função da produção com o objetivo de imobilizar a mão-de-obra, através da adaptação do escravo ao trabalho desenvolvendo sua produtividade, e não - como se deu na escravidão da antigüidade - do aprisionamento sob correntes acompanhado de trabalhos forçados sob chibata.

Para alguns autores, seria pela violência constante e supervisão despótica dos feitores, ou seja, pela coerção extra econômica, que se conseguiria "pôr os negros a trabalhar" sem qualquer recompensa. Para nós, na mesma linha de raciocínio de Stuart Schwartz (1988), os mecanismos extra econômicos do sistema escravista, como o uso da violência legitimada e legalizada, funcionavam no cotidiano mais como ameaça. Eram exemplarmente utilizados, sempre que necessário, como "castigo", ou seja, como "corretivo" para alterar comportamentos, porém não interessavam aos senhores nem as mutilações dos seus escravos, que os impedissem de voltar à produção, menos ainda a sua morte.

O tratamento mais cruel era reservado aos fugitivos, para retirar a esperança de libertação pela via da auto-iniciativa e para instaurar o clima de "terror" indispensável para restringir a liberdade de locomoção aos limites da propriedade. Os fugitivos eram os únicos escravos acorrentados, enquanto trabalhavam nas fornalhas do engenho, na descrição de Antonil, "porque não se emendavam mais".

Mediante um sistema que combinava castigo e prêmios, os escravos iam sendo condicionados, adaptando-se à disciplina do trabalho coletivo. Os portugueses sabiam "fazer trabalhar seus negros", dizia Adrian Van Der Dussen em 1630 (apud Melo 1981).

Funcionavam no geral os mecanismos de coerção econômica do trabalho escravo, via cooperação simples e complexa no próprio processo de produção da cana e do açúcar, reforçados pelos prêmios. A "mesa", os subprodutos do açúcar, o salário do final da moagem eram as recompensas dos trabalhadores livres. A ração, os subprodutos do

açúcar, o roçado, o tempo livre, a não violência, a liberdade relativa ou a libertação total eram as recompensas dos escravos, sendo que alguns que desempenhavam funções mais especializadas, também recebiam gratificação na forma monetária.

Alguns autores analisam o roçado como mais uma forma de extrair sobre trabalho, na medida em que os escravos produziam sua própria subsistência. Para nós prevalece a idéia de prêmio ou incentivo, como diz Schwartz, porque a alimentação básica do conjunto de escravos economicamente ativos era garantida pelas roças da fazenda, cultivadas também em turmas, sob a direção de um feitor, constituindo uma ração, sem dúvida mínima, mas para todos. Daí o poder estimulante da possibilidade de suplementar quantitativa e qualitativamente a alimentação com produtos do roçado que também permitiam algum nível de troca entre os próprios escravos, como farinha e feijão por garapa, por exemplo, bem como alguma poupança monetária mediante venda dos produtos ao próprio senhor a preços abaixo do mercado. O roçado poderia constituir-se, além do mais, num prêmio maior com caráter de semi-"libertação" para os escravos que, após concluírem o período de vida útil no processo de trabalho coletivo, recebiam autorização para instalar-se em mucambos (desocupar a senzala) constituindo família e prestando outros tipos de serviço. As descrições dos cronistas sobre as moradias dos escravos se assemelhavam às dos proletários atuais da "palha da cana".

Os três "P"(s) era a receita do tratamento dos escravos: pau, pão e pano, já tratamos dos dois primeiros aspectos. O "pão" se referia à garantia da subsistência pelo senhor, iniciada pela ração diária de farinha, carne ou peixe seco, complementada na safra/moagem pelo mel de furo e frutas tropicais de estação, coco, pesca e produtos de roçado. A suspensão da ração só ocorria nos castigos. O "pano" se referia à vestimenta; sua exigüidade não trazia maiores sofrimentos, segundo os testemunhos, devido ao clima tropical.

Além do pau, do pão e do pano, os documentos coloniais mencionaram mais um quarto aspecto: a "mezinha", os remédios e a assistência médica prestada por "barbeiros", "veterinários" ou "médicos" providenciados pelo feitor-mor, conforme seu regulamento,

sem falar dos "raizeiros" negros e índios. A saúde do escravo trabalhador era uma necessidade econômica, para que ele agüentasse a intensidade do trabalho requerido.

Se a captura, o tráfico, a viagem no tumbeiro e o mercado de escravos representavam o momento de destruição cultural, dos laços familiares, de humilhação coisificante, na senzala havia relativa liberdade de reconstrução de relações sexuais (encaradas como promiscuidade) e também afetivas com acasalamentos e até casamentos, que não evoluíam para a construção de famílias para não submeter os filhos à mesma escravidão "do eito", e porque homem e mulher estavam integralmente voltados para a produção; por isso a prática do aborto era intensa. Isso foi se revertendo quando aumentaram as possibilidades de formar pecúlio para comprar a liberdade da mulher, o que dava ao filho nascido "de ventre livre" a condição de homem livre.

Havia também uma relativa liberdade de manifestação cultural, de lazer e de cultos religiosos, no pátio, na capela e na mata. O canto acompanhava o trabalho, as danças assinalavam as festas, o sincretismo religioso era importante mecanismo de adaptação da linguagem simbólica, perpetuando os cultos afros na medida em que os integrava não apenas à religião oficial, mas à sociedade via batismo, sacramentos, irmandades dos pretos.

Na lógica dos senhores escravistas, era preciso combater uma terrível doença que atingia os escravos resistentes à adaptação - a melancolia, que os abatia tornando-os improdutivos, que os fazia comer terra até morrer.

Finalmente a imobilização da mão-de-obra no engenho ou na fazenda oferecia, como contrapartida à falta de liberdade pessoal, a condição de vida dentro dos parâmetros mínimos que garantissem a reprodução da força de trabalho, a estabilidade e a possibilidade remota mas concreta de obter a liberdade total como concessão do senhor, ou de fazer trocas e formar poupanças para comprar a liberdade e, até mesmo, adquirir escravos.

A Finta de 1654-56 referia-se a vários escravos forros na povoação da Várzea do Capibaribe. As manumissões foram incrementa-

das até o final do período colonial e o escravo libertado tornava-se agregado da propriedade rural ou habitante das povoações e cidades, formando gradualmente o exército industrial de reserva.

A relativa flexibilidade da escravidão colonial no "eito" não chegava ao nível de integração entre escravos domésticos e a família patriarcal (que Gilberto Freyre analisou exaustivamente) mas combinava a coerção extracônômica (repressão efetiva ou latente, papel ideológico quotidiano do capelão na justificação religiosa da escravidão, e na exaltação do trabalho) com a coerção econômica via cooperação para obter alta produtividade.

Flexibilidade que combinava castigo e prêmio para obter adesão voluntária e motivação, que barganhava com o assistencialismo e com concessões, que permitia liberdade relativa dentro das propriedades e acenava concretamente com um fim para a própria escravidão. Isto funcionava do ponto de vista do senhor, como a possibilidade de descomprometer-se com a manutenção de um escravo "improdutivo" após cumprir seu período de vida útil, e, do ponto de vista do escravo como poderoso mecanismo ideológico que o fazia suportar o "jugo" do árduo trabalho escravo, alimentando o sonho de liberdade.

Um mecanismo jurídico (alforria, manumissão) lhe permitia entrar no "mercado de trabalho livre", passando a vender sua força de trabalho para sustentar-se e a sua família e participar da sociedade como pessoa humana (com direitos civis), faltando "apenas" vencer o preconceito racial (resistência social à sua integração como homem livre). Schwartz (1988) menciona "causas" de escravos movidas na justiça contra abusos dos senhores. Independente do resultado ser ou não favorável ao escravo, só o fato de existir este canal de expressão dos cativos junto ao Estado demonstra que a condição de escravo possuía alguns direitos civis. Os escravos urbanos tinham liberdade de locomoção e vendiam sua força de trabalho dividindo os ganhos com o seu senhor, o que demonstra grande flexibilidade da instituição da escravidão e sua compatibilidade com recebimento de salários.

Diversos autores mencionaram a queda da importância numérica dos escravos na primeira metade do século XIX, atribuindo a

mesma à crise do setor açucareiro do século anterior, mas pode-se refletir também que a "plantation" já havia encontrado suas alternativas para imobilizar mão-de-obra "livre" através dos agregados sob condição.

2 - ESCRAVIDÃO E CAPITALISMO

Depois que analisamos a "plantation" como capitalista, não em um ou outro aspecto, mas em toda sua estrutura e na lógica do seu funcionamento, inclusive nas suas relações com o mercado internacional, como enfrentamos teoricamente a questão da escravidão e do capitalismo?

A primeira consideração é que não se tratavam de relações patriarcais. Enquanto os escravos domésticos conviviam intensamente com o senhor e sua família no interior da Casa Grande por uma longa existência e mesmo por mais de uma geração, a relação com os escravos "do eito" era, puramente, uma relação de exploração intermediada por feitores, e de caráter despótico.

A distância física da Casa Grande pela separação do espaço produtivo que ocupava quase todo o tempo diário do escravo (em sua longa e exaustiva jornada de trabalho), a distância social dada pelo regime de escravidão que considerava os escravos do "eito" praticamente como animais de trabalho, a alta taxa de mortalidade, o curto período de vida útil (para a produção canavieira), problema resolvido pela aquisição constante de novos escravos, que implicava em certa renovação periódica dos indivíduos, além do absenteísmo do senhor-donzenho, não criavam canais de relacionamento pessoal. Tratava-se de relação puramente mercantil.

Mas resta enfrentar a questão teórica que coloca claramente como condição para a caracterização de relações de produção capitalistas o fato do trabalhador apresentar-se como "duplamente livre". Em primeiro lugar livre, separado dos meios de produção, ou seja, expropriado, e em segundo lugar livre das relações de submissão direta (servidão e escravidão) para poder vender livremente sua própria força

de trabalho no mercado, trocando-a por um equivalente, o salário, fundamentalmente na sua forma monetária, para que o trocasse igualmente no mercado pelos produtos necessários à reprodução de sua força de trabalho e de sua família.

Com relação à primeira premissa, tanto os assalariados quanto os escravos eram expropriados, diferentemente dos servos ligados à terra, que possuíam os instrumentos de trabalho e dirigiam sua pequena produção.

Portanto é essa segunda premissa que colocamos em discussão: Quando Marx falou da necessidade histórica de libertação dos camponeses das relações de dominação direta, estava se referindo na Europa diretamente à servidão pela qual os produtores agrícolas estavam subjugados à classe dominante feudal que os explorava, apropriando-se do seu trabalho excedente através da renda fundiária e outras obrigações feudais. A servidão, por conseguinte, constituía-se num entrave para a conformação do modo de produção capitalista, porque essa força de trabalho (e o principal meio de produção - a terra) não estava livre, quer dizer, disponível para ser explorada pelos burgueses capitalistas.

No caso da escravidão moderna, a força de trabalho era expropriada não apenas dos meios de produção, mas despojada pela escravidão de sua cultura, da sua identidade como pessoa humana, dos seus laços comunitários e familiares. Através do tráfico era colocada total e permanentemente à disposição dos capitalistas, que eram os senhores escravistas, para ser livremente explorada por eles no processo produtivo, de maneira legalizada pela sociedade política (o Estado) e legitimada pela sociedade civil. Aquela fração *sui generis* da burguesia industrial podia consumir intensamente essa força de trabalho até a morte para aumentar seus lucros.

Voltemos aos termos da segunda premissa: o trabalhador deveria apresentar-se "livre das relações de submissão direta para vender sua própria força de trabalho no mercado..."

Para os economistas clássicos que enunciaram essa lei do desenvolvimento tipicamente capitalista, o tempo não contava. Para

eles tal premissa era desde sempre e para sempre, ou seja, tinha um caráter a-histórico. Eles partiram de uma situação em que a disponibilidade da mão-de-obra expropriada para os capitalistas já se dava num mercado de trabalho constituído por um excesso de contingente de trabalhadores - o proletariado mais a população supérflua ou exército industrial de reserva. Para eles, a oferta de trabalhadores maior do que a procura pelos capitalistas (aliás, cada vez maior) era o equilíbrio "natural" do mercado de trabalho (é claro que do ponto de vista dos patrões capitalistas que eles representavam no plano teórico).

Mas para que se realizasse essa situação ideal que permitia aos capitalistas demitir, desempregar trabalhadores e readmiti-los de acordo com sua conveniência, foi necessário um processo histórico específico que Marx descreveu em dois capítulos do livro I de "O Capital" - "A Chamada Acumulação Primitiva" e "A Lei Geral da Acumulação Capitalista". Neste último ele comenta que o modo de produção capitalista reproduzia em escala ampliada não apenas o capital mas também as relações sociais que lhe serviam de suporte. Logo, desenvolvimento capitalista, acumulação de riqueza tinham como contrapartida necessária a pauperização, a acumulação da miséria.

Vemos aí uma análise do mesmo fato econômico - a compra e venda de força de trabalho no mercado - de duas óticas distintas, uma da economia política clássica na aparência, outra marxista na essência do fenômeno.

Como dissemos anteriormente, apesar dos economistas acharem que essa "livre troca de equivalentes" ocorreu desde sempre, Marx mostrou que ela é fruto de um processo histórico específico. No período que estamos analisando, nos tempos modernos, no qual ocorre o processo de expropriação dos camponeses feudais e de sua proletarianização, quando não havia ainda a população supérflua, quer dizer, quando a oferta de mão-de-obra era ainda menor do que a procura pelos capitalistas agrários ou manufatureiros, houve compulsão ao trabalho e tentativas legais de imobilização dessa força de trabalho, "forçando" sua disponibilidade ao patrão.

Nas colônias, a situação era ainda pior. Apesar da expropriação dos indígenas (que liberou praticamente toda a terra e demais recursos naturais), os colonos não conseguiram submeter senão uma pequena parte da população nativa aos trabalhos da agroindústria em grande escala. A maior parte foi trucidada nos combates ou fugiu para áreas inexploradas. Mesmo com os aldeamentos regulares pelos religiosos, os capitalistas não conseguiram imobilizar os índios e torná-los disponíveis para todas as tarefas. Foi necessário desde o início o recurso à importação de mão-de-obra.

Do ponto de vista do empresário da grande produção, foi necessário comprar a força de trabalho num mercado particular - o mercado de escravos. Assim a força de trabalho não era oferecida pelo próprio trabalhador mas por um comerciante e o que era pior, não se pagava essa mão-de-obra aos poucos depois de usufruí-la na forma de salários mas antecipava-se uma grande soma paga ao traficante. Pagava-se pois um alto preço para imobilizar a força de trabalho tornando-a disponível para poder explorá-la livremente, dado às condições históricas específicas em que se encontrava o Novo Mundo.

Nos momentos de grande crise de oferta de mão-de-obra em alguns ramos produtivos europeus ainda durante o século XIX, o recurso a empreiteiros foi utilizado pelos capitalistas agrários e mecanismos diferenciados de imobilização de força de trabalho foram adotados, por exemplo, na mineração onde os trabalhadores habitavam as precárias moradas construídas pelos patrões, dependiam do barracão para se abastecer, eram retidos por dívidas, etc. Isto aliás está embutido nas propostas recentes de agrovilas para trabalhadores rurais.

Retomemos de novo a segunda premissa avançando na análise do seu conteúdo: "...livre das relações de submissão direta para vender sua própria força de trabalho no mercado trocando-a por um equivalente, o salário, fundamentalmente na sua forma monetária para que o trocasse igualmente no mercado pelos produtos necessários à reprodução de sua força de trabalho e de sua família".

Como acabamos de dizer acima, nem sempre o proletariado europeu recebeu seu salário na forma exclusivamente monetária. Havia

o salário em espécie, o barracão etc. O que caracterizava o salário não era a sua forma mas o fato de constituir-se apenas no mínimo necessário à reprodução da força de trabalho do proletário e de sua família.

O processo histórico de desenvolvimento capitalista deteriorou de tal forma as condições de vida que criou uma massa da população disposta a trabalhar exaustivamente só por esse mínimo por falta absoluta de alternativas, mínimo que descia abaixo de qualquer parâmetro de dignidade humana, e, nas crises, quando havia super oferta de mão-de-obra, caía abaixo do mínimo vital.

Na "plantation" colonial, além de adiantar grande soma ao traficante, o capitalista tinha que negociar diretamente com o trabalhador escravo sua disposição pessoal e intransferível para o trabalho. Primeiramente o patrão lhe garantia uma ração alimentar mais panos, "mezinhas" (remédios e assistência médica) e habitação, ou seja os meios indispensáveis à reprodução de sua força de trabalho individual (já que o escravo e a escrava eram sustentados pelo senhor, independentemente de se acasalarem ou não). Além disso havia, como vimos, certa margem de barganha para a aquisição de outras vantagens materiais: prêmios ligados à suplementação alimentar (como a garapa e o roçado) ou de aumento do tempo livre (a custa de maior intensificação do trabalho por produção). Posteriormente "o jornal" ou certa poupança monetária proveniente da venda dos produtos do roçado. Os escravos nestas circunstâncias não estavam totalmente excluídos do mercado interno e alguns chegaram até a possuir seus próprios escravos. A comparação do nível de vida de proletários e escravos, dependendo das variações conjunturais no caso dos primeiros, mostraria um quadro precário para ambos.

Nas relações de produção tipicamente capitalistas, os proletários recebiam o salário depois que haviam produzido trabalho necessário (do qual o salário era a contrapartida) e trabalho excedente (apropriado gratuitamente pelo patrão, sem qualquer contrapartida), o que produzia a ilusão de que correspondia a uma recompensa equivalente a todo trabalho realizado, e portanto, escondia a extração da mais valia. A relação econômica de aparente igualdade, de troca de equivalentes no mercado, fetichizada pelo salário, escondia a relação social

profundamente desigual entre o proprietário dos meios de produção e os vendedores de força de trabalho.

O caráter despótico das relações de trabalho era o resultado inevitável do antagonismo entre o explorador e o objeto dessa exploração. E as péssimas condições de trabalho retratavam a "frugalidade", o "espírito de economia" dos capitalistas, ironizava Marx, quando se tratava dos trabalhadores, devido à ganância de aumentar mais e mais os lucros.

Na "plantation" canavieira, os trabalhadores escravos produziam, além do trabalho necessário para a reprodução de sua força de trabalho, o trabalho excedente apropriado pelo patrão. Produziam mais valia absoluta e relativa na brutal e aberta exploração.

Diante da possível argumentação de que, no caso dos proletários, os mecanismos de compulsão ao trabalho eram exclusivamente econômicos, em oposição ao caráter exclusivamente extra-econômico do escravismo marcado pela violência, chamamos à reflexão de que nenhuma das duas relações de trabalho tinha esse caráter exclusivo: tanto nas relações escravistas da "plantation", quanto nas relações tipicamente capitalistas assalariadas na Europa, nos tempos modernos, o que ocorreu foi não apenas a compatibilidade mas a combinação perfeita de mecanismos econômicos e extra-econômicos, dialeticamente falando.

Na "Chamada Acumulação Primitiva do Capital", Marx demonstrou que a natureza do capitalismo não é idílica e mostrou a violência do processo de expropriação e formação do proletariado compelido ao trabalho pelo concurso da coerção extra-econômica materializada na força do Estado expressa em leis sanguinárias e na ação repressiva direta da polícia e indireta de diversas instituições, inclusive assistenciais.

Na "plantation" moderna, a coerção extra-econômica - a instituição da escravidão com seus aspectos de violência física direta, ou como ameaça latente, de discriminação racial e social, de opressão cultural, religiosa, quer dizer, ideológica foi, como vimos, articulada com mecanismos econômicos nas modernas relações de trabalho. Entre

elas, destacamos a divisão do trabalho que movimentou o trabalhador coletivo, bem como o sistema de trabalho por tarefa, por produção. Não se trata portanto de coerção extra-econômica como oposição ao econômico, caracterizando relações de produção atrasadas (as escravistas) versus relações de produção modernas (as assalariadas). Quando Marx conceituou a subsunção formal do trabalho ao capital, ou seja, que o capital se utiliza de qualquer forma de relação de produção, se aproveita do produto sem interferir diretamente no modo de produção, ficou claro para muitos que aí estava a solução teórica para o escravismo colonial.

Porém, no caso da escravidão na agroindústria açucareira colonial, insistimos que não se tratava disso, mas de subsunção real de trabalho ao capital dentro do processo produtivo.

Ao longo de toda sua obra - "O Capital" - Marx procedeu à crítica da economia política clássica passo a passo, de forma minuciosa, colocando em cheque cada um dos seus argumentos básicos. Com relação a essa premissa que estamos analisando, ou seja, a compra e venda de força de trabalho livre como troca de equivalentes, ele questionou justamente o "caráter livre" do trabalhador europeu e a pretensa "igualdade da relação" e concluiu que se tratava de escravidão disfarçada, tratando inúmeras vezes o proletário como escravo submetido ao patrão.

A escravidão sem disfarces das colônias, apesar da diferença na forma da relação (social, jurídica), tinha identidade na essência da dominação e exploração dos expropriados. A luta coletiva dos trabalhadores assalariados nas suas associações de classe converteu-se numa guerra sem quartel contra a tentativa de submissão total por parte dos capitalistas. Os escravos também tiveram suas próprias formas de resistência, inclusive coletiva, que não pudemos desenvolver neste trabalho...

Marx concluiu o livro I - O Processo de produção do capital - após analisar o processo histórico da "Lei geral da acumulação capitalista", da "Chamada Acumulação Primitiva" e da "Teoria Moderna da Colonização", dizendo (no último parágrafo):

"Interessa-nos apenas o segredo que a economia do Velho Mundo descobriu no Novo e proclamou bem alto: o modo capitalista de produção e de acumulação, e portanto a propriedade privada capitalista exigem como condição existencial o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é a expropriação do trabalhador". (Marx, LI, vol.2, 1980:894).

Se acompanharmos o raciocínio de Marx, a segunda premissa foi lógica e historicamente superada, restando apenas a primeira premissa. Por isso afirmamos como outros autores: Beiguelman (1976), Mendes e Figucira (1977) etc., que o escravo, que analisamos restritamente na economia canavieira moderna, era um proletário e que as relações de produção nessa estrutura agroindustrial eram de natureza capitalista.

Apesar de constituir-se numa anomalia, os senhores-de-engenho, e os plantadores de cana escravistas eram capitalistas industriais (empresários da produção), sendo os lavradores mais especificamente capitalistas agrários e os senhores das manufaturas os industriais do açúcar na "plantation" colonial.

CONCLUSÕES

A escravidão sistemática moderna foi um recurso para garantir a compulsão ao trabalho e a imobilização dos trabalhadores na "plantation". Não devemos correlacionar de forma absoluta e exclusiva a força de trabalho na "plantation" canavieira com a escravidão. Sem negar a importância dos escravos que eram "as mãos e os pés dos senhores", chamamos a atenção para o fato de que havia uma gama complexa de relações sociais de produção na agroindústria açucareira. De fato, senhores e escravos constituíam os pólos das relações de exploração no período colonial; contudo seria uma simplificação se nos reduzíssemos a isso na análise das contradições da época.

Tanto entre os proprietários dos meios de produção diretamente ligados à "plantation" canavieira (senhores-de-engenho e lavra-

dores) quanto entre os não proprietários, havia vários segmentos ou frações. Dentre aqueles que compunham a força de trabalho nos engenhos, os escravos eram os trabalhadores manuais (produtores diretos) enquanto os homens livres e assalariados constituíam todos os trabalhadores intelectuais (produtores indiretos), bem como a mão de obra especializada dentro da hierarquia dos produtores diretos. Ambos os contingentes de trabalhadores eram indispensáveis na divisão do trabalho da "plantation" canavieira.

A força de trabalho, qualquer que fosse sua forma jurídica nas relações sociais de produção (assalariada ou escrava) já existia como mercadoria totalmente disponível para a exploração capitalista (subsunção real do trabalho ao capital). Se o escravo era capital constante, do ponto de vista da rotação do capital (adiantado ao traficante), do ponto de vista que nos interessa, do valor, era capital variável, produtor de mais valia absoluta (prorrogação temporal da jornada de trabalho) e especialmente de mais valia relativa (pela cooperação). Portanto mais do que pela extração da mais valia absoluta, o lucro do empresário colonial era obtido pela mais valia relativa.

A estrita disciplina conseguida pelo caráter despótico da superintendência do trabalho (papel repressivo dos feitores que era também econômico) característica das grandes explorações canavieira não deve ser atribuída exclusivamente ao regime escravista, pois se aproximava segundo Karl Marx, dos grandes empreendimentos manufatureiros europeus.

Se os senhores escravistas conseguiram pelo tráfico obter trabalhadores e pelo escravismo imobilizá-los nos estabelecimentos rurais, para obter sua disposição voluntária para o trabalho ao ritmo requerido, precisavam negociar individualmente e até coletivamente. Além do uso da violência potencial ou efetiva funcionavam os mecanismos internos ao próprio processo de trabalho (cooperação simples e complexa), a garantia das condições de reprodução da força de trabalho (moradia, ração, vestimenta, assistência "médica") e uma série de prêmios. Tempo livre, suplementação alimentar, roçado, possibilidade de ascensão na hierarquia produtiva, liberdade relativa nos limites da propriedade e liberação via manumissões e alforrias.

A nosso ver, as fontes históricas comprovaram nossa hipótese de que a "plantation" canavieira colonial era uma agroindústria capitalista com escravos. No entanto a aceitação dessa conclusão final passa pela rediscussão teórica sobre o contexto da Idade Moderna (vide Tanezini, 1994) e sobre as premissas do modo de produção capitalista que descobrimos neste artigo cuja reflexão nos levou a conclusão de que tanto os trabalhadores livres quanto escravos da "plantation" eram na essência, proletários assim como Marx desnudou a escravidão disfarçada dos proletários europeus sob o fetiche do salário e da livre troca de equivalentes.

O que nos importa é prosseguirmos discutindo, por isso reafirmamos com Carlos Guilherme Mota:

"A discussão de velhos documentos pode trazer novas interpretações e hipóteses, novas formulações de velhos problemas". Isso é essencial para o avanço dos debates sociológicos.

BIBLIOGRAFIA*

- BEIGUELMAN, Paula. "A Destruição do Escravismo Capitalista" in *Formação Política do Brasil* 2a. ed. São Paulo: Pioneira, 1976.
- BENCI, Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos (1700)*, São Paulo: Grijalbo, 1977.
- Finta para o Casamento da Rainha da Grã Bretanha e a Paz na Holanda (1964-66) in MELLO, José Antônio G., Separata da Revista IAHGPE vol. LIV. 1981.
- MARX, Karl. *O Capital - Crítica da Economia Política*. Livro I e III, vol. 1 a 6, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

*Para uma bibliografia detalhada sobre o tema, ver nossa dissertação de mestrado aqui citada.

- MELO, Josemir Camilo de. "Crítica de uma História Crítica" in Caderno Brasil em Debate n. 1. Campina Grande: UFPB/CH - Depto. de Sociologia e Antropologia, 1981. p. 47-50.
- MENDES, Claudine M. M. e FIGUEIRA, Pedro A. "Estudo Preliminar: O Escravismo Colonial" in BENCI Jorge. *Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos (1700)*, São Paulo: Grijalbo, 1977.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos - Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835*. São Paulo: Cia. das Letras/CNPq, 1988.
- TANEZINI, Theresa Cristina Zavaris. *Os Industriais do Açúcar na "Plantation" Colonial*. Campina Grande: Dissertação de Mestrado em Sociologia, UFPB/CH, 1994.

A NORDESTINIDADE VISTA DO CEARÁ*

André Haguette **

A campanha de uma residência abastada do bairro Aldeota de Fortaleza toca. A empregada vai atender. "Uma esmola pelo amor de Deus" pede um homem maltrapilho. A empregada se dirige à dona da casa: "Dona Luíza, tem um nordestino no portão pedindo esmola". Surpresa, dona Luíza responde: "Um nordestino! Mas você não é nordestina também?" A empregada chocada nega: "Eu? Não. Não estou passando fome"!

Essa estória não é ficção; é apenas a narração de um fato verídico acontecido alguns dias após a Campanha "Nordestinos em busca de soluções" da TV Globo (1983). A estória é sobretudo significativa: ela relança o Nordeste na trama das relações sociais nacionais. Tradicionalmente, o Nordeste tem sido caracterizado, antes de tudo, por seus traços físicos tendo-se feito uma distinção entre o "Nordeste úmido" de Gilberto Freire e o "Nordeste árido" de Djacir Menezes. Periodicamente, por ocasião do fenômeno recorrente da seca,

* Este texto foi escrito há aproximadamente dez anos. No entanto, uma série de publicações e de debates recentes, assim como nossas próprias pesquisas, justificam a atualidade de suas teses e de seus questionamentos.

**Professor titular da Universidade Federal do Ceará. Doutor em Sociologia.

o Nordeste árido ganha atenção nacional, não por ter resolvido de forma definitiva seus problemas, mas por ter aliviado uma situação de calamidade.

A programação da Rede Globo de TV nada inova, pois situa-se dentro da mesma tradição. É interessante, todavia, notar que terão sido necessárias enchentes desproporcionais na região sul do país para que fossem lembrados os efeitos de uma estiagem prolongada sobre os nordestinos (desde 1979). E quando a consciência popular define ingenuamente a nordestinidade em termos de fome, ela não faz nada senão apropriar-se, a sua maneira, das definições dominantes que foram e continuam sendo regionalistas. Assim, o sul do país, inundado, opõe-se ao nordeste seco. Que haja distinções geo-físicas importantes em várias partes de um país continental, que haja também uma diferença cultural entre estas partes, nada disto surpreende. A diversidade ecológica e social, afinal, é rotina na vida das sociedades humanas e tem proporcionado riqueza no processo civilizatório. O que constitui surpresa para a imaginação sociológica e, portanto, deve ser explicado, é a manutenção, ver até o incremento, das desigualdades sociais dentro de uma mesma unidade societária. Se os determinismos ecológicos e culturais fossem absolutos na manutenção e extensão das desigualdades, não seria possível explicar o desenvolvimento das nações nem a constante transformação das culturas. Que forças seriam capazes de manter populações no mesmo espaço geográfico e dentro dos mesmos costumes e hábitos repetidamente derrotados? Como explicar a alteração no espaço e no tempo geo-social da riqueza e da miséria, do poder e da dominação, da hegemonia e da dependência? Além dos aspectos naturais e culturais, faz-se necessário olhar os aspectos econômicos, políticos e institucionais para explicar o desenvolvimento desigual das nações e regiões. O fenômeno da seca sendo um fenômeno recorrente, é previsível e, portanto, superável. Cabe, então, perguntar porque nunca foi superado? (Cabe, também, notar que a miséria e pobreza do Nordeste não se prendem à falta d'água: o Nordeste úmido, que já foi das regiões mais ricas do mundo em outro século, produz hoje uma população carente de acordo com todos os indicadores sociais. E a chuva na região semi-árido não retira a maioria da sua população de um permanente estado de carência). A nordestinidade - se de fato existir tal coisa - não

pode residir fundamentalmente nem no seu clima árido, nem na fome de seus habitantes que podem ser efeitos, mas não causas, de fenômenos sociais profundos e persistentes. Se nordestinidade existir, ela se encontra na especificidade de suas relações sociais com o resto do país.

Aliás, no final de 1982, um outro acontecimento, que não a seca e a fome, destacou o Nordeste e o projetou no cenário nacional: o apoio maciço que os nordestinos deram ao partido político do governo, o PDS, contrariando a opção oposicionista do resto do país. O isolamento ou a especificidade partidária no Nordeste ficou tão aparente que se pode dizer, com razão, que o PDS tinha se tornado "partido do Nordeste". Faria sentido então, parafraseando a empregada de nossa estória, alguém dizer que "não é nordestino, já que votou na oposição"?

Este artigo busca entender o significado da nordestinidade a partir de uma compreensão do espaço social cearense. A questão central parece residir na possibilidade de apontar uma dinâmica social própria das relações sociais desta "região" e não na sua delimitação geofísica quando relacionada e comparada à dinâmica prevalecente no resto do país. Neste sentido, poderiam coexistir no Brasil várias "regiões" desde que não tomadas em si e separadamente mas, sim, vistas em termos da diferenciação de sua articulação econômica política e institucional ao núcleo dinamizador do país. Assim, não teremos a imagem visual de um conjunto de "regiões" espacialmente justapostas mas um todo diferencialmente articulado, tanto no tempo como no espaço.

A CRÍTICA DO REGIONALISMO

A crítica do regionalismo e dos conceitos das regiões tem sido realizada por vários autores nos seus diferentes níveis de realidade. A idéia fundamental é que as regiões não existem como uma categoria abstrata e, portanto, não podem ser tomadas como unidade originária de análise. Isto implica "que o desenvolvimento regional não pode ser discutido ou estudado abstratamente. As regiões não se desenvolvem. Teorizar sobre o trajeto do desenvolvimento capitalista dentro de uma região requer uma análise empírica que identifica as estruturas cultural,

política e econômica que se desenvolvem historicamente, tanto internamente como em relação as outras regiões".(Markusen, 1981, p. 97). Sem dúvida o mesmo poderia ser dito do trajeto de outra forma de desenvolvimento que não o capitalista - o socialista, por exemplo.

Raymond Aron, numa entrevista à revista Isto É (Nº 355/83), notava que "na América Latina não há nem mesmo o capitalismo americano... Muitos países ainda são governados pela oligarquia fundiária. Outros são países intelectualmente desenvolvidos, quase superdesenvolvidos, no sentido de que têm demasiadamente intelectuais em relação a suas necessidades. Mas ainda lhes falta o funcionamento do regime político. Creio que, no Brasil, a região de São Paulo se assemelha a um capitalismo relativamente eficaz, que não exclui uma certa dose de transferências sociais. Já no Nordeste não existe capitalismo mas um regime escravista em decomposição. O Brasil é um país no sentido político, mas economicamente são muitos países que, por milagre, se mantêm unidos..."Eis uma observação da diversidade das regiões no Brasil; mas será necessário o recurso ao milagre para explicar a unidade do território e do Estado brasileiros? Não seria mais explicativo e sociológico sustentar, seguindo Francisco de Oliveira, que na produção e reprodução de um sistema social global (um Estado-Nação) há "zonas de localização diferenciadas de atividades econômicas" (e políticas) e que, se existem tendências e pressões de homogeneização monopolista do espaço econômico, tal homogeneização só pode ser construída diferencial e contraditoriamente? Assim, antes de se definirem, dentro de limites territoriais-políticos-administrativos, as regiões compõem "espaços onde se imbricam dialeticamente uma forma espacial de reprodução do capital e, por conseqüência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição". (Oliveira, 1977, p.29).

Nesta concepção de região, a dimensão política relacionada e imbricada no econômico assume uma importância privilegiada, pois o fechamento da região depende do controle de certas classes dominantes e "requer", exige e somente se dá, portanto, enquanto estas classes dominantes conseguem reproduzir a relação social de dominação ou

mais claramente as relações de produção. A "abertura" da região e a conseqüente "integração" nacional no longo caminho até a dissolução completa das regiões, ocorrem quando a relação social não pode ser reproduzida, e por essa impossibilidade, percola a perda de hegemonia das classes dominantes locais e sua substituição por outras, de caráter nacional e internacional". (Idem, p. 31-32).

A crítica ao regionalismo territorial-político-administrativo nestes termos apresenta, entre outras vantagens, a de insistir no caráter transitório das regiões de acordo com a dinâmica de suas relações de produção dominantes, de suas formas de articulações com outras regiões e o polo hegemônico nacional e do jogo de poder dominante. Torna-se possível desta forma, reconhecer, como escreve ainda Francisco de Oliveira, que a "região" Nordeste tem sofrido mutações importantes no curso da história econômica e social nacional", bem como admitir a existência de várias "regiões" dentro do que hoje é o Nordeste. Reconhecia-se, no período da Colônia, "regiões" dentro do que é hoje o Nordeste: o locus da produção açucareira (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas), espaços relativamente indiferenciados com atividades econômicas de pouca expressão na economia colonial (Ceará e Piauí). O Maranhão, ligado de forma diversa ao capitalismo mercantil e os espaços que hoje correspondem aos Estados da Bahia e Sergipe, não eram considerados como "Nordeste". (Ibidem, p. 32-33).

Não cabe aqui relembrar a história das "regiões" dentro do "Nordeste" tal como definido contemporaneamente. Nosso propósito é teórico e metodológico pois visa encontrar a unidade de análise capaz de explicar a especificação diferenciada da nordestinidade. Esta, bem compreendida, só poderá significar um duplo movimento: um primeiro, de caracteres comuns às regiões dentro do Nordeste, tais como a relação colonial (externa e interna), o abandono pelo poder central como conseqüência da federalização e centralização econômica e política, a formação de uma classe dominante ou de uma elite totalmente dissociada da massa populacional. Um segundo movimento, de aprofundamento da diferenciação das regiões principalmente devida às várias formas do capital, na esfera da produção e circulação, com uma subsequente

organização político-institucional e social. Ambos os movimentos devem mostrar uma especificidade para poder se falar em nordestinidade.

AS ORIGENS DO CEARÁ

Engana-se, pelo menos em relação ao Ceará, Raymond Aron quando diz que "no Nordeste do Brasil existe um regime escravista em decomposição". Originariamente, o Ceará foi um vasto e subpovoado curral de gado, trabalhado por homens livres, em função da região açucareira, esta voltada para atividades extrativas de exportação. Somente na segunda metade do século XIX é que o algodão reunir-se-ia com a pecuária e, mais tarde, a carnaúba (a descoberta da cera de carnaúba se deu no início do século XX) para transformar o Ceará "num vasto algodal segmentado em milhares de pequenas plantações, e a imbricação latifúndio-minifúndio, comerciante-fazendeiro, fazendeiro-exportador, não ocorreu em nenhum outro lugar do Nordeste com maior profundidade que ali" (Ibidem, p.50). Neste momento, o Ceará vai fazer sua entrada no mercado internacional e criar mecanismos de reprodução semelhantes aos da produção cafeeira, pois passa a ser subordinado ao capital comercial e financeiro externo (inglês e norte-americano) que se apossa, também, da esfera da circulação.

Esse tipo de formação e evolução econômica do Ceará vai proporcionar uma forma de estrutura de poder e dominação peculiar. No pólo dominado da relação, uma massa anônima e silenciada de pequenos proprietários, parceiros, posseiros, empregados domésticos e artesãos sem direitos civis, políticos e sociais - sem cidadania alguma - totalmente dependentes dos patrões e dos coronéis do algodão-pecuária (e de sua corte administrativa de capangas e cangaceiros) que pouco a pouco se tornarão, também, comerciantes e industriais, além de políticos absolutos que já eram. É difícil - ou até impossível - identificar nesta estrutura de dominação, marcada por uma extrema concentração de poder em poucos agentes sociais, uma estrutura de classes no sentido clássico do termo. A dominação que se erigiu deixava pouca ou nula margem de contestação e até mesmo de negociação parecendo representar mais um jogo de "soma zero". Além do trabalho e da submissão, a história dos dominados se fez sentir em raros momentos e sob forma

específica: os "rebeldes primitivos", movimento ambíguo na sua natureza e nas suas formas, "ora em favor dos coronéis, ora punem, ora defendem meeiros e pequenos sitiantes" (Ibidem, p. 44) e outros movimentos sociais pacatos e religiosos (O Caldeirão, por exemplo) que foram combatidos e eliminados sem nenhuma piedade. A religiosidade foi, sem dúvida, a manifestação popular mais representativa e generalizada de um estado de submissão brutal sem perspectiva. Será preciso esperar a aliança classe média-operários, na cidade, para encontrar movimentos tipicamente de classes e com feição moderna.

Nesse contexto de polarização extrema, o Estado que fosse surgir, se modernizando gradualmente, não poderia apresentar contradições de classes acentuadas e dificilmente deixaria de ser mera extensão de dominação agrária e doméstica exercida pelos coronéis. De fato, no Ceará, e mais do que em qualquer outro lugar do país, o Estado apresentou-se de forma oligárquica e indistinta da esfera da sociedade civil; veio prolongar e reforçar o poder pessoal e privado dos coronéis, abrindo mais um flanco na disputa entre eles. Nem a hegemonia nem a forma familiar de administrar o Estado dos coronéis foram seriamente contestadas por outros grupos ou classes, embora tenha havido constantes e violentas lutas entre eles. Luta política extremamente circunscrita em termos de classes que, todavia, alargou-se em termos de "regiões". Houve de fato, no início deste século, uma luta entre os senhores do açúcar e os coronéis do complexo algodão-pecuária pela captura das instituições do Estado central cujos recursos iriam fortalecer, não os vários interesses dentro do Nordeste nem dentro de uma mesma região do Nordeste, mas os interesses da elite de uma região. Desta forma, o Nordeste nunca foi unânime e solidário e nunca apresentou-se unido face ao poder nacional neste século. Por um lado, seus interesses econômicos se diferenciaram, assentados que são em bases diferentes de acumulação embora igualmente coloniais e predatórias; e, por outro, suas classes dominantes ou elites, embora igualmente concentradas e autocráticas, lutaram "regionalmente" pelo domínio das instituições e verbas federais para fortalecer seus interesses particulares. Formação e mecanismos semelhantes repousando sobre bases diferenciadas e conflitantes. A homogeneidade do Nordeste em termos dos

mecanismos de acumulação colonial e estrutura de poder e dominação com conseqüente e uniforme quadro de miséria camufla uma intensa heterogeneidade tanto a nível econômico como político, permitindo o uso da ideologia da nordestinidade para fins de interesses oligárquicos peculiares e privados. Eis o ensinamento da história da economia política do Nordeste e de suas "regiões". Será o Nordeste contemporâneo diferente?

CEARA ECONÔMICO CONTEMPORÂNEO

O Ceará contemporâneo continua profundamente marcado por determinações de sua formação econômica, política e social; antes e de mais nada por não ter havido neste Estado, contrariamente a outros Estados, nem mesmo uma "revolução burguesa incompleta" nas palavras usadas por Florestan Fernandes para descrever as conseqüências da Revolução de 30. Nenhuma ruptura abrangente significativa veio redirecionar sua evolução já que dificilmente podem ser chamadas de ruptura ou revolução burguesa as conseqüências advindas na sua estrutura produtiva provocadas pela criação do Banco do Nordeste e da SUDENE e os efeitos na sua estrutura de emprego e social do Milagre Brasileiro.

Sem dúvida, o traço marcante do Ceará atual em relação a seu passado é a velocidade e amplidão da sua urbanização. Enquanto que em 1940, segundo dados dos censos do IBGE, 1.616.004 pessoas viviam no campo, 475.028 moravam no meio urbano; em 1980 a relação meio rural-meio urbano se inverte: 2.480.353 pessoas habitam no campo e 2.817.397 em ambiente urbano. O município de Fortaleza atinge, em 1980, 1.308.919 habitantes ou seja, aproximadamente, 25% da população do Estado. Há boas razões para acreditar que a persistir por mais dois anos a já longa estiagem que se abateu sobre a região, a capital atingirá em 1986, pelo menos 2.000.000 habitantes.

Acostumados pelos teóricos da modernização a utilizar o fenômeno da urbanização como indicador de modernidade, muitos podem pensar que o Ceará transformou-se passando de uma estrutura agrária ou arcaica para uma estrutura moderna ou industrial. Tal não é o caso

pois sua urbanização provem fundamentalmente das pressões de expulsão exercidas pela persistência de formas produtivas e de poder obsoletas no interior e não de uma dinâmica absorvedora de força de trabalho nos centros urbanos.

A modernidade capitalista, com efeito, tem sido vista, de acordo com a experiência européia e norte-americana e na crença de uma repetição serial dos mesmos mecanismos devido ao contato do "arcaico" com o "moderno", como o inter-relacionamento tanto entre os níveis econômico, político e cultural como internamente a cada um de vários processos. Ao nível da estrutura econômica, quatro processos se destacariam: 1) no campo tecnológico, uma mudança de técnicas simples e tradicionais para uma aplicação de saber científico; 2) na agricultura, uma evolução de uma agricultura de subsistência para uma produção comercial de bens agrícolas; 3) na indústria, a transição do uso da força de trabalho humano e animal para a industrialização propriamente dita; 4) e nos arranjos ecológicos, o movimento da fazenda e aldeia para centros urbanos. (Smelzer, 1968, p. 126).

A dinâmica interrelacionada destes quatro processos não se deu no Ceará, contrariamente a outras regiões do Brasil - principalmente o Centro-Sul - ficando isolado o movimento intenso no arranjo ecológico. A razão precípua reside no fato do Ceará ter conservado sua posição periférica tradicional na divisão do trabalho a nível nacional e ter exportado mais força de trabalho e recursos financeiros do que recebido o impacto de capital externo (nacional e estrangeiro) de maneira que ficou relativamente intacto; sua modernização ficou aparente sobretudo por conta do crescimento do aparato do Estado, via transferências federais. Mesmo os efeitos da política da SUDENE não conseguiram transformar a estrutura produtiva tanto no campo como nas cidades do Ceará, embora se possa notar, a partir dos anos 60, uma "nova industrialização" em setores chamados tradicionais da economia (têxtil, alimentos, beneficiamento de produtos agrícolas), "nova industrialização" realizada na sua grande maioria com capital e organização familiar locais. Não houve nesta "região" criação de enclaves modernos como no outro Nordeste, Recife e Bahia.

Em termos gerais, pode-se caracterizar a base produtiva do Ceará como inadequada para prover ocupação satisfatória para toda sua base demográfica cada vez mais concentrada nas cidades. Essa inadequação decorre, de um lado, de insuficiência quantitativa de atividades econômicas tanto de base rural como de base urbana, o que tem a ver com as possibilidades do Estado para o desenvolvimento de atividades econômicas. Em outras palavras, depende das potencialidades em termos de recursos naturais disponíveis, de infra-estrutura e de mercados, assim como de recursos humanos, tecnologia e capital.

Por outro lado, a inadequação da base produtiva decorre, também, da natureza qualitativa das atividades produtivas e, especialmente, da forma como estão distribuídos os fatores de produção. Em relação às atividades rurais, a estrutura fundiária concentrada é um empecilho ao aumento da produção e à melhoria da distribuição da renda. "O binômio latifúndio-minifúndio é causa de preservação de *status quo*, dificultando as possibilidades de transformação social e de desenvolvimento econômico. Enquanto o latifúndio se especializa na pecuária e na monocultura e se constitui em fonte de poder econômico e político, o minifúndio tem o papel de produzir alimentos para subsistência e para o mercado local, além de constituir-se no reservatório natural de mão-de-obra para as demais atividades. No final, observa-se a existência de terras não adequadamente aproveitadas no latifúndio, enquanto nos minifúndios se concentra o subemprego da mão-de-obra, onde baixos níveis de produtividade regulam os rendimentos da força de trabalho no meio rural e meio urbano. Como resultado, o quadro de pobreza absoluta e a expulsão da população para as cidades e para outros Estados". (Magalhães, 1983, p. 2).

Neste contexto de empobrecimento do campo cearense devido à ação recorrente das secas, à persistência de formas obsoletas de propriedade, posse e trabalho, e minado por formas perversas de "modernização" - por exemplo a finalidade especulativa dos latifúndios como garantia de empréstimos bancários aplicados no comércio e/ou na indústria urbanas - as atividades industriais e terciárias urbanas não podem receber o contingente de força de trabalho expulso nem muito menos atraí-lo condignamente. Como diz ainda Magalhães, "se bem que se

reconheça que, no contexto do Nordeste, a nova industrialização do Ceará é mais coerente com a dotação regional de fatores - no Ceará tem sido menor o custo de um emprego industrial, porque os ramos industriais implantados são relativamente mais utilizadores de mão-de-obra - ainda assim a contribuição da indústria para a criação de empregos tem ficado muito aquém das necessidades. A estrutura da distribuição da renda a nível nacional, e a inserção da economia industrial do Estado no contexto regional e nacional, induzem a adoção de tecnologias competitivas a nível nacional, as quais, por sua vez, são importadas de países desenvolvidos, onde a mão-de-obra é fator escasso. Em consequência, essas tecnologias são necessariamente poupadoras de mão-de-obra". (1983, p. 3).

Em outras palavras, apesar de tudo, o recente surto de expansão industrial foi marcado, como já dissemos, por um processo de substituição tecnológica que incidiu fortemente sobre setores tradicionais (têxtil, alimentar, de vestuário e de minerais não metálicos) promovido sob as imposições das leis de competitividade, o que leva a pensar que se o espaço cearense fosse compelido a uma integração industrial na divisão nacional do trabalho, seu problema de excesso de força de trabalho não seria resolvido ipso facto, muito pelo contrário. (O que aconteceu em Pernambuco e na Bahia).

Além do mais, tanto a pouca disseminação espacial das atividades econômicas como a própria natureza dos investimentos instalados no Ceará, geralmente de baixo poder germinativo, agravam a pressão por emprego e renda.

Em 1970, o município de Fortaleza detinha 62,3% do emprego industrial, 51,2 e 41,9% do emprego em serviços e comércio, respectivamente; em 1975, estas percentagens eram de 65,3, 74,0 e 40,5%. Por outro lado, embora venha se observando um crescimento do tamanho médio das empresas, prevalecem, mais acentuadamente, as de pequeno e médio porte na atividade industrial. Em 1975, numa amostragem compreendendo as firmas mais expressivas que representavam 98,2% da produção industrial do Estado, 55,4% delas tinham menos que 10 pessoas empregadas e 76,3% menos que 20 pessoas ocupadas.

Ademais, para aquele conjunto industrial, a constituição jurídica denotava uma incipiente capacidade de modernização capitalista vez que 46,9% das mesmas eram firmas individuais, 31,3% de sociedades limitadas e de pessoas e apenas 19,4% de sociedades anônimas. Sem dúvida, esta característica organizacional de gerenciamento está afeita ao próprio tamanho da firma prevalecente e da relativa dificuldade de abertura do capital e, portanto, de uma dinâmica empresarial restrita.

Este quadro, agravado por uma distribuição concentrada dos meios de produção - terra, capital e tecnologia - resulta em concentração de renda e riqueza e lança uma pressão excessiva sobre o chamado setor informal. Pouco interessa no Ceará a taxa de desemprego contabilizada de acordo com padrões norte-americanos - e que pode talvez ser aplicada significativamente em São Paulo, por exemplo - tal é o subemprego ou a subutilização da força de trabalho tanto rural como urbana.

Na cidade, entretanto, ocorre uma manifestação mais transparente devido, principalmente, às pressões sobre custo de reprodução da força de trabalho o qual tende a ser mais alto que no meio rural, o que força, necessariamente, a consolidação de vastos bolsões periféricos de pobreza e marginalidade social.

As várias atividades exercidas em condições precárias de trabalho, com baixos níveis de produtividade e de rendimento, no meio urbano sejam as de pequeno comércio, serviços autônomos instáveis e pequenas manufaturas cuja a organização mais propriamente capitalística é muito débil, ou inexistente, dão a tônica do subemprego neste meio.

Para o Estado do Ceará, segundo pesquisa realizada pelo SI-NE-Ce em 1979, o nível de subemprego atingia cerca de 36% da força de trabalho, sendo mais dramática a situação nos municípios de médio porte (47%); ademais, constatava também que o meio rural apresentava uma taxa ligeiramente superior ao meio urbano, 36 e 35%, respectivamente. Sobrelevam-se de modo importante nestes dois setores as atividades primárias com 49,2% e as terciárias com 34,7%.

Ao se considerar a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e os municípios de médio porte, verifica-se que as taxas de subemprego são sensivelmente maiores no setor terciário (68 e 41%, respectivamente), o que reflete a urbanização desigual, excludente, característica de áreas subdesenvolvidas.

No meio rural, a permanência do subemprego decorre da consolidação das atividades produtivas de subsistência desenvolvidas nas pequenas propriedades por um lado, e, por outro, das relações de produção encetadas nas médias e grandes propriedades em formas de parceria e baixo assalariamento. No fundo, subsiste um relativo immobilismo estrutural no complexo latifúndio-minifúndio que culmina numa pressão demográfica "excessiva" sobre a terra, consubstanciando os fluxos migratórios no sentido campo-cidade.

Das unidades produtoras 90% têm menos de 100 ha e detêm somente 32,5% da área total enquanto que 1,3% dessas unidades tem mais de 500 ha e detém 34% da área total. Este quadro fundiário mostra seu real significado quando se nota que as unidades produtoras com menos de 100 ha são responsáveis por mais de 70% do emprego gerado e as unidades produtoras com mais de 500 ha são responsáveis somente por 5,3% do emprego. Da população economicamente ativa na agricultura, em 1980, 85% ou não era remunerada ou recebia menos de 1 salário mínimo. (Em termos do Nordeste, Brasil e São Paulo, os números são, respectivamente, 78%, 55% e 38%). Estes dados se tornam dramáticos quando se leva em consideração que 44% da PEA cearense se encontra na agricultura, setor que tem uma participação média de 35% na formação do PIB quando se considera um período de 10 anos. Ultimamente esta participação vem decrescendo em função dos efeitos das secas (em 1980, foi de 14,8%). Além do mais, o rendimento monetário médio no meio rural representava no mesmo ano tão somente 39% do rendimento médio do meio urbano.

O CEARA SOCIO-POLÍTICO CONTEMPORÂNEO

O argumento deste artigo tem sido, até o momento, de que a especificidade econômica do Ceará contemporâneo em relação a outras "regiões" do país reside na sua frágil inserção na dinâmica moderna do capital. O Ceará conservou seu espaço num estado de reserva, o que teve como consequência uma relativa persistência de formas tradicionais de operar. Na medida em que esta inserção se deu, ela teve efeitos perversos para as classes subalternas que constituem a grande maioria da população. Segundo dados da FIBGE, em 1980, 28,7% da população economicamente ativa percebia, como rendimento médio mensal, até 1/2 salário mínimo e 30,3% de 1/2 a 1 salário mínimo. A situação vem se agravando. Enquanto 50% da população mais pobre do Ceará percebe 15,2% de renda pessoal, 1% da população mais rica percebe 15,7 e 10%, 51,9%. Quando estes dados são desagregados em termos de zona rural e zona urbana bem como de sexo, a desigualdade toma maiores contornos ainda.

Consoante com a nossa concepção de região anteriormente definida, em que a dimensão política relacionada e imbricada no econômico assume uma importância privilegiada pois o fechamento da região depende do controle de certas classes dominantes, é preciso observar que no plano sócio-político e administrativo-institucional perdura um jogo de poder e dominação quase que de estilo "soma zero". O que se conclui partindo de qualquer indicador social e político tomado dentro de uma bateria a mais ampla possível, é uma coisa só (aqui todos os caminhos levam à mesma conclusão): a situação social do espaço cearense é extremamente concentrada. No topo uma classe dominante (ou elite) diminuta, na base uma massa numerosa e desmobilizada que, se contribui para a fraca acumulação produzida, dela não se beneficia. No meio, uma frágil e conivente classe média que busca mais sua ascensão principalmente mediante possíveis benesses do Estado do que uma reversão da situação.

Já que a estrutura produtiva agrária é inoperante e recessiva - ainda mais nestes anos seguidos de estiagem - e que a estrutura industrial é pouco diversificada e limitada, a captura do Estado e de seus

aparelhos continua sendo a grande meta da atividade da classe dominante cearense. Longe do Estado parece não haver salvação. Como o Estado é escasso tanto nas suas gratificações materiais como simbólicas, a luta pelo seu controle continua intensa e talvez se intensifique dia-a-dia. A classe dominante cearense, reduzida em número, é também extremamente reduzida na sua composição, pois existe uma concentração física - em termos de pessoas - de várias categorias sociais: políticos, latifundiários, empresários, grandes comerciantes. Persiste o aspecto familiar, clânico e, portanto, oligárquico da classe dominante cearense, como persistem traços tradicionais no seu comportamento.

Continua prevalecendo em grande proporção a identidade entre o poder público e o poder pessoal e doméstico dos donos do poder, característica da era dos antigos "coronéis". Não se verifica no aparato institucional do Estado do Ceará uma nítida separação entre o público e o privado, separação que tanto contribui para o aumento da cidadania nos países capitalistas centrais. Isto apesar do movimento de seu aparato. As sociedades modernas, com efeito, desenvolveram uma burocracia eficiente, baseada, até certo ponto, no controle das decisões pelos beneficiários, na universalidade e no anonimato de seus serviços, na eleição de seus dirigentes, no rodízio dos cargos de poder e prestígio, na meritocracia de seus profissionais. Este comportamento institucional, se não elimina a dominação exercida pela burocracia, limita-a seriamente.

O aparelho burocrático do Estado do Ceará ainda é de natureza patrimonialista. Seus mecanismos ainda são o centralismo personalista, o exclusivismo, o regime de favor, a outorga pessoal, o empreguismo clientelístico, o nepotismo e, muitas vezes, a corrupção impune de seus detentores. Tal comportamento evidenciou-se nos meses que precederam e sucederam às eleições de 15 de novembro de 1982. Milhares de empregos foram criados pelo então Governador Manuel de Castro Filho que, na televisão, reconheceu ter criado 20.000 cargos pressionado que foi por outras correntes dentro do próprio partido. Após as eleições, a população cearense atônita via os assim chamados três coronéis - os ex-governadores Virgílio Távora, César Cals e Aduino Bezerra - repartir entre suas correntes os cargos dos diversos

escalões em fidelidade a um acordo celebrado em Brasília para pacificar o PDS em torno do nome do professor Luis de Gonzaga Fonseca Mota como candidato a governador. Viu-se parentes assumirem cargos, candidatos derrotados a vereador tomarem o lugar de arquivista, engenheiro tornar-se diretor pedagógico... etc. Estes exemplos e outros que poderiam ser lembrados seguem uma lógica: a do particularismo e da outorga pessoal. Basta lembrar aqui o depoimento do deputado estadual Aquiles Peres Mota, Presidente da Assembléia Legislativa e Secretário Geral do PDS cearense, sobre o presidenciável Paulo Maluf e os mecanismos da política para demonstrar o argumento: "Eu tenho uma simpatia muito grande pelo deputado Maluf e explico porque: Ele é um homem que cultiva as amizades e tem aqueles gestos mínimos de carinho para com a família da gente, para com os filhos, a esposa, para a gente mesmo. É um homem que telefona e demonstra essa amizade e isso é muito importante pois política é feita na base da amizade". (Jornal O Povo. 16/10/83).

Nesse contexto de amizade, é fácil entender porque não pôde florescer no Ceará uma oposição forte. A oposição de fato se centralizou no interior da ARENA e do PDS à sombra do poder. O que existe na vida partidária cearense são, em realidade, os velhos partidos PSD e UDN que não quiseram correr o risco de uma oposição aberta; o PDS vive dividido em correntes adversárias mas unidas na concepção da política.

Assim, a classe dominante cearense fecha a "região" em torno de si, de seus interesses e de seus currais, reclamando por mais verbas e recursos do erário federal sem que se note um efetivo atendimento às necessidades básicas da população. Por outro lado, o que esperar em termos de fortalecimento da sociedade civil de camponeses sem terra, operários sem fábricas, autônomos sem mercado de trabalho, migrantes sem chão onde se fixar, habitantes da capital e de cidades de porte médio sem casa, escolarizados sem saber ler nem escrever...? Poderiam estes condenados do sistema ter força política para influir nos destinos do Estado?

A pobreza e a miséria, o desemprego e subemprego, a falta de escolarização, a fome e agora a sede facilitam e tornam estratégica a

submissão. É claro que, sobretudo na Capital, nota-se um avanço da organização civil. Mas a falta de uma cidadania representativa mobilizada e agressiva continua sendo a marca do espaço social cearense. São homens livres numa ordem que, embora subordinada ao capital, continua, na sua prática civil e política, patrimonialista. Ordem sem dúvida obsoleta mas adequada a um espaço cujo estatuto é de servir de reserva de mercado.

BIBLIOGRAFIA

- MAGALHÃES, Antônio Rocha. *Prioridades para a Transformação da Sociedade Cearense*. UFC, Mimeo, 1983.
- MARKUSEN, Ann R. "Região e Regionalismo": um Enfoque Marxista" in *Espaços e Debates*, ano 1, n. 2, maio de 1981.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma Re(li)gião, SUDENE, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- SMELZER, Neil. *J. Essays in Sociological Explanation*. New Jersey, Prentice-Hall, Inc. 1968.

TERCEIRIZAÇÃO, TAYLORISMO E CONFLITO

*Manoel Luiz Malaguti**

TERCEIRIZAÇÃO E CONFLITO

Em artigo anterior¹, procuramos mostrar as incoerências nas quais incorrem os defensores da terceirização ao caracterizá-la como uma técnica de organização empresarial *imparcial e harmoniosa*. Nos vários estudos que ali citamos, a terceirização das atividades econômicas aparece como neutra, apartidária e anti-conflitiva, e isto porque executada por homens cujas qualidades *morais* não são colocadas em dúvida: ao engajarem-se num processo de terceirização, tanto empresários quanto trabalhadores visariam apenas o bem comum. Nos contratos entre as partes, da mesma forma, todos os envolvidos devem ganhar, todos devem ser beneficiados de *forma eqüitativa* (contrato "ganha-ganha"). Logo, neste gênero de relação jurídica os contratantes não são oponentes ("partes"²), mas sim colaboradores ("parceiros").

*Professor do Departamento de Economia e Finanças da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande. Doutor em Ciências Econômicas pela Universidade de Picardie, França.

¹ Malaguti, M. L. "Cooperação e Terceirização no Brasil". Campina Grande, Mimeografado, Mestrado em Economia, UFPB, 1994.

² Segundo o mais conhecido defensor da terceirização, o advogado e consultor de empresas J. S. Leiria, "o contrato é a causa originária das obrigações. É através dela que as partes contraentes se *obrigam* a uma relação negocial e jurídica de caráter patrimonial (...) o

Mas por que as *partes* devem transformar-se em *parceiros*? A forma pela qual esta transformação ocorre *não foi, até hoje, objeto de explicação*. E isto por uma razão muito simples: segundo os teóricos da terceirização, um *verdadeiro* contrato de terceirização só pode realizar-se entre parceiros. Eles consideram que, num *legítimo* contrato de terceirização, os contratantes são confiáveis, íntegros e responsáveis. Assim, num *verdadeiro* contrato de terceirização não existem "partes", pois os contratantes são sempre "parceiros". Logo, segundo o ponto de vista dos defensores da terceirização, sequer há uma transformação, já que as "partes" *sempre* são "parceiros".

Ou seja, a virtude dos contratantes é considerada um *pressuposto* dos verdadeiros contratos de terceirização: "Salientamos o princípio da boa fé e a teoria da confiança, além do respeito às partes envolvidas. O contrato de terceirização *deixa de existir ou é viciado* [os grifos são nossos] se não compreendidos adequadamente estes princípios³".

Partindo do pressuposto da existência de parceria entre os contratantes, o contrato transforma-se numa simples formalização das boas intenções dos contratantes. Para que, então, formalizar as intenções de quem só age visando o bem comum? Para que, perguntamos, formalizar as intenções de empresas cujos procedimentos são conhecidos e estão acima de qualquer suspeita? Para que, insistimos, estabelecer sanções e foros de resolução de disputas quando estas, pressupõe-se, não devem ocorrer? Ora, aceitando-se os pressupostos dos defensores da terceirização, o contrato torna-se um "contrapeso" e uma burocracia suplementar. Caso a *verdadeira* terceirização seja uma relação baseada na honestidade e na confiança entre os envolvidos (os parceiros), todo e qualquer contrato serve apenas para aumentar o tempo e os custos da produção. Como entender, então, que a principal preocupa-

contrato *sujeita* as partes à observância de conduta idônea [os grifos são nossos]". Leiria, J. S. *Terceirização: O Caminho para a Administração Pública e Privada*. Porto Alegre, Sagra-dc Luzzatto, 1993, p. 79.

³ Leiria, *op. cit.* p. 83.

ção dos escritos sobre terceirização concentre-se nos detalhes da elaboração de contratos? Como interpretar, então, as centenas de ações trabalhistas que todos os anos são impetradas por "parceiros" de contratos de terceirização? Estes não seriam *verdadeiros* contratos de terceirização? Se por "verdadeiros" entendermos "reais", nossa resposta será *sim*. Mas se por "verdadeiros" entendermos "desejáveis", nossa resposta será *não*. E neste último caso, os verdadeiros contratos de terceirização só poderão ser realizados numa sociedade idealizada, numa sociedade imaginada pelos terceiristas, numa *sociedade coletivista* que pouco tem de parecido com a que vivemos.

Parece-nos claro que a moderna generalização da instituição do contrato revela, ao contrário do que propõem os defensores da terceirização, o conflito latente ou aberto que orienta as ações dos contratantes. Acreditamos que as "partes" podem aceitar a "parceria" como tática de luta, como método de sobrevivência e prática concorrencial. Mas mesmo nos mais coesos oligopólios ou cartéis, basta apenas uma pequena mudança conjuntural para que a fragilidade da união apareça, a concorrência se acirre e o individualismo latente se manifeste — o mesmo ocorrendo no interior de grupos de trabalhadores momentaneamente aliados.

Não pode existir economia de mercado sem concorrência, sem luta econômica ou disputa de preços. Quando um grupo de empresários entra em acordo, isto é momentâneo, e quase sempre visando anexar os lucros de grupos concorrentes. Quando os trabalhadores se unem, isto é provisório, e quase sempre para reforçar o peso de suas reivindicações. Em resumo, *a união nada mais é do que uma forma temporal e necessária do conflito*. É assim que funciona nossa sociedade, mesmo que isto incomode, profundamente, os projetos dos adeptos da terceirização...

Ao tentarem retirar o caráter conflitual das relações entre empresas, entre trabalhadores ou entre empresários e trabalhadores, os representantes da teoria da terceirização inventam uma nova economia: um capitalismo cooperativo e pacifista, preocupado com qualidade e quantidade, e não com os lucros. *Mas onde existe esta economia?*

Em artigo anterior começamos a responder esta questão. Mostramos ali que os defensores da terceirização construíram um mundo, um "mundo idealizado", fraternal e harmonioso, para justificar os possíveis efeitos benéficos da terceirização. Agora, vamos mostrar os efeitos da terceirização numa economia real, em nossa economia mercantil, necessariamente conflitiva e concorrencial. Com este objetivo, mostraremos como o processo de terceirização é um herdeiro legítimo do taylorismo⁴, mesmo que seu descendente rejeite enfaticamente esta paternidade: para os terceiristas, o taylorismo é visto como uma forma de gestão empresarial intrinsecamente *conflitiva* e, portanto, frontalmente distinta da gestão empresarial baseada na terceirização.

TERCEIRIZAÇÃO OU TAYLORISMO RADICAL?

AS CRÍTICAS AO TAYLORISMO

A descendência direta do taylorismo, e a reprodução "genética" dos seus vícios, são características da terceirização guardadas a sete chaves. Entre as formas de camuflar esta descendência direta, duas delas merecem destaque: 1) a procura de semelhanças entre a terceirização e o modelo de gestão japonês e 2) a identificação dos métodos da terceirização com a modernidade.

⁴ O taylorismo é uma forma de gestão empresarial baseada na apropriação do conhecimento dos trabalhadores pelos administradores de empresas. Por este meio, a direção consegue estabelecer uma nítida distinção entre concepção e execução, entre os que concebem o trabalho a ser feito (principalmente os engenheiros e pesquisadores) e aqueles que simplesmente o executam (os trabalhadores menos qualificados). Assim fazendo, engenheiros e administradores não somente determinam o ritmo, a produtividade e a intensidade do trabalho executado, como também exercem um maior controle sob algumas formas de resistência (sindical ou não) dos trabalhadores.

Por oposição ao taylorismo, a terceirização procura se apresentar como representante da moderna gestão empresarial. No entanto, o propalado arcaísmo do taylorismo *não é passível de comprovação empírica*. Ao contrário do que propagam os terceiristas, a maior parte do PIB dos países industrializados é produzida em empresas tayloristas. E mais, a atualidade dos métodos de Taylor é tanta, que *cientistas do mundo inteiro reúnem-se continuamente para discutir seus desenvolvimentos e perspectivas*⁵. Da mesma forma, as semelhanças entre o modelo japonês e o modelo terceirista resumem-se à constatação de que as empresas japonesas terceirizam suas atividades. Ora, na medida em que todas as Economias terceirizam ao menos algumas de suas atividades, as semelhanças apontadas pelos terceiristas são, no mínimo, supérfluas. Na realidade, o que eles desejam é provocar a identificação entre uma *falsa imagem* ocidental do modelo japonês e o processo de terceirização que se pretende implantar no Brasil (a gestão empresarial japonesa será tratada num próximo artigo⁶).

⁵ Dentre as inúmeras obras que podem colaborar para o estudo do taylorismo, podemos citar os seguintes livros de Benjamin Coriat: 1) *Science, Technique et Capital*, Paris, Seuil, 1976; *L'Atelier et le Chronomètre*, Paris, Bourgois, 1982; *La Robotique*, Paris, La Découverte-Maspero, 1983 & *Penser à l'Envers*, Paris, Bourgois, 1991. Mas a atualidade do tema também pode ser observada no didático livro de Christian du Tertre et Giancarlo Santilli, *L'Automatisation et Travail*, Paris, PUF, 1992; ou ainda (entre centenas de publicações recentes) nos excelentes artigos reunidos no nº 18 da revista *Manière de Voir* (Paris, Le Monde, maio de 1993), dedicada ao tema "Les Frontières de L'Economie Globale". O leitor preocupado em obter uma visão global do taylorismo, também obterá informações valiosas na coletânea dos artigos apresentadas num Colóquio Internacional sobre o tema, realizado em Paris, e organizado por Maurice de Montmollin & Olivier Pastre: *Le Taylorisme*, Paris, La Découverte, 1984.

⁶ A administração de empresas japonesa já foi objeto de um tratamento preliminar em "A Terceirização e o Modelo Japonês de

Isso posto, somos levados a supor que o pretendido distanciamento entre a influência de Taylor e as teses da terceirização não passa de uma nuvem de fumaça, de uma camuflagem que visa esconder o papel fundamental de Taylor na construção destas teses. Em outras palavras, somos induzidos a pensar que a crítica social do taylorismo tem como objetivo dissimular a inevitabilidade da precarização das condições sociais de trabalho provocada por um método de gestão fundamentalmente taylorista.

As críticas ao taylorismo encontram-se espalhadas em todos os escritos que elogiam a terceirização. Nesse sentido, as observações de Leiria, no seu pioneiro livro sobre o tema, são exemplares. Logo na terceira página deste escrito, o autor qualifica as empresas em 3 tipos: a "taylorista", a "taylorista 'desenferrujada'" e a que adota a terceirização⁷. Seria quase desnecessário dizer que esta tipologia representa, para o autor, uma evolução de caráter modernizante (do bárbaro ao civilizado) e humanizante (da exploração conflituosa à partilha cooperativista) das técnicas gerenciais. Por oposição à empresa terceirizada, a empresa taylorista possuiria uma série de características retrógradas e antiquadas, dentre as quais a mais importante seria uma hierarquia opressiva e baseada na clara separação entre dois grupos de trabalhadores: "os que pensam e os que executam". Segundo este autor, "A maior parte das empresas brasileiras é deste tipo, volumosa, pesada, sem agilidade. Os que compõem tais empresas se encontram em dois grupos bem distintos — *de um lado, os que pensam; de outro os que executam* [os grifos são nossos]"⁸.

Gestão", in Cadernos de Economia (série debates), Campina Grande Mestrado em Economia, UFPB, outubro de 1994.

⁷ Leiria, J. S. *Terceirização: Uma Alternativa de Flexibilidade Empresarial*. Porto Alegre, Sagra-de Luzzatto, 1993, p.23 (após o índice, a apresentação e vários prefácios).

⁸ Leiria, op.cit. p.23.

Mas não serão exatamente os métodos da terceirização que radicalizam esta lógica da distinção (de empresas e de trabalhadores)? Ou ainda, não será porque não se pode terceirizar sem aprofundar a taylorização dos processos produtivos que estas divisões e distinções tendem a ser cada vez mais profundas e mutiladoras?

TERCEIRIZAÇÃO E DECOMPOSIÇÃO DO COLETIVO DE TRABALHO

O princípio fundamental da terceirização é a divisão da organização do trabalho, a separação das tarefas e o recurso crescente a especialistas. Este princípio é tão capital que, por vezes, confunde-se com o próprio processo de terceirização na sua *totalidade*. Autores como Giosa chegam a definir a terceirização como a cultura da divisão ou, em suas próprias palavras, como "a tendência de transferir para terceiros as atividades que não fazem parte do negócio principal da empresa", ou ainda "como uma tendência moderna que consiste na concentração de esforços nas atividades essenciais, delegando a terceiros as complementares"⁹. Assim, de um lado encontramos a empresa-mãe, respondendo pelas atividades essenciais e, de outro, as terceiras empresas, respondendo pelas tarefas acessórias ou secundárias — e anteriormente executadas pela empresa-mãe. J. S. Leiria, por sua vez, sintetiza assim as funções da terceirização: *tudo o que não é vocação de uma empresa deve ser entregue para especialistas*. E continua: "Na era da valorização do conhecimento, as atividades que não representarem a essência da organização serão subcontratadas. Além disso, o trabalho será levado às pessoas, conforme as distinções de especialização e qualidade". Ora, acrescenta o autor, "tudo isto é favorecido, nas relações de trabalho, com a terceirização, pois nela o mérito de cada

⁹ Giosa, L. A. *Terceirização: Uma Abordagem Estratégica*. São Paulo, Pioneira, 1993, p.14.

profissional passa a ser medido pela sua qualificação, pelo domínio intelectual que tem de sua especialidade [...]”¹⁰.

O processo de terceirização apoia-se, então, na desagregação de uma atividade produtiva anteriormente unificada. Esta desagregação é justificada pela possibilidade de se atribuir cada etapa não-essencial da produção a verdadeiros especialistas. Desta forma, a terceirização implica na criação de um conjunto de empresas ultra-especializadas e dedicadas a pequenas parcelas, secundárias ou acessórias, de uma produção anteriormente unificada numa empresa-mãe¹¹. Neste sentido, perguntamos: qual a diferença entre o progressivo processo de simplificação e especialização do trabalho (que teria culminado com o taylorismo clássico) e a terceirização? *A diferença é a radicalização deste processo!* Dando continuidade à prática taylorista de segmentar o processo de trabalho para melhor *controlar* os trabalhadores, a terceirização provoca uma *decomposição do coletivo de trabalho*. Com a terceirização, os trabalhadores são 1) "espalhados" entre várias empresas (decomposição jurídica e geográfica); são 2) separados de amigos e colegas (decomposição psicológica); e são 3) afastados das lideranças e dos movimentos sindicais já estabelecidos (decomposição política).

Assim, se o taylorismo clássico preocupa-se em aniquilar o poder do trabalhador *individual*, a terceirização completa esta obra decompondo o *coletivo* de trabalhadores. Nas palavras do próprio Taylor, "a primeira das obrigações [da direção de empresa] é a apropriação deliberada (...) da grande massa de conhecimentos tradicionais

¹⁰ Leiria, J. S. *Terceirização: O Caminho para a Administração Pública e Privada*. São Paulo, Sagra-de Luzzatto, 1993, pp. 22-23.

¹¹ É tão grande o desmembramento das atividades anteriormente reunidas no seio de uma única empresa, que alguns autores começam a estudar a terceirização das terceiras empresas: o chamado processo de quarteirização (Consulte-se, por exemplo, a matéria de capa da Revista da ABRAMAN — Associação Brasileira de Manutenção — n° 45 de nov./dez. de 1993).

que no passado se achava na cabeça dos operários¹². A terceirização, por sua parte, reforça o taylorismo ao atuar no nível das *relações entre trabalhadores*, impedindo que a proximidade e a troca de experiências possibilitem uma recomposição, ou criação, de conhecimentos que possam subsidiar suas reivindicações: se a obrigação da direção taylorista clássica era a apropriação do conhecimento do *trabalhador individual*, a obrigação da direção terceirista é a apropriação do conhecimento do *trabalhador coletivo*.

Como legítima descendente do taylorismo clássico, a terceirização tem como função aperfeiçoar os meios de desapropriação do saber operário e de enfraquecimento das condições de luta dos trabalhadores.

TERCEIRIZAÇÃO E SEPARAÇÃO DOS TRABALHOS DE EXECUÇÃO E CONCEPÇÃO

Conforme pudemos observar, a terceirização da economia implica, por um lado, na contratação de empresas ultra-especializadas para a execução das etapas acessórias ou secundárias do processo produtivo e, por outro, na manutenção das atividades essenciais no interior de algumas empresas privilegiadas. É assim, por exemplo, que a IBM terceiriza os serviços de limpeza, manutenção e restaurante, mas sequer aceitaria pensar numa terceirização da produção de "chips" de computador. Da mesma forma, o Polo Petroquímico de Camaçari terceiriza os setores de limpeza, alimentação, transporte, manutenção, ensacamento, carregamento de caminhões, vigilância e atendimento médico, mas sequer aventa a possibilidade de terceirizar as atividades tecnologicamente de ponta.

Evitando a discussão sobre o grau de especialização ou de eficiência das empresas contratadas, resta-nos a constatação de sua exclusiva atuação em atividades confessadamente secundárias ou aces-

¹² Taylor, F. W. *La Direction Scientifique des entreprises*. Paris, Dunod, 1971, p.68.

sórias: ao lado das empresas que possuem o monopólio da tecnologia avançada, vemos surgir uma multidão de empresas que executam tarefas elementares e rotineiras. Ao lado de empresas dedicadas à *concepção* e ao desenvolvimento tecnológico, surge um turbilhão de unidades produtivas voltadas à simples *execução*. E nunca será demais ressaltar que a divisão de tarefas entre empresas é, de fato, uma divisão entre os trabalhadores que as executam. *Não há como negar, pois, que a terceirização provoca uma divisão entre o trabalho de concepção e o de execução, reproduzindo e ampliando os efeitos do taylorismo clássico*: "Para o taylorismo, dividir o trabalho significa estabelecer uma divisão entre as tarefas de concepção e de preparação, por um lado, e as tarefas de execução, de outro. Esta foi a originalidade histórica do taylorismo e é, ainda hoje, sua tese central"¹³.

Querendo distanciar-se da repulsa social votada ao taylorismo, os adeptos da terceirização tentam "rejuvenescer" os conceitos criados por Taylor. Os aumentos de produtividade são assim desvinculados do crescimento dos lucros e imediatamente reportados ao conceito de Qualidade¹⁴. Da mesma forma, o trabalho de execução (rotineiro e repetitivo) é apelidado de trabalho-meio, e o trabalho de concepção (criativo e estimulante) de trabalho-fim.

Não é também de forma inocente que se procura um elo de ligação entre a forma deformada pela qual se compreende o modelo japonês de gestão e a terceirização (como veremos em outra oportunidade).

Enfim, todos os meios parecem válidos para esconder o fato que "as novas formas de organização do trabalho são simplesmente

¹³ Montmolin, M. de. *Le Taylorisme à Visage Humain*. Paris, PUF, 1981, p. 11.

¹⁴ Uma rápida consulta aos textos do SEBRAE poderá esclarecer o leitor.

uma invenção dos tayloristas que pensam ser mais modernos que seus ancestrais¹⁵.

¹⁵ Montmolin, op. cit. p.40.

COOPERATIVISMO E PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR MODERNIZADA

(O CASO DO PERÍMETRO IRRIGADO DE SÃO GONÇALO - PB)

*Paulo Ortiz Rocha de Aragão*¹

*Claudia Nascimento Queiroz*²

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade dos anos 60 foram lançadas as bases institucionais de um projeto de modernização para a agricultura brasileira. Em sua essência, este projeto pretendia alterar a estrutura técnica da produção agrícola, equiparando-a com a dos países desenvolvidos, em dois aspectos fundamentais: rentabilidade e produtividade. As excelentes oportunidades de exportações de produtos agrícolas brasileiros para o mercado mundial contribuíram de forma significativa para o processo de modernização. Em consequência da modernização, o perfil do setor agrícola nacional passou por importantes modificações em sua base técnica.³

Nesse sentido, foram dados importantes estímulos e subsídios à produção industrial, com vistas à intensificação do processo de industrialização em curso, fazendo-o avançar inclusive, sobre o meio rural. Surgiram

¹ Ph.D em Sociologia, Professor Titular do Departamento de Economia e Finanças, Universidade Federal da Paraíba.

² Mestre em Economia, Professora Assistente do Departamento de Economia, Universidade Federal de Sergipe.

³ Para uma discussão mais detalhada das questões aqui sintetizadas, consulte-se Martine & Beskow (1987, 19-41).

complexos agroindustriais com o capital industrial e financeiro encontrando novas formas de realização dentro da agricultura, que passou a assumir um importante papel, não somente como produtora de matérias-primas e alimentos, mas também como mercado para o parque industrial, em termos de máquinas e insumos agrícolas.

Foi nesse período que a irrigação passou a ser vista como importante estratégia de modernização para o setor agrícola, em especial, nas áreas semi-áridas do Nordeste do país. Com o advento do Programa de Integração Nacional (PIN), em 1970, e seguindo a concepção do Banco Mundial de "erradicar a pobreza rural e fortalecer as economias das zonas semi-áridas contra os efeitos das secas ou estiagens prolongadas", o Estado criou um programa de irrigação específico para a região Nordeste, com vistas à implantação de uma economia de mercado no setor agrícola regional (BNB/ETENE 1985, 22).

O Programa de Irrigação do Nordeste seria executado na região pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Em ambos os casos a ênfase compreendia, basicamente, a criação dos Projetos de Irrigação, também denominados Perímetros de Irrigação. Enquanto que a CODEVASF teria como objetivo expandir as áreas irrigadas que estivessem conjugadas às agroindústrias e atrair empresários para o vale do rio São Francisco, ao DNOCS caberia atuar especificamente com a chamada irrigação pública em projetos de colonização, com base no assentamento familiar e na organização dos produtores em cooperativas (MARA/SENIR, 1990, 14).

No caso dos Projetos Públicos, que constituem nosso objeto de estudo, verifica-se explicitamente nos objetivos da política de irrigação, a criação de uma "classe média rural" e a constituição de um determinado tipo de agricultor, o colono irrigante, que deveria passar a adotar atitudes e comportamentos diferentes daqueles tradicionalmente característicos de um pequeno produtor familiar, dedicado à prática de uma agricultura de sequeiro, apresentando, em geral, baixos índices de tecnificação e de produtividade (BNB/ETENE 1985, 37; MARA/SENIR 1990, 41).

Para adaptar agricultores com tais características ao padrão agrário de produção e de comercialização pretendido, alguns pressupostos foram elaborados. Inicialmente partia-se da premissa de que esses produtores passariam a contar com todas as condições necessárias ao seu maior envolvimento com os instrumentos de modernização, através de uma política agrícola complementar em matéria de crédito, pesquisa, assistência técnica e preços adequados (MARA/SENIR 1990, 40).

Além disso, sendo os perímetros públicos espaços organizados pelo Estado para viabilizar uma produção capitalista, pressupunha-se que as suas ações deveriam respaldar, ou mesmo possibilitar o aprofundamento de relações capitalistas de produção. Por conseguinte e na mesma linha, inferia-se que a tecnificação desses produtores implicaria na sua transformação em pequenos empresários capitalistas (ibid 41).

Com base nesses mesmos pressupostos, foram elaborados os chamados estudos de viabilidade sócio-econômica dos projetos de irrigação (ibid 40). Nesses estudos, a expectativa criada era de que os beneficiários dos referidos projetos estivessem conjuntamente integrados ao padrão agrário de produção e de comercialização desejado. Passando-se a exigir, seja de diferentes perímetros, seja de colonos de um mesmo perímetro, respostas econômicas análogas em termos de produtividade/rentabilidade. A lógica dessas análises, por estar atrelada à mesma lógica de concepção dos projetos, aponta na direção de verificar se os colonos irrigantes estão sendo capazes de proporcionar o tipo de resposta econômica esperada, capaz de justificar o volume de investimentos públicos, realizado pelo Estado, nos projetos de irrigação.

Quando isso não ocorre, começa a se divulgar a idéia de que a irrigação pública é inviável, não se justificando social e economicamente. Isso ocorre, em grande medida, pelo fato das análises definidoras da eficácia e da eficiência do empreendimento, tomarem como referencial parâmetros convencionais (tais como relação benefício-custo, taxa interna de retorno, estimativa de custos, entre outros), que, por sua própria natureza economicista, enfatiza aspectos estritamente quantitativos, sem se preocupar muito com as mudanças sociais e políticas que possam estar sendo viabilizadas nos Perímetros de Irrigação. Não se pretende dizer com isso que a obtenção de resultados econômicos não seja importante. Ao

contrário, achamos que eles são importantes. Ocorre que ganhos nesse sentido fazem parte de um processo de transformação social mais amplo, cuja maturação não é tão rápida quanto tem sido desejada e as críticas condições de pobreza do Nordeste rural exigem.

Desse modo, a ausência de resultados consoantes com as metas propostas expõem, freqüentemente, os projetos de irrigação pública a constrangimentos que, cada vez mais, só dificultam o alcance dos objetivos programados. O mais problemático é que a obtenção de um resultado econômico, em um perímetro público, aquém do que é esperado dos referidos projetos, não é atribuída a uma inadequação institucional mais geral, ou à não implementação das políticas agrícolas, adequadas ao desenvolvimento da irrigação, como era prevista. A praxe tem sido atribuir o não cumprimento de metas e objetivos à falta de racionalidade econômica e a um fraco desempenho dos colonos/irrigantes, que passam a ser considerados como incapazes de adotar atitudes empresariais e por conseguinte, de dar conta de um empreendimento do tipo capitalista.

Entende-se que esses estudos induzem a um tipo de avaliação simplificadora de um complexo processo de transformação / modernização das relações sociais no campo brasileiro, reduzindo-o a uma clássica abordagem em termos de diferenciação social, por desconsiderar as múltiplas variações e possibilidades de inserção da produção familiar no processo de acumulação capitalista quando esta é submetida a estratégias modernizantes. Esse processo, assim como a própria sociedade capitalista, é também repleto de contradições, de ambigüidades e mesmo de conseqüências não vislumbradas. E seriam justamente nos espaços deixados em aberto por esses aspectos, que poderiam surgir alternativas que efetivamente representassem mudanças importantes em curso.

A criação dos perímetros de irrigação não é um acontecimento isolado, devendo ser situado no contexto mais amplo do movimento geral de expansão da sociedade capitalista em seu conjunto e, em particular, no contexto das comunidades envolvidas. Consideramos, por isso, que mais objetivo do que condenar esses projetos, seria tentar analisá-los sob uma ótica que contemplasse sua lógica e dinâmica internas, em vez de, simplesmente, avaliar seus resultados à luz de um modelo pré-concebido. Nessa perspectiva, se faz necessário reexaminar a estratégia oficial de

modernização de pequenos produtores do Nordeste semi-árido, mediante a sua instalação em projetos de irrigação, buscando apreender o seu significado e as suas implicações sociais sobre o grupo de beneficiários envolvidos.

METODOLOGIA E PROCEDIMENTO DA PESQUISA

Este estudo teve como objeto o processo de transformações sociais em curso em um perímetro público de irrigação. Neste contexto, o objetivo do trabalho foi o de verificar a ocorrência de uma compatibilidade entre as ações declaradas de melhoria do padrão de vida desses produtores e os resultados efetivamente encontrados, em uma experiência concreta. A complexidade e diversidade de situações concretas que envolvem a temática em questão, impôs, portanto, uma observação ao nível do particular. O caso concreto estudado foi o Perímetro Irrigado de São Gonçalo, criado em 1973, e localizado no município de Sousa, semi-árido paraibano, distando 440 km da capital do estado. A escolha deste perímetro deriva da circunstância de ser este um projeto com duas décadas de implantação e que, possivelmente, reúne muitas características de uma experiência já consolidada, mostrando-se, portanto, como um bom exemplo para a análise pretendida.

Para uma melhor compreensão do referido processo, concentramos nossa atenção em um estudo de caso. Se por um lado, esta estratégia de investigação limita as possibilidades de generalização dos resultados obtidos, por outro lado, permite o aprofundamento da observação empreendida. Procurou-se portanto, nos limites deste trabalho, analisar o conjunto das transformações sociais vivenciadas pelos pequenos produtores residentes no perímetro irrigado, sob uma ótica que contemplasse as suas expectativas e que indicasse o significado que essas mudanças representaram em suas vidas. Neste contexto empírico, procurou-se compreender e analisar como os colonos/irrigantes pensam as mudanças ocorridas em suas vidas, ao longo do tempo de sua inserção em projeto público de irrigação. De que modo, e até que ponto, essas mudanças têm contribuído para alterar as condições de manutenção /

reprodução destes produtores e para lhes proporcionar uma qualidade de vida mais digna?

Em meio a questionamentos como esses, os seguintes aspectos foram abordados de modo mais específico:

(a) Expectativas dos colonos/irrigantes mediante a sua inserção em um projeto de irrigação;

(b) Transformações mais importantes ocorridas no processo de produção e de comercialização dos produtores à medida em que vai se intensificando as suas relações com o mercado;

(c) Principais dificuldades de expansão da agricultura irrigada no âmbito de um projeto público.

Na decisão de estudar a experiência vivenciada por produtores de um perímetro de irrigação, pesou ainda a intenção de poder trazer alguma contribuição à tarefa de compreensão do processo de modernização / transformação imposto ao setor agrícola brasileiro, a partir dos anos 60, no contexto mais amplo das mudanças ocorridas, que incluem mudanças nas relações de trabalho. Partindo de uma perspectiva comparativa das condições anteriores de manutenção e de reprodução dos produtores em relação às condições atualmente vividas no Projeto, foram realizadas entrevistas e aplicados questionários com os colonos/irrigantes. Foram entrevistados ainda, o pessoal técnico-administrativo do DNOCS e da Cooperativa dos Irrigantes.

A população analisada está distribuída entre três núcleos habitacionais (ou agrovilas), os quais foram denominados de acordo com a ordem numérica em que a sua infra-estrutura ia sendo concluída, a ponto de permitir o assentamento das primeiras famílias selecionadas. Atualmente os três núcleos apresentam respectivamente 101, 169 e 156 famílias. Foram aplicados questionários entre os meses de janeiro e fevereiro de 1993 sobre uma amostra de 19,7% de um total de 426 produtores que compõem o universo da pesquisa. A participação relativa dos produtores de cada núcleo na amostra é proporcional ao número de colonos residentes por núcleo residencial. Foram entrevistados 84 colonos, sendo 24 no núcleo I, 30 no núcleo II e 29 no núcleo III.

Realizamos, ainda, consulta e análise da bibliografia disponível sobre a Política de Irrigação, especificamente dirigida para a região Nordeste, dando-se ênfase à estratégia adotada pelo DNOCS, uma vez que este foi o órgão responsável pela implantação do referido Projeto. Ficando destacados como elementos significativos desse processo: mudanças da base técnica da produção rural, a consolidação de um sistema nacional de crédito e o seu caráter desigual e excludente no que se refere a produtos, regiões econômicas e grupos sociais.

RESULTADOS

Da análise da situação atual dos produtores residentes no perímetro irrigado de São Gonçalo, constatamos uma redefinição completa do processo produtivo que pode ser verificada sob diversas formas. A utilização de novas técnicas, bem como o acesso aos instrumentos de política agrícola, permite afirmar a ocorrência de um processo de tecnificação entre os produtores analisados, embora esta não esteja se dando no mesmo ritmo para todas as fases de cultivo e para todas as unidades produtivas. Mudanças qualitativamente positivas em termos de condição financeira, aumento de produção, maiores possibilidades de escolaridade para os filhos, aumento do padrão de consumo familiar, também puderam ser constatadas, além de outros aspectos trazidos para ilustrar esta situação. Em virtude das limitações de espaço nos concentraremos nos aspectos relacionados com a produção agrícola do perímetro e na evolução da cooperativa.

A PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO PERÍMETRO

Durante os primeiros anos de operação dos perímetros públicos de irrigação, havia um limitado controle dos produtores sobre o processo produtivo. A definição dos sistemas de produção foi uma das imposições do DNOCS. Seguindo o que havia sido previamente definido pelo planejamento estatal, muitas vezes foram introduzidas culturas em lotes agrícola que não eram apropriadas para o tipo de terreno utilizado.

Somente o cultivo de produtos não-tradicional e de alto valor adicionado por hectare permitiria rentabilizar os projetos de irrigação. No discurso oficial, este tipo de direcionamento agrícola aparece, portanto, como uma tentativa de organizar a atividade agrícola, adequando-a aos padrões de uma agricultura comercial modernizada, que permita garantir uma margem de lucro suficiente para rentabilizar os projetos face aos custos fixos da agricultura irrigada.

Dentre as culturas apontadas como as únicas que dariam vantagens em termos econômicos às áreas irrigadas, incluíam-se frutas e hortaliças, em especial uva, melão, cebola, batata, tomate e alface. E previa-se, por isso, que a produção de culturas como o algodão, o arroz e o feijão, culturas tidas como tradicionais, seriam comparativamente pequena nos perímetros de irrigação. O perímetro de São Gonçalo não foi uma exceção à regra geral. Sendo a atividade agrícola dirigida para a comercialização, não havia na fase de implantação do projeto, uma área destinada aos cultivos de subsistência, os quais poderiam ser produzidos apenas em locais que não se prestavam à irrigação, conhecidos como "bota-fora".

Além disso, a produção total dos colonos, incluindo-se a do consumo próprio, deveria ser colocada na Cooperativa dos irrigantes que só posteriormente destinaria a cada família a cota referente à manutenção familiar. Esta situação acabou por gerar uma crescente insatisfação entre os colonos irrigantes levando-os, em alguns casos, a desistirem de seus lotes agrícolas ainda durante os primeiros anos de sua instalação no perímetro.

Atualmente pode-se observar a existência de uma relativa autonomia na organização das unidades produtivas quanto ao comportamento dos produtores na instância mais imediata do processo produtivo, isto é, quanto à decisão da área e do sistema a ser cultivado, assim como pela opção de comercializar, através da cooperativa. Constatamos ainda que os colonos podem destinar 20% dos seus lotes para o auto-consumo familiar (arroz, feijão, milho), além de poderem criar duas vacas em média, para a produção de leite, também voltado para o cultivo próprio.

No que diz respeito à composição da produção comercializada, os dados obtidos em São Gonçalo revelam uma situação também diversa daquela que foi prevista no planejamento oficial. A pauta de produtos cujo plantio foi registrado no PISG se refere, fundamentalmente, àqueles tidos como tradicionais: arroz, banana, coco. Dentre as culturas de alto valor comercial, apontadas como necessárias à viabilização econômica da irrigação no nordeste, somente o tomate vem conseguindo se colocar entre os principais produtos. As experiências com frutas e hortaliças não conseguiram êxito, aparecendo apenas o melão e a melancia, porém com baixa expressividade.

A CAMISG: DA CRIAÇÃO À SITUAÇÃO ATUAL

O surgimento da Cooperativa agrícola Mista dos Irrigantes de São Gonçalo (CAMISG), em setembro de 1973, pouco tempo após a implantação do projeto irrigado faz com que as suas trajetórias se confundam, formando um mesmo conjunto de informações. A exemplo do que aconteceu com o perímetro, a criação da Cooperativa também se fez sem a efetiva participação dos colonos irrigantes. A própria decisão de se criar uma cooperativa não partiu dos produtores que aliás, não tinham qualquer experiência anterior com as práticas associativistas. Nesse sentido, muito mais do que uma ação espontânea, por parte dos produtores, a associação à cooperativa assumiu um caráter compulsório, passando a ser uma das exigências do DNOCS aos produtores que fossem se instalando no perímetro.

Nesse contexto de obrigatoriedade, aos poucos foi se gerando, entre os colonos irrigantes, um sentimento de descontentamento e de insatisfação que, por sua vez, acabou por provocar a reprodução, no interior do perímetro, de mecanismos de comercialização semelhantes àqueles que caracterizavam a prática anterior de parcela importante desses produtores, quando ainda produziam em áreas de sequeiro e eram subordinados aos proprietários de terra.

Não obstante as proibições existentes, por parte do DNOCS, alguns colonos passaram a comercializar sua produção com os "atravessadores" locais, representados, basicamente, por comerciantes

locais de insumos modernos. Progressivamente a situação foi se agravando. Tanto é assim que, no início dos anos 80 em meio a problemas financeiros decorrentes da diminuição de recursos para a manutenção do perímetro e à crescente insatisfação por parte dos colonos, o DNOCS resolveu decretar o início do período de auto-gestão administrativa da CAMISG. É nesse sentido que, no início da década de 1980, a cooperativa foi desvinculada do DNOCS, passando o seu gerenciamento a ser feito através de uma diretoria eleita e composta apenas por colonos, e com autonomia para definir as suas diretrizes de atuação e de funcionamento.

Embora a partir do ano de 1982, a CAMISG tenha, de fato passado a ser dirigida pelos próprios colonos, não se registraram nos primeiros anos de auto-gestão, mudanças significativas na postura dos colonos frente àquela entidade, até pela situação deficitária, em que a receberam e, mesmo, pela falta de familiaridade dos produtores com a sua mecânica de funcionamento.

Existem aliás, muitas queixas, por parte dos colonos com relação às gestões das duas primeiras diretorias eleitas, a partir do início do período de auto-gestão, em termos de desempenho administrativo. Entre os entrevistados, as mais mencionadas foram: ineficiência, distanciamento em relação aos sócios e desmandos administrativos, como por exemplo, desvios de recursos por parte dos dirigentes.

Em virtude dessas circunstâncias, a posição dos produtores frente à cooperativa pouco se modificou. A única alteração de importância que pudemos detectar no período foi o fato de que os colonos passaram a se sentir, efetivamente, donos de sua produção, podendo escolher como e com quem comercializá-la. Em meio a tais insatisfações, a possibilidade de escolher com quem comercializar a produção levou importante parcela dos produtores a optar pelos intermediários e não pela cooperativa, que chegou a operar, em alguns períodos, apenas com cerca de trinta associados. Conseqüentemente, foram se criando novos vínculos de dependência dos colonos face aos atravessadores locais que, como já dissemos anteriormente, eram representados, naquele momento, pelos comerciantes de insumos modernos.

Até bem pouco tempo atrás, era esse o quadro característico da comercialização do PISG. Tanto foi assim, que mesmo em períodos recentes pudemos constatar a evidência desse fato. Observamos, inclusive, que a intermediação comercial parecia estar se institucionalizando no âmbito do projeto. Registramos, a propósito, a presença de um comerciante de insumos agrícolas, que havia ocupado uma casa de farinha de propriedade do DNOCS (então desativada), na qual instalara o seu "escritório" de comercialização. Era neste local, dentro do perímetro, que os irrigantes podiam adquirir fertilizantes, defensivos, enfim, os insumos necessários à produção, ao mesmo tempo em que a repassavam para aquele intermediário. Embora a gerência do perímetro já houvesse exigido a desocupação do imóvel, medidas concretas, nesse sentido, ainda não haviam sido tomadas. Aliás, nem mesmo a terceira diretoria regional do DNOCS, à qual o perímetro é jurisdicionado, havia sido informada sobre o acontecimento. Este atravessador tinha respaldo tanto de políticos locais, como dos próprios colonos.

É nesse contexto que outros estudos realizados no perímetro de São Gonçalo, no período ora considerado, apontaram como tendência a ser seguida naquela área o "fortalecimento de uma estrutura tradicional de comercialização". Ocorre que esta tendência não veio a se confirmar, tendo em vista que importantes alterações foram se verificando, ao longo do tempo, na área do perímetro e a realidade há pouco descrita, se encontra hoje bastante modificada.

A mudança mais significativa foi a reestruturação da própria cooperativa, que passou a atuar em novas bases administrativas e passou a assumir funções mais amplas do que a de simples agente de comercialização de produtos irrigados. Hoje, a cooperativa além de ser o principal agente de comercialização na área de perímetro - contando à época da pesquisa de campo em seu quadro social com 400 associados - passou a exercer funções de escoamento da produção, compra de insumos em melhores condições e, em especial, a de fornecedora do crédito bancário e de outros elementos de modernização, cujo acesso para os irrigantes individualmente tornar-se-ia muito mais difícil. Desse modo, a pesquisa de campo realizada entre os produtores de São Gonçalo, (jan/1993), revelou que a reestruturação da cooperativa é um fato recente que só agora começa

a se manifestar e cujas possibilidades de fortalecimento se ampliam a partir da mudança de atitude dos produtores e do seu grau de envolvimento frente àquela entidade.

Reconhecendo a existência do processo de reestruturação da CAMISG pode-se destacar três aspectos básicos que o evidencia nos primeiros anos dessa década:

(1) O processo de reorganização interna da cooperativa iniciada a partir do ano de 1990, tem-se feito acompanhar da crescente importância do crédito oficial no âmbito do projeto, onde 81,9% dos entrevistados (83 colonos) utilizavam crédito agrícola (custeio e investimento).

(2) Em decorrência do primeiro aspecto, a mecanização no perímetro está associada à utilização de financiamentos oriundos do sistema bancário (de custeio e de investimento);

(3) O terceiro e último aspecto a destacar é o fato de que a comercialização não está mais sujeita aos agentes de intermediação que, atualmente, no perímetro, são figuras secundárias. 84,8% dos colonos entrevistados (73 colonos) comercializam sua produção através da cooperativa, 10,5% (9 colonos) através dos particulares e 4,6% (4 colonos) através de outras formas.

A partir destas evidências surgem portanto as indagações: Que fatores têm revertido a atitude dos produtores frente à cooperativa? Como foi possível tal reestruturação? Quais são as perspectivas e as implicações sociais a médio e longo prazos do processo de reestruturação da cooperativa sobre o grupo social envolvido?

Para a melhor compreensão do referido processo, fomos buscar respostas a partir dos nossos próprios informantes, até mesmo por falta de maiores referências teóricas sobre o fato. De acordo com os entrevistados constatamos que a mudança mais importante está relacionada às alterações na linha de atuação da própria cooperativa que em novas bases organizacionais, e ao contrário das diretorias anteriores, passou a priorizar objetivos mais amplos que a mera comercialização de produtos irrigados ou o simples repasse de crédito bancário aos seus associados. A ênfase passou a ser o atendimento de outras demandas que estivessem diretamente

relacionadas às atividades produtivas e às necessidades mais imediatas do perímetro, tais como: fortalecimento da infraestrutura hídrica do projeto, extensão da rede elétrica aos lotes agrícolas, aumento de estoque de equipamentos e da frota de veículos e, a médio e longo prazo, a introdução de novos cultivos.

É nessa perspectiva que a mais recente atuação da cooperativa tem sido no sentido de promover a elaboração de projetos de desenvolvimento econômico e social junto ao Banco do Nordeste, com vistas à obtenção de recursos da linha de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para concretização desses objetivos. Desse modo, a ampliação das funções da cooperativa fizeram com que a CAMISG passasse a ser vista pelos produtores como uma "verdadeira empresa", conforme expressão usada por um de nossos entrevistados.

Por outro lado, apesar dessas constatações é ainda prematuro considerar que o desempenho favorável da cooperativa seja um atestado de que esta tenha hoje uma estrutura tecnológica e politicamente consolidada ou que venha a ser a solução global para os problemas do perímetro, pelo menos na forma em que se encontra estruturada no momento. A reorganização do processo produtivo em São Gonçalo, a partir da reestruturação da cooperativa é um importante aspecto de um processo mais amplo de transformação social cuja consolidação depende, em grande medida, do nível de organização política dos colonos irrigantes, que ainda é incipiente no perímetro acima. Pudemos inclusive observar que embora reconheçam a importância de uma "cooperativa de verdade", não percebem que o seu bom desempenho atual está diretamente relacionado ao apoio, à credibilidade e a participação deles próprios, colonos irrigantes, junto àquela instituição.

Embora essa limitação particular se refira naturalmente ao fato do perímetro ter sido um espaço organizado pelo Estado e, ao controle ideológico que caracterizou os primeiros anos de implantação do projeto. A exemplo do que aconteceu em outros perímetros também implantados, no contexto do governo militar, cuja especificidade era ter sob controle qualquer tentativa de reivindicação por parte dos produtores.

Existe, porém, um potencial de organização própria dos colonos irrigantes que se evidencia não apenas na consciência dos problemas existentes mas, principalmente, na percepção de que qualquer melhoria para os pequenos agricultores passa pela sua organização e a sua participação em associações de produtores. Por conseguinte, começa a se forjar no perímetro uma consciência quase generalizada da importância das práticas associativistas. Dos 83 colonos entrevistados, 77,1% responderam que achavam que os pequenos produtores podiam influenciar as políticas agrícolas. Destes que assim responderam, 96,9% afirmaram que a forma de influenciar as políticas seria organizando-se em cooperativas.

Porém, as tendências a serem seguidas e as implicações futuras do processo de modernização e transformação social em curso, no âmbito do PISG, não são lineares, sendo por isso uma incógnita. Por ora, o que se pode afirmar, com base nas informações disponíveis para os primeiros anos dessa década é que esse é um momento de um processo ainda em andamento que por isso mesmo apresenta transformações parciais, mas que já serve como demonstração de que cabe à cooperativa um papel importante a ser desempenhado e que, além disso, é sempre possível recomeçar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência da CAMISG nos indica um direcionamento da pequena produção irrigada no sentido de um aprofundamento das relações comerciais. Isto se configura, por um lado, através do aumento da utilização do crédito agrícola e, por outro, através da necessidade de parte cada vez maior da produção se destinar ao mercado. Isto denota um crescente envolvimento dos colonos irrigantes com a lógica modernizante. Esta resposta positiva foi possível no caso de São Gonçalo, através da maior autonomia conquistada pelos irrigantes para definir seus destinos.

A comercialização da produção é atualmente exercida de forma predominante pela CAMISG. Após se deparar, durante os seus primeiros anos de operação, com problemas que iam desde o baixo nível de associativismo a deficiências administrativas, a Cooperativa começou a se reestruturar a partir da diminuição da interferência do Estado sobre aquela

entidade, ocorrida em períodos recentes. A mudança de posicionamento dos colonos frente a Cooperativa e o surgimento de iniciativas e lideranças entre os produtores, são aspectos importantes que também evidenciam o processo de transformações sociais em curso no Projeto São Gonçalo.

É fundamental não perder de vista o fato de que parcela significativa desses produtores é originária de uma cultura forjada no contexto de uma agricultura de sequeiro, passando a enfrentar inúmeras dificuldades de adaptação à prática da irrigação. A agricultura irrigada, planejada para desenvolver cultivos comerciais, impõe um outro tipo de racionalidade, que se expressa através de exigências em matéria de custos financeiros, de incorporação de novas técnicas e de eficiência econômica, com as quais esses produtores não estavam acostumados. Seus conhecimentos anteriores sobre irrigação são realmente muito restritos, ou até mesmo inexistentes.

A assimilação dos colonos/irrigantes tende a ser lenta também, em virtude das práticas paternalistas características dos esquemas governamentais, nos primeiros anos de implantação dos projetos. Outro elemento fundamental que não se pode esquecer é o fato de que o trabalho dirigido das atividades produtivas no Projeto São Gonçalo tem sido, até a ausência da participação dos colonos em sua gestão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA Jr., Armando F. *Relatório de Pesquisa em um Projeto da CODEVASF*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande, 1987.
- BNB/ETENE. *Avaliação do PROJ. NORO e do Programa de Irrigação*. Fortaleza, 1985. (Proj. do Nordeste, 16).
- BNB. *Informações Básicas sobre o FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste)*. s.l. 1992.
- BNB; DNOCS & SUDENE. *Pesquisa sobre a Organização da Cooperativa no Nordeste do Brasil*. Fortaleza, BNB, 1982. (Estudos Econômicos e Sociais, 11).

- CAMISG. *Projeto de Desenvolvimento Econômico e Social. Perímetro Irrigado de São Gonçalo*. 1992.
- CARVALHO, O. de. *A Economia Política do Nordeste (Seca, Irrigação e Desenvolvimento)*. Rio de Janeiro: Campus; Brasília: ABID - Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem, 1988.
- CASTRO, Ana Célia et alii. *Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira*. Brasília, BINAGRI, 1979.
- CODEVASF. *Proposta de Auto-gestão das Cooperativas de Irrigantes*. Documento preliminar. Fortaleza, 1983.
- CORREA, José B. *Emancipação dos Projetos de Irrigação do DNOCS: Fundamentos do Programa*. s.l., 1990 (Mimeo.).
- COSTA, Antonieta P. *Cooperativismo e Estado (O Caso do Projeto São Gonçalo)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa, 1984.
- DELGADO, Guilherme da C. *Capitalismo Financeiro e Agricultura no Brasil*. São Paulo, I cone-Unicamp, 1985.
- DNOCS. *Normas de Colonização. Manual de Ocupação Espacial*. Brasília, 1979.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (Coord); Angela Kageyama et alii. *A Irrigação e a Problemática Fundiária do Nordeste*. Campinas, Instituto de Economia: PRONI, 1988.
- IICA. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Comitê Institucional da Família e da Mulher Rural. *A Posição da Mulher em Projetos de Irrigação*. Brasília. CODEVASF, 1980.
- KAGEYAMA, Angela et alii. *O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: Do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais*. Campinas, Unicamp, 1987. Mimeo.

-
- KAGEYAMA, Angela et alii, *Modernização, Produtividade e Emprego na Agricultura: Uma Análise Regional*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 1985.
- MARA/SENIR. *Atuação da CODEVASF e do DNOCS no Desenvolvimento da Irrigação no Nordeste*. Brasília, 1990. (Versão preliminar).
- MARTINE, George. "A Trajetória da Modernização Agrícola: A Quem Beneficia?" In: Lua Nova, São Paulo, CEDEC, n°-23. 1991. p. 07-37.
- MARTINE, George & BESKOW, Paulo R. "O Modelo, os Instrumentos e as Transformações na Estrutura de Produção Agrícola", In: MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo (org.). *Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola*. São Paulo: Caetés/Hucitec, 1987. p. 19-39.
- MINTER/DNOCS. *DNOCS - Pensamento e Diretrizes*. Fortaleza, 1984. (Edição comemorativa do 75º- aniversário do DNOCS).
- MIRANDA, Érico. *Tomate Industrial: Gênese e Desenvolvimento da Produção Integrada nas Áreas Irrigadas de Petrolina e Juazeiro*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1991.
- MOTA, Dalva M. *Os Camponeses e Busca da Autonomia Possível*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande, 1990.
- NIEPCE. *O DNOCS e o Novo Nordeste: Uma Perspectiva Histórica (1909-1984)*. Fortaleza, DNOCS, 1984, 2v.
- SAMPAIO, Yoni et alii. *Política Agrícola no Nordeste: Intenções e Resultados*. Brasília, BINAGRI, 1979.
- SUDENE. *Diagnóstico do Desempenho do Programa de Irrigação do Nordeste*. Recife, Assessoria Rural, 1980.

SUDENE. *Relatório Sintético sobre Programas de Irrigação do Nordeste*. Recife, 1980 (Vários volumes).

VIEIRA, Vicente de Paulo P. B. *Sistema de Exploração do Perímetro Irrigado no Nordeste Brasileiro: Aspectos Administrativos, Técnicos e Sócio-Econômicos*. Fortaleza, DNOCS, 1979.

VILELA, Sérgio. *Águas Públicas/Riquezas Privadas (A Política de Irrigação para o Vale do São Francisco: Bebedouro e Nilo Coelho)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande, 1991.

AGROINDÚSTRIA NO NORDESTE

(DA MODERNIZAÇÃO A MULTINACIONALIZAÇÃO)¹

M^a Lúcia Gonçalves de Carvalho²

INTRODUÇÃO

Os incentivos colocados à disposição das empresas pelo Estado através da política de industrialização da SUDENE não foram na sua maior parte direcionados à indústria que transforma a matéria-prima agrícola, mas à indústria petroquímica. No entanto, a agroindústria que processa as frutas tropicais e o tomate, que existiam no nordeste mesmo antes da SUDENE, constitui uma exceção à regra, sendo os casos da Maguary S/A, localizada em Bonito-Pe, e da CICANORTE, em Juazeiro-Ba, uma ilustração dessa política. Em ambos os exemplos, a modernização da agricultura, através da maior utilização de máquinas, de insumos químicos e da irrigação, permitiu que as matérias-primas agrícolas em quantidade e qualidades adequadas, atendessem às exigências do setor industrial. Este fato, observamos tanto na cultura do abacaxi em Sapé, na Paraíba, como na do tomate, nos perímetros

¹ Artigo extraído da tese de doutorado *"Les stratégies d'Agroindustrialisation et leurs Rapports avec l'Agriculture dans le Nordeste du Brésil - Les Industries de Transformation des Fruits Tropicaux et de la Tomate"*. Paris, EHESS, dez. 1991.

² Professora do Departamento de Economia - CH - UFPB - Campina Grande, PB. Doutora em Sócio-Economia do Desenvolvimento.

irrigados do Vale do São Francisco. Nestes, a irrigação implantada pelo setor público, através do DNOCS e da CODEVASF, atraiu muitas agroindústrias, principalmente a do tomate, constituindo, inclusive, um pólo agroindustrial, o qual utilizou-se também das vantagens do FINOR, administrado pela SUDENE.

Portanto, neste artigo, nosso objetivo é mostrar à partir da trajetória da MAGUARY S/A e da CICANORTE, nos anos 70 e 80, como as políticas agrícolas e industriais, embora atuando separadamente, mas seguindo a mesma lógica, criaram as condições para a implantação do modelo de desenvolvimento agroindustrial, atualmente predominante na região.

A MAGUARY S/A: DO GRUPO FAMILIAR À EMPRESA MULTINACIONAL

A MAGUARY S/A pertenceu durante três décadas à família Tavares de Melo, que iniciou suas atividades econômicas no interior de Pernambuco, em 1920. À partir de um engenho que se transforma posteriormente, na Usina Olho d'Água, esse grupo familiar chega a constituir um dos mais destacados grupos agroindustriais do Nordeste.

Além do açúcar, o grupo Tavares de Melo, investe na produção do álcool. Em 1960, compra a Usina Estivas no Rio Grande do Norte, com grande plantio de cana e uma destilaria anexa para produzir álcool carburante. Em 1974, é instalada a primeira destilaria autônoma, em Pedras de Fogo, na Paraíba, denominada GIASA- Gramame Industrial Agrícola S/A.

Nos anos 50, o grupo Tavares de Melo estende sua atuação para o setor de transformação de frutas tropicais. Implanta as Industrias Alimentícias Maguary Ltda.³, em Pedras de Fogo-PB, em função da

³ A Indústria muda várias vezes seu estatuto jurídico: 1952 - Agroindustrial Livramento Ltda.; 1953 - Indústria Alimentícia Maguary Ltda. Em 1964, ela torna-se uma sociedade anônima. Nesse trabalho será denominada simplesmente MAGUARY S/A

existência da produção de abacaxi. Mas, com o declínio dessa produção - totalmente substituída pela cana de açúcar - a fábrica foi transferida, nos anos 1960, para o município de Bonito, em Pernambuco⁴.

Logo após a sua implantação em Bonito, a MAGUARY S/A, enfrenta problemas com relação ao fornecimento do caju, que era cultivado ao lado do café. A política implantada, em junho de 1963, pelo próprio Instituto Brasileiro do Café - IBC (criado nos anos 30 e desativado em março de 1990) previa erradicar os cafezais de menor rentabilidade, pois havia uma superprodução no país.

Como o café é uma cultura que absorve muita mão-de-obra, a agricultura do Nordeste, saiu prejudicada, em sua função social de gerar emprego. O café produzido nos estados de Sergipe e da Bahia foi totalmente erradicado, pois apresentava rentabilidade muito inferior à conseguida, por exemplo, nos estados do Paraná e São Paulo. Mesmo com a diminuição da oferta local de caju, a MAGUARY S/A manteve sua unidade em Bonito. Ela adquiria a matéria-prima em outras localidades e para compensar, foi introduzida uma nova linha de produção, a dos derivados do coco. Contudo, a empresa continua sua marcha expansionista, estimulada pelo sistema de incentivos fiscais e financeiros estabelecidos pela SUDENE. Foi beneficiada também com o Decreto-Lei nº 1199 de 1971 que reduz à zero o IPI, para a indústria de suco.

Nos anos 1970, a MAGUARY S/A instala novas fábricas em vários estados: Araguari-MG, em 1974; Aracati-Ce, em 1978 e amplia a de Bonito-Pe, em 1978. Ela inicia também em 1970 a produção de sorvetes de frutas tropicais em Recife-Pe. O projeto da fábrica é financiado pela SUDENE. De imediato, a MAGUARY S/A lidera todo o

⁴ A transferência pode ser explicada tanto por razões econômicas como políticas. Em 1º lugar, havia em Bonito-Pe uma grande produção de caju, ao lado da plantação de café; 2º, o Estado de Pernambuco estava oferecendo vantagens fiscais à industrialização; 3º, a recusa por parte do Governo da Paraíba ao pedido da Maguary, para asfaltar o trecho Goiana-Pedras de Fogo, a fim de facilitar o escoamento da produção.

mercado do Nordeste, que era suprido, até então, pelos produtos da Kibon S/A Industria Alimentícia, vindos de sua fábrica em São Paulo.

A KIBON S/A à exemplo da MAGUARY S/A, pleiteou junto à SUDENE, um financiamento para a instalação de uma unidade industrial. Com o projeto aprovado em 1970, foi implantado em Jaboatão, cidade vizinha à Recife, a KIBON do Nordeste S/A Produtos Alimentícios. Esta pertence ao grupo da General Foods, empresa norteamericana, com outros investimentos na América Latina e especializada na fabricação de alimentos.

O mercado de sorvetes e picolés do Nordeste, por um período de 06 anos, foi suprido pelas duas empresas. A fábrica de sorvetes da MAGUARY S/A embora dispondo de sólida experiência na fabricação de sorvetes de frutas, começa a apresentar prejuízos. O problema era de natureza mercadológica, uma vez que ela devia enfrentar a concorrência dos sorvetes cremosos, produzidos pela KIBON do Nordeste. Além disso, a oferta de sorvetes era muito superior à demanda regional - ficava em torno de 8 a 9 milhões de litros - e a capacidade de cada fábrica era para produzir 11 milhões de litros, por ano. Uma saída viável seria diminuir a produção, através da eliminação de parte da capacidade instalada. Isso de fato ocorreu, através da formação de uma "joint venture" entre a KIBON do Nordeste e a MAGUARY S/A. A nova empresa - Sorvetes Alimentícia do Nordeste S/A - SORVANE, conhecida pela marca MAGUARY/KIBON, continua a funcionar em JABOATAO-Pe. A criação desta em 1976 - primeira fusão de uma empresa do grupo com outra de capital estrangeiro - registra o primeiro sinal de debilidade e abre um espaço à multinacionalização.

Por outro lado, os Tavares de Melo, que possuíam desde 1958 a Fazenda Buracão em Sapé na Paraíba⁵, continuam a investir no setor agrícola e constituir em 1980 na praia de Lucena-Pb a empresa

⁵ Na Fazenda Buracão era plantado o abacaxi destinado a ser processado inicialmente em sua fábrica de Pedras de Fogo e, depois, em Bonito.

Maguary Agrícola Ltda.⁶, para garantir o fornecimento adequado de matéria-prima para suas fábricas. Nessas fazendas é feito o plantio de coco, cujo projeto financiado pela SUDENE, apresenta alto nível tecnológico. As sementes híbridas - do tipo PB 121 e PB 111 - são importadas da Costa do Marfim, na África, cujo rendimento é muita vezes superior ao do coqueiro nativo. Além do projeto para a implantação do coco, a SUDENE financia para a mesma Fazenda, um outro projeto, cuja finalidade é aumentar a área irrigada e evitar o recuo do plantio, pois o coco é muito exigente em água, consumindo cada pé, 25 litros por dia⁷.

Em Araguari-MG, o Grupo comprou em 1981 a Fazenda Sta. Helena, que fornecia parte do maracujá transformado na fábrica local. Essa Fazenda tendo sido vendida em 1988, a fábrica, como fazia anteriormente, continua a comprar a matéria-prima diretamente do produtor, além de fornecer insumos e prestar assistência técnica, como parte integrante de sua estratégia de integração. O banco exige para liberar empréstimos para estes produtores, uma carta de anuência da MAGUARY S/A, o que caracteriza uma situação de dependência destes à agroindústria.

As diferentes estratégias praticadas com sucesso pelo Grupo Tavares de Melo, com a participação de três gerações da família, permitiram a MAGUARY S/A, registrar tanto no setor agrícola como no industrial, um amplo processo de expansão e uma intensa diversificação das atividades, conforme acabamos de ver.

⁶ Em Lucena - a Maguary Agrícola Ltda. - com uma superfície total de 2.437 ha, é formada por 3 fazendas: a Faz. Mangereba com 845 ha (34,7%) ; a Faz. Vale do Mangereba com 824 ha (33,8%) e a Faz. Saué com 768 ha (31,5%). Elas foram adquiridas em 1979.

⁷ A Maguary Agrícola Ltda., mesmo sendo localizada na zona litorânea, registrou, nos últimos anos, uma diminuição na precipitação pluviométrica de 878 mm, caiu de 2.627 mm para 1.749 mm, entre 1987 e 1988.

No entanto, sua eliminação como grupo nacional e regional, ocorreu em julho de 1984. A indústria MAGUARY S/A constituída de três fábricas e duas fazendas foi comprada pela Companhia SOUZA CRUZ, filial brasileira da British American Tobacco. O Grupo Souza Cruz - uma holding formada por 16 empresas - desenvolve atividades em vários setores, onde destacam-se os de Fumo e Cigarros, Papel e Celulose, Sucos e Associados. Afora a indústria, o Grupo atua na pesquisa, na agricultura, no comércio, na administração de imóveis e seguros.

A SOUZA CRUZ é um dos mais importantes grupos econômicos do complexo agroindustrial brasileiro, principalmente no setor de Fumo e Cigarros. Com 06 fábricas e uma enorme rede de distribuição em todo o Brasil, ela controla 78,8% do mercado nacional⁸, sendo citada como o maior contribuinte privado do país. Este grupo passou a controlar a MAGUARY S/A, em 1984, adquirindo 100,0% das ações ordinárias e 54,0% das preferenciais. Em termos de capital total da empresa, essas ações representam 81,4%. Em outubro do mesmo ano, outras ações foram compradas, o que elevou sua participação a 83,0%⁹.

As atividades da SOUZA CRUZ se estendem a todas as regiões do Brasil, e seus produtos se encontram em todos os continentes. Essa participação nos vários mercados deve-se a qualidade, de seus produtos, que segundo a avaliação dos seus diretores é o resultado de seus investimentos na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico. É no setor de Fumo e Cigarros que o grupo SOUZA CRUZ mais se destaca na economia brasileira. Porém o que nos interessa ressaltar é sua atuação enquanto proprietário da marca MAGUARY S/A, marca que continua a liderar o mercado interno de sucos tropicais, participando com 45,0%¹⁰.

⁸ Isto É, março de 1990, Rio de Janeiro. Editora Três.

⁹ SOUZA CRUZ (1985), Informativo Souza Cruz.

¹⁰ SOUZA CRUZ (1985), op. cit

A MAGUARY S/A integra-se administrativamente a SUVALAN, localizada em Bento Gonçalves no RGS, para formar a Indústria de Sucos e Produtos Associados da SOUZA CRUZ. Sua experiência na fabricação de suco é recente, pois começou em 1976, produzindo suco concentrado de uva e em menor quantidade de laranja. Em seguida acrescenta outras frutas como a maçã e o limão. Seus produtos secundários são o estrato da uva e o ácido tártaro, largamente utilizado na indústria farmacêutica.

A MAGUARY S/A, agora sob controle da SOUZA CRUZ, encaminhou projeto à SUDENE, em 1988, com a finalidade de ampliar e modernizar a fábrica de Bonito-Pe e Aracati-Ce. Segundo a classificação¹¹, com base nos critérios previamente estabelecidos - de localização, origem da matéria-prima, uso intensivo de mão de obra - o projeto obteve o percentual máximo (40,0%) do FINOR, para projetos vinculados, direta ou indiretamente, ao capital estrangeiro.

Convém destacar que o grupo SOUZA CRUZ mencionado entre os maiores no Brasil, iniciou suas atividades à partir de uma pequena unidade artesanal e tornou-se um grupo multinacional¹², o que evidencia traços comuns com a MAGUARY S/A na sua trajetória rumo à multinacionalização.

¹¹ Essa classificação seleciona os projetos por faixa de prioridade. Em função do resultado, varia a participação do FINOR nas inversões totais.

¹² O grupo SOUZA CRUZ iniciou sua história em 1903, quando o imigrante português Albino Souza Cruz instalou uma fábrica de cigarros no Rio de Janeiro. O fumo era enrolado em papel, o que o diferenciava dos outros. O resultado foi uma expansão do mercado e como consequência uma ampliação dos negócios. Em 1914, a empresa se transformou em uma sociedade anônima e o controle de suas ações foi adquirido por uma companhia inglesa - a British American Tobacco - que adotou técnicas mais modernas no processo de fabricação.

Em resumo, constata-se que a evolução da empresa **MAGUARY S/A**, desde o grupo familiar Tavares de Melo ao multinacional **SOUZA CRUZ**, tem como instrumento de expansão os mais diversos incentivos, desde o apoio da **SUDENE** à isenção de impostos. Enfim, são mais de trinta anos de financiamento, em condições excepcionais, tanto no setor industrial como no setor agrícola.

A CICANORTE: DA EMPRESA NACIONAL A MULTINACIONAL

O pólo agroindustrial, constituído das cidades Juazeiro-Petrolina, separadas apenas pela ponte Presidente Dutra, construída no início dos anos 50, se destaca no Vale do São Francisco. Elas possuem além de um número significativo de unidades industriais, um sistema bancário expressivo e um setor comercial que funciona como fator de atração na região. Ao lado disto, não podemos deixar de remarcar que o escoamento da produção utiliza, ao lado do transporte rodoviário e ferroviário, a frota da **FRANAVE**, empresa pública criada em 1963, cuja extinção foi anunciada em fevereiro de 1989 como parte da política de privatização do Plano Verão. No entanto, sua continuação, enquanto empresa pública, é devida a influência política, tanto à nível estadual como federal, da família Coelho de Petrolina.

Ao lado das vantagens "locacionais", o Estado, através de seus diversos mecanismos, investiu muitos recursos no Vale do São Francisco, os quais atuaram principalmente em duas frentes: a modernização da agricultura, através dos projetos de irrigação, apoiados pelo sistema de crédito rural e da assistência técnica; e no estímulo à agroindústria local, através dos incentivos fiscais e financeiros da **SUDENE**, juntamente com o **BNB**. Paralelamente, a inclusão de Petrolina/Juazeiro no programa de Cidade de Porte Médio elaborado pelo Governo Federal, contribuiu para que estas cidades aumentassem sua importância no semi-árido.

Todas estas ações refletem-se no crescimento demográfico do Submédio São Francisco. Conforme dados do **IBGE**, entre os anos 1970 e 1980, a população do Submédio passou de 377,6 mil habitantes para 552,9 mil, sendo a taxa anual de 3,8%. Comparada com o Brasil,

cuja taxa foi de 2,6% no mesmo período, conclui-se que o crescimento foi significativo. Todavia, os municípios de Juazeiro e Petrolina, dentre os dezoito do Submédio, merecem um certo destaque, pois suas taxas anuais foram de 7,9% e 6,1% respectivamente.

Os dados para Petrolina evidenciam a grande modificação na estrutura ocupacional. As atividades agropecuárias que em 1960 ocupavam 59,9% da população economicamente ativa, diminuem para 34,2% em 1980. Ao passo que, no mesmo período, as atividades secundárias passam de 7,3% para 20,7%, o que bem demonstra a importância que assume a indústria. Esta, à medida que se instala, desenvolve também as atividades de comércio e de serviços, as quais polarizam para Juazeiro e Petrolina a mão-de-obra das cidades vizinhas. A participação do terciário, na absorção de mão-de-obra, passou de 33,2% para 41,6%, entre 1960 e 1980, em Petrolina.

Se, for feita a mesma análise para Juazeiro, observa-se que a participação da população nos setores de atividades, guarda uma semelhança com relação à Petrolina. Em 1960, o setor secundário ocupava 8,9% da população economicamente ativa, e em 1980, o mesmo chega à atingir 30,9%. Em virtude do aumento da participação do setor secundário, essas cidades são consideradas como pólo agro-industrial.

A transformação dos produtos primários se instala e se dinamiza sobretudo nos últimos anos. No distrito industrial de Petrolina - inaugurado em 1980, pelo então Governador Nilo Coelho -, predomina a agroindústria processadora de tomate. Ela ocupa cento e vinte oito hectares, ou seja 25,0%, dos quinhentos hectares. Como o processamento do tomate consome uma grande quantidade d'água, as indústrias se localizam, de preferência, às margens do Rio.

Nas décadas de 70 e 80, várias indústrias entram em operação, o que coincide com a expansão das áreas irrigadas, tanto privada como pública, através da instalação dos perímetros. Entre as fábricas instaladas no pólo destaca-se a CICANORTE (1974)¹³, a ETTI-Ne em

¹³ A capacidade total de transformação de tomate da CICA-NORTE aumentou, devido aos investimentos feitos com o

1982, e a FRUTOS DO VALE - do grupo Coelho - em 1986. Todas essas ações se refletem no crescimento demográfico do Submédio São Francisco. No ano de 1988, novos projetos para o tomate foram aprovados, sendo dois em Petrolina - a ampliação da ETTI e a instalação da fábrica CONSERVAS COLOMBO - e o outro, em Pesqueira - a ampliação da PEIXE.

Mesmo com os novos projetos é necessário uma maior capacidade instalada para absorver a grande produção de tomate da região. Entre 1960 e 1980, a agricultura irrigada - aumentou de 9.913 ha em 1970 para 43.315 ha em 1980 - estimulou esse plantio. Só a área irrigada pela CODEVASF (36.500 ha), produz 2.100.000 ton. de tomate por safra.¹⁴ A irrigação privada que abrange, quase a mesma superfície, deve ser também considerada.

Esse pólo agroindustrial, com capacidade para produzir 500 mil toneladas anuais de polpa de tomate, fornece um terço da quantidade consumida no país, em torno de 700 mil toneladas, por ano¹⁵.

No processo de agroindustrialização do Vale do São Francisco, investimentos à montante e à jusante da agricultura são atraídos para o dipolo. No primeiro caso, têm-se as indústrias de insumos agrícolas como a Agromeca, a Valefertil, e no segundo, as de equipamentos e de bens intermediários, como a Dantas Irrigação, a Sometal, a Metal

cursos do FINOR. Em 1978 era de 3 mil toneladas; em 1983 de 50 mil toneladas; em 1985 de 145 mil e no final dos anos 1980, era de 300 mil toneladas por ano. Segundo MAFFEI, "para esmagar 150 mil toneladas de tomate, estima-se que sejam necessários 4 mil hectares irrigados de tomate, com uma produtividade média de 38 toneladas por hectare" (Afeei, E. et alli, 1986, op. cit, p.41).

¹⁴No período da entressafra (de outubro à janeiro), o plantio de tomate é reduzido, devido as altas temperaturas; o que favorece o ataque das pragas. Nos meses de janeiro, planta-se cebola, banana e milho.

¹⁵Fatos do Vale, janeiro 1988.

Gráfica, etc. Ao lado dessas, outros tipos de indústrias se desenvolvem no parque industrial de Petrolina, como a de confecções (New River Ind. e Com.), e as de plantas aromáticas e medicinais (uma do grupo Matarazzo e outra do grupo Sanrişil). No contexto da expansão desse pólo agroindustrial, interessa ressaltar a experiência da CICANORTE, na sua trajetória rumo à multinacionalização.

Em 1974, o Grupo CICANORTE estabeleceu-se em Pesqueira-PE, com a finalidade de processar o tomate. Lá chegando comprou as instalações da CIAPE¹⁶, que pertencia ao atual proprietário da ROSA, outra empresa do mesmo ramo. Mas, devido a falta de matéria-prima no local, foi obrigada a encerrar suas atividades e transferir-se para Juazeiro, pois 60,0% do tomate provinha dos perímetros irrigados.

Por essa razão a CICANORTE iniciou suas atividades na Bahia, em 1977. Como não havia nesse Estado indústria similar, a SUDENE financiou, através do FINOR, as inversões fixas necessárias. Ela obteve também uma redução do Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM), bem como do Imposto de Renda.

Uma outra vantagem seria sua localização às margens do São Francisco, pois assim ela retira a água do rio sem nenhum custo financeiro e a transformação do tomate, com base na pasteurização, consome grande quantidade de água. Mesmo que a CICANORTE opere, apenas, no período de junho a novembro, devido principalmente ao calendário agrícola do tomate, sua capacidade de produção se expandiu nos anos 1980. Como parte dos incentivos da SUDENE, a capacidade de produção dos dois concentradores aumentou em 1989, passando de 900 ton./dia para 1.350 ton./dia.

Estes resultados colocam o grupo CICA (Cia industrial de Conservas Alimentícias) em primeiro lugar entre as indústrias processadoras de tomate da América Latina. Em segundo lugar, vem a

¹⁶ A CIAPE (Cia e Ind. de Alimentos de Pernambuco), cujas instalações encontravam-se em condições precárias, pertencia ao Sr. Severino Paixão, atual proprietário da unidade industrial "Rosa".

ARISCO, localizada em Goiânia-Go, que processa a polpa adquirida de várias empresas e, em terceiro lugar, a ETTI, com unidades em São Paulo e em Petrolina. Em seguida, a Peixe, também localizada em Petrolina.

O leque de possibilidades é extremamente vasto. Entre os produtos finais destacam-se o extrato e os diferentes tipos de molho. A polpa, produto intermediário, produzida em Juazeiro é enviada em tambores de 200 kg - com brix bastante elevado, para evitar o transporte d'água - para a unidade da CICA em Jundiaí-SP, sua coligada.

O equipamento para produzir polpa é semelhante ao utilizado para fabricar o produto acabado. O que falta em Juazeiro é apenas montar a linha de produção. A CICA de Jundiaí exporta a polpa para os países da América do Norte, América do Sul e Europa, e vende o produto final para o mercado nacional, inclusive o Nordeste.

Essa empresa, inicialmente familiar, também encontrou na região todas as facilidades para investir na agricultura. Além do mais, ela já contava com a experiência na área agrícola, pois já atuava no setor, em São Paulo.

O grupo CICA, de propriedade dos imigrantes italianos, MESSINA E BONFIGLIOLI, iniciou suas atividades nos anos 1940, em Jundiaí -SP, onde plantavam uva e produziam vinho, de uma forma artesanal. Em seguida passou a fabricar o extrato, à partir do tomate. Este grupo constitui-se à partir de várias empresas, com estatutos jurídicos diferentes e localizadas em espaços geográficos também diversos.

Ela possuía várias unidades industriais: três no estado de São Paulo, nas cidades de Presidente Prudente, Monte Alto e Jundiaí; uma, na região Nordeste, a CICANORTE, em Juazeiro, e outra no Rio Grande do Sul, a CICASUL, que transforma frutas como figo, pêssego e maçã. Na unidade de Jundiaí é elaborado o produto final à partir da compra da polpa fabricada na CICANORTE e nas demais fábricas de São Paulo.

No ano de 1983, o grupo estende seus negócios até a Argentina, onde compra e amplia uma fábrica para industrializar a ervilha.

Antes, o grão era importado e enlatado em Jundiaí-SP. Apesar de toda a dispersão geográfica, as estratégias de expansão eram definidas para o grupo como todo. O processo produtivo na esfera industrial assim como o sistema agrícola eram definidos em suas linhas gerais. Como parte destas, várias ações são estabelecidas, no que diz respeito: - à qualidade da matéria-prima a ser produzida; - à forma de seu fornecimento; - ao desenvolvimento de novas tecnologias; - e, à sua divulgação entre os produtores rurais.

Os descendentes dos imigrantes italianos - MESSINA e BONFIGLIOLI - formaram um importante grupo econômico, em termos da economia nacional. A atuação de suas 53 empresas atingiam diversos setores, como o bancário, o mobiliário, o agroindustrial e a agricultura propriamente dita. Mas, desde novembro de 1985 a Corporação BONFIGLIOLI defronta-se com os sintomas de uma crise, que selaria seu desaparecimento. Ela tenta superar as dificuldades surgidas em sua ramificação na área financeira: a falência do Banco Auxiliar - décimo segundo maior banco privado do país.

Mas, a dívida de um dos maiores acionistas do grupo Rodolfo Bonfiglioli, junto aos credores privados do país e do exterior, era muito elevada. Mesmo após sucessivas injeções de recursos, através do socorro interbancário do Banco Central do Brasil, não houve outra saída, senão a venda. Entre os grupos interessados o grupo FERRUZZI foi escolhido.

FERRUZZI - segundo grupo privado italiano - através da MOVEPI, sua holding no Brasil, adquiriu 98,0% das ações ordinárias da CICA, o que lhe permite controlar 57,0% do capital total da empresa. Mas, não é com a aquisição da CICA em 1987, que o citado grupo inicia seus investimentos no Brasil. Ele já se fazia presente, desde 1974¹⁷.

¹⁷ Entre seus muitos empreendimentos, a Ferruzzi, atualmente, planta maçãs em Friburgo-SC; tem um projeto agro-industrial em Alta Floresta-MG, onde explora 1 milhão de pés de café, 350.000 pés

Dessa forma, a CICA, que pertencia à corporação BONFIGLIOLI, após quase meio século de remarcável expansão, é vendida ao grupo FERRUZZI, em abril de 1987. Assim, o grupo CICA, a maior e mais tradicional fabricante de conservas do país, teve seu fim, enquanto grupo nacional¹⁸. Após traçar, de forma resumida, a expansão e declínio do grupo Bonfiglioli, constata-se que de muito assemelha-se ao do grupo Tavares de Melo.

A AGROINDÚSTRIA E SUA REPERCUSSÃO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nos anos 80, a agroindústria no Nordeste, implantada com o apoio do Estado apresenta em determinados setores uma extraordinária expansão. A indústria de suco de frutas tropicais e a dos derivados do tomate ocupam uma posição privilegiada com relação à economia nacional e contribuem para a diversificação da estrutura agro-industrial da região, conforme foi analisado neste artigo, através das empresas de maior performance entre suas similares, como a MAGUARY S/A e a CICANORTE.

A MAGUARY S/A, uma das mais destacadas empresas de suco de frutas do Nordeste, lidera a preferência para os sucos de manga, maracujá e goiaba, no mercado brasileiro. Com relação aos derivados do abacaxi, em 1987, sua participação para o suco integral foi 40,5% da produção nacional e de 54% para o abacaxi em conserva. A CICANORTE, filial do grupo nacional CICA, a partir do fornecimento do tomate proveniente dos perímetros irrigados do submédio São Francisco, ocupa o primeiro lugar na produção dos derivados do tomate no Brasil e, inclusive na América Latina.

de cacau e 400.000 mil cabeças de gado, numa extensão de 350.000 hectares. VEJA, fevereiro, 1987, Editora Abril, São Paulo.

¹⁸ Veja, op. cit.

A evolução dessas empresas enquadra-se na própria história da agroindústria do Nordeste e, portanto, elas apresentam vários pontos em comum, nas suas trajetórias de expansão, como por exemplo:

- iniciaram suas atividades econômicas como pequenas empresas familiares, do tipo artesanal;
- foram beneficiadas com a política de industrialização do Nordeste através dos incentivos fiscais e financeiros; e, pela política agrícola de modernização da agricultura, principalmente através da implantação dos perímetros irrigados no submédio São Francisco;
- investiram na produção agrícola e se integraram aos demais produtores através dos contratos de comercialização, da transferência de tecnologia, do fornecimento de insumos;
- ocuparam uma posição de destaque entre os mais importantes grupos agroindustriais regionais e nacionais; e, posteriormente, foram adquiridas por empresas multinacionais.

Mas, resta a saber, em que sentido, esse modelo implantado na região com o apoio do Estado, contribuiu para o desenvolvimento regional, em termos de uma maior oferta de emprego e de valor agregado, no contexto de uma produção adequada à estrutura da demanda regional?

Os produtos da MAGUARY S/A são consumidos, em sua maior parte, no mercado do centro-sul por uma camada da população que possui um elevado nível de renda. O mercado do Nordeste, no final dos anos 80, absorveu apenas 6% de sua produção, o que pode ser justificado pelo baixo poder de compra da população, cuja maioria está incluída numa faixa de renda que não atinge, sequer, um salário mínimo regional. Além dos seus produtos serem inadequados à demanda regional, a MAGUARY S/A não adquire no mercado do Nordeste, e sim no do centro-sul, os produtos para o acondicionamento do seu produto final como as garrafas, as etiquetas e os tambores. A consequência disto é que a expansão do setor de frutas tropicais não induziu novas atividades industriais à sua montante, o que representa em termos

da economia regional a não criação de maior valor agregado e de novas oportunidades de emprego.

Com relação ao fornecimento da matéria-prima, a agroindústria MAGUARY S/A estabelece diferentes articulações com os seus fornecedores, sendo a assistência técnica um dos principais elos que reforçam a interdependência dos setores na cadeia agroindustrial. Além de que, a integração não deixa de ser um processo desigual, pois a agroindústria determina o que, como e quando produzir, em função de suas necessidades. Mesmo quando o fornecimento é do tipo indireto, o intermediário como legítimo representante da fábrica, introduz modificações no padrão técnico entre os produtores agrícolas, conforme os exemplos do abacaxi e do maracujá.

A modernização da produção de abacaxi de Sapé baseada na adoção dos insumos químicos resultou na elevação dos custos de produção. Como consequência essa atividade tornou-se bastante seletiva com relação aos pequenos e médios produtores. Além disso, as modificações ocorridas na política de crédito agrícola, no início dos anos 80 os obriga a vender antecipadamente sua produção aos intermediários.

Podemos remarcar, de passagem, que as técnicas difundidas junto aos produtores são, desde a absorção da MAGUARY S/A pela SOUZA CRUZ, concebidas à partir da pesquisa elaborada e dirigida pelo laboratório da empresa em São Paulo. Essa situação não deve ser a melhor, levando em conta os interesses dos agricultores nordestinos.

Considerações semelhantes podemos fazer sobre a indústria de transformação de tomate, cujo desenvolvimento também resulta dos subsídios à industrialização. No caso da CICANORTE, o ciclo industrial não se completa na região, pois a polpa do tomate produzido nesta empresa é transformada em produto final na CICA de São Paulo - distante uns três mil quilômetros - e vendido no mercado do Nordeste. Mesmo sendo um produto popular - acessível ao poder de compra de uma grande faixa de consumidores - o custo de transporte torna seu preço mais elevado e, por cima, a economia do Nordeste perde a oportunidade de gerar mais valor agregado e novos empregos.

Além da política de industrialização, a agroindústria do tomate foi fortemente apoiada no decorrer dos anos 70 com a implantação da irrigação no submédio São Francisco. Observamos nos perímetros estudados que a área destinada aos empresários é muita vezes superior a dos colonos, o que reforça a concentração da estrutura fundiária na região. Como exemplo podemos citar, o caso da AGROVALE S/A - usina de açúcar e destilaria de álcool - que possui aproximadamente 73% da área do Perímetro de Tourão e, em menor proporção a CICA-NORTE, que possui quase 40% da área irrigada do perímetro de Mandacarú.

Portanto, a modernização da agricultura, através da irrigação, criou as condições para o desenvolvimento agroindustrial. Petrolina e Juazeiro torna-se um pólo de atração regional com um forte aumento populacional e uma modificação substancial na estrutura ocupacional: a população ativa participa em maiores proporções da atividade do setor secundário, ao passo que nos estados da Bahia e Pernambuco como nas respectivas microrregiões, predomina as atividades primárias tradicionais. Em virtude do aumento da participação do setor secundário, as atividades de comércio e de serviços se desenvolvem e polarizam a mão de obra das cidades vizinhas. Essa realidade é um prolongamento do processo de urbanização ocorrido no Brasil nos anos 70 e também no Nordeste, nos anos 80.

No pólo agroindustrial, os projetos de irrigação substituem a agricultura de subsistência pelos produtos comerciais como o tomate, a cebola, o melão, a melancia, a uva, o aspargo e a cenoura, entre outros. Esta transformação contribui para a diminuição da produção da mandioca, do milho e do feijão destinada à população menos favorecida, que segundo a Organização Mundial da Saúde apresenta padrões de nutrição abaixo do desejado. A verdade é que o aumento da produção de alimentos continua a exigir uma atenção especial dos formuladores das políticas públicas do setor agrícola, não somente a modernização da produção agrícola concentrada em determinadas áreas, atenderá as carências regionais.

O sistema agrícola implantado nos perímetros, da mesma forma que para o abacaxi, caracteriza-se pelo uso intensivo dos insu-

mos químicos, os quais chegam a participar, em torno de 40% no custo de produção dos diversos produtos, o que serve para afastar muitos produtores da atividade. Contrariamente ao que ocorre com a produção do abacaxi, a demanda criada pela agricultura irrigada induz a instalação de novas atividades industriais com a finalidade de produzir os insumos químicos, os equipamentos e os bens intermediários utilizados na irrigação. Esses elementos são fundamentais na formação do complexo agro-industrial.

A análise do modelo agroindustrial implantado no Nordeste com apoio do Estado, embora apresente resultados econômicos bastante positivos, chegando, inclusive a atrair grupos multinacionais, não apresenta as mesmas repercussões a nível do emprego e da produção de alimentos. Podemos dizer que o modelo agroindustrial não mudou substancialmente o quadro do subdesenvolvimento do Nordeste, o que nos permite concluir que o esforço da agroindustrialização e da modernização da agricultura significou, em termos do desenvolvimento regional, o uso irracional das potencialidades da região - dos seus solos agrícolas, do seu parque industrial e, uma agressão ao meio ambiente - em troca da criação de poucos empregos, que não contribuem para aumentar o nível de renda da população mas, para perpetuar o ciclo da pobreza.

ADMINISTRAÇÃO DO TRABALHO

IDEOLOGIAS ENVOLVIDAS
E
DEMOCRACIA NA EMPRESA

*Isabel Lausanne Carneiro Mota**

INTRODUÇÃO

Estas considerações sobre as relações de trabalho tentam revelar a necessidade de um esclarecimento conceitual sobre a questão da "participação": da participação ou da integração do trabalhador nos vários níveis da vida empresarial. Uma questão que tem sido uma constante nas propostas patronais e sindicais de mudança dos padrões de relacionamento social no mundo do trabalho.

Vista sobre outro prisma, a questão da participação tem colocado na ordem do dia a problemática da democracia empresarial. A gestão participativa aparece, então, ressuscitando propostas teóricas do século XVIII sobre o exercício e a importância da participação cotidiana do indivíduo, tanto na comunidade quanto no trabalho.

A partir destas observações, pretendemos esboçar uma pequena história da evolução da organização social da produção. Uma evolução composta por momentos de maior ou menor participação, de maior ou menor influência dos vários sujeitos do mundo do trabalho. Como marco inicial escolhemos a escola taylorista e os principais mo-

*Economista. Mestranda em Economia, UFPB, Campus II.

mentos conceituais da gestão empresarial que lhe "sucederam"¹: o fordismo, a gestão participativa, a co-gestão, o enriquecimento de cargos, as TRH (Técnicas de Recursos Humanos), as TOSP (Técnicas de Organização Social da Produção), as TAF (Técnicas de Automação Flexíveis), o Neo-Fordismo, dentre outros. Todos eles momentos específicos das formas de administração empresarial relacionadas às "teorias da modernização", cujo objetivo primeiro é o questionamento dos métodos de automação e a rigidez tecnológica.

Os vários padrões das relações de trabalho encontrados nestas formas organizacionais constituem uma categoria de análise importante, não apenas porque podem ressaltar ou mascarar as reais condições em que se processa o trabalho numa formação social determinada, mas também porque podem chamar a atenção, ou mesmo dissimular, as características das estruturas das relações sociais que as determinam.

As próprias mudanças de significado, assim como os deslocamento dos seus conteúdos conceituais, deixam-nos entrever a importância de se estudar as relações de trabalho através de suas manifestações históricas concretas. Enfim, nada podemos dizer sobre as relações de trabalho se não atentarmos para as características conjunturais que, estas sim, especificam a noção genérica (e quase sempre vazia) de "Relações de Trabalho".

SÍNTESE CRÍTICA DAS PRINCIPAIS FORMAS DE GERÊNCIA CIENTÍFICA

A introdução da gerência científica nas últimas décadas do século XIX, teve como mentor o então engenheiro Frederick Taylor: o criador do modelo de automação rígida do trabalho. A escola que levaria o seu nome, escola taylorista, introduziu a racionalização do trabalho operário através da análise de "Tempo e Movimento". Taylor desenvolveu estudos objetivos sobre a administração científica que fragili-

¹ Por vezes a concomitância, e não a sucessão, é a forma adequada de expressão das diversas escolas de gestão empresarial.

zaram, substancialmente, a crença numa administração inspirada em critérios subjetivos.

A abordagem de Taylor parte do princípio (não-reversivo) que são as partes que constituem o todo e, por isso, ele define o operário como sendo um micro-sistema que deve moldar-se às exigências de um sistema maior, para que ele possa, então, dar o melhor de seu esforço e maximizar a produção num período dado de tempo.

Através do estudo de "tempos e movimentos", Taylor decom pôs cada uma das etapas do trabalho e promoveu uma nova divisão. Com isso, ele visava eliminar movimentos inúteis e simplificar os movimentos que são necessários para o "melhor" desempenho do trabalhador na produção. Para desenvolver praticamente estas idéias, Taylor criou um tempo-padrão de execução. Neste tempo-padrão, cada uma das tarefas vinculadas ao trabalhador individual deve ser executada no menor tempo possível. Esses são os fundamentos da racionalização do trabalho. Uma racionalização cujo objetivo principal é a diminuição dos desperdícios de tempo e o concomitante aumento dos rendimentos, tanto dos operários, quanto dos meios de produção.

O estudo de tempos e movimentos permitiu que se forjasse uma nova divisão do trabalho e uma característica especialização do operário. Essa divisão do trabalho (micro-sistêmica) tem como intuito aumentar a eficiência produtiva de acordo com as **aptidões de cada indivíduo**. O trabalho intelectual foi separado do braçal, de forma a condicionar cada trabalhador ao melhor exercício de sua especialização. Com essa especialização, desenvolveu-se o que hoje se conhece como "padronização do trabalho", ou seja, uma vez que o operário executa permanentemente apenas uma única operação, torna-se aí mais hábil e veloz.

Portanto, o taylorismo consiste em um controle direto da produção, onde os métodos de concepção são pensados previamente pela gerência, ajustando o trabalhador a uma cota de produção máxima diária rigidamente estabelecida.

A dinâmica taylorista consiste no controle pessoal dos operários, comparados quotidianamente com **trabalhadores exemplares**,

com trabalhadores escolhidos "a dedo" pela gerência e que se tornam "os olhos do capital" no chão de empresa. A finalidade de utilizar estes trabalhadores "superdotados" é a de pressionar ideologicamente os outros indivíduos a tornarem-se mais eficientes e ocupar cargos de igual valia ou semelhantes.

Sinteticamente, então, o taylorismo se apresenta como a utilização ideológica do conhecimento científico aplicado. A utilização desta ideologia se realizando através da apropriação do que resta do saber do trabalhador, "transformando-o" em normas e métodos, desumanizando-o.

O primeiro efeito significativo do Taylorismo, que o coloca como doutrina-mãe da teoria da administração, é a eliminação do chamado "marca-passo sistemático". Uma vez que a divisão do trabalho está organizada para não permitir desperdícios de tempo, pode-se fixar mínimos de produção que pressionem o trabalhador no sentido de melhorar a cada dia o seu nível de produtividade.

O segundo efeito é sobre as atividades de concepção. Esta foi arrancada do chão de fábrica e levada a ser pensada pela gerência. Esse sistema de separação entre concepção e execução, "era tão somente um meio para que a gerência efetuasse o controle do modo concreto de exercício de toda a atividade do trabalho, desde a mais simples até a mais complexa"².

Esquemáticamente a desarticulação entre execução e concepção é pensada da seguinte forma:

- racionalização do trabalho: aumento de eficiência;
- Sistema fechado: binômio homem-máquina;
- Incentivo a que os trabalhadores raciocinem sob a ótica da produção; produtividade como ganho salarial;

² BRAVERMAN, H. *Trabalho e Capital Monopolista*. São Paulo, Ed. Zahar, 1978, p. 41.

-
- Divisão e hierarquização do trabalho: jugo do trabalho braçal pelo intelectual;
 - Sistema formal: a organização cria regras e sistemas que deverão guiar a organização e os operários;
 - Reunir os trabalhadores no seu próprio ambiente de produção: facilitar a fixação da idéia de responsabilidade pelo trabalho executado;
 - Fixação da jornada de trabalho: cota de mínimos de produção que deverá ser cumprida pelo operário. Caso não haja o cumprimento destas normas, deve-se elastecer a jornada, porém sem remuneração equivalente;
 - Execução de normas contra distrações, conversas no local de trabalho, abandono, etc.;
 - Supervisão atenta dos trabalhadores;

Diante destes mandamentos, fixados aos trabalhadores como normas de "bem-viver" do homem em seu local de trabalho, e fora dele, Taylor analisou com muita perícia cada uma destas formas de desarticulação dos vários momentos do trabalho. Dado o seu tempo de convivência em várias alas da produção, nas quais atuou como operário, ele pode conhecer muito bem o propósito de determinadas displicência por parte dos trabalhadores. O jogo do marca-passo sistemático³ teve o seu fim com o controle explícito e implícito: a forma explícita, caracteriza-se por punições que gerariam uma diminuição de salário e, por outro lado, em trabalho extra sem remuneração. A forma implícita, por sua vez, faz parte do que Taylor chamava de "controle horas/produção", definido muitas vezes nos controles da própria máquina e, quando não, num jogo psicológico, chamado de um "ótimo-dia de trabalho", cuja

³ O jogo do marca-passo sistemático é conhecido entre os trabalhadores como a forma de passar o tempo de produção de maneira mais lenta: atrasando o tempo de serviço, fazendo com que as horas de produção passem sem o cumprimento de todas as tarefas.

significação seria puramente fisiológica, exigindo do trabalhador todo o trabalho que pudesse acrescentar ao produto para que compensasse o salário recebido.

A jornada de trabalho era, para Taylor, simplesmente a fixação da distribuição do tempo e dos resultados que desembocam no que chamava de "tarefa-dia". A questão homens/hora, por sua vez, era encarada como a lógica normal da produtividade do trabalho comum, o que o trabalho normalmente poderia render, dilatando um pouco mais o montante executado da produção anterior: 1) aprimorando a velocidade do trabalho em virtude da contínua repetição do mesmo esforço; 2) sujeitando os trabalhadores rebeldes; 3) produzindo licenciamentos e 4) aumentando o exército de desempregados.

Os padrões de trabalho exigidos pela lógica taylorista situam-se além do esforço físico e intelectual recuperável em uma noite de sono e através de uma alimentação normal. Sendo assim, esse tipo de esforço provoca, em geral, a somatização de doenças nos operários, stress e desinteresse pelo trabalho. Taylor conseguia vencer esses "empecilhos" por meios psicológicos como, por exemplo, fazer crer aos operários que o local de trabalho era o seu segundo lar, e exigindo, portanto, esforços cada vez maiores, dedicação, estima e zelo.

A idéia da extração de trabalho excedente, ou mais-valia, nasce justamente dessa forma de conceber o processo de trabalho. O controle tecnológico é uma arma usada para, diretamente e em primeira mão, controlar o operário: é a partir do uso da máquina que o trabalhador torna-se seu próprio supervisor. A mais-valia, segundo Braverman, é entendida como o resultado de duas extrações simultâneas. A primeira, pela definição da potência do trabalho na própria máquina; a segunda, pela coerção do trabalho por métodos de diminuição salarial.

A submissão formal do trabalho ao capital baseia-se na mais-valia absoluta. A submissão real baseia-se na mais-valia relativa, acompanhada que é de uma revolução completa do modo de produção, da produtividade do trabalhador e das relações entre capitalistas e trabalhadores. A efetivação desta mais-valia só se dá pelo desenvolvimento das forças de produção social do trabalho, onde se encontra, como

aliados, a aplicação da ciência e a mecanização do trabalho em grande escala.

Braverman monta a sua definição sobre o Taylorismo a partir de três princípios fundamentais:

1- O cargo que a gerência ocupa, compreendendo, além de outras coisas, o conhecimento, regras, leis e fórmulas, que regulamentam as atividades simples e as complexas, faz com que caiba à administração tão somente descobrir métodos mais rápidos e econômicos que os trabalhadores possam executar seguindo todos os métodos implementados por ela.

2- Toda a concepção deve estar fora do chão de fábrica. O planejamento, quer seja de natureza inventiva quer seja de natureza outra, deve ser pensado somente pela gerência. Aos trabalhadores só lhes é permitido repetir movimentos definidos e não-pensados. Este postulado constitui-se na chave da organização científica: a separação entre concepção e execução. O trabalho mental é separado do trabalho manual, deixando claro que a ciência do trabalho está sendo conduzida pela gerência.

3- A utilização do monopólio do conhecimento para controlar cada fase do processo de trabalho e seu modo de execução.

Encontra-se aqui a idéia do trabalho científico atrelado à gerência, como um instrumento poderoso que institucionaliza o divórcio da capacidade criadora dos operários de sua forma de intelectualizá-lo. À medida que os ofícios são afastados da consciência dos trabalhadores, tornando as tarefas cada vez mais automatizadas, mais difícil se torna perceber a apropriação da Ciência pela gerência.

Várias facetas da produção foram retiradas do interior da oficina e transferidas para o escritório geral. As unidades de produção operam com "mão" vigiada e controladas por um "cérebro" distante.

Braverman explica como Taylor compreendeu bem a essência do princípio de Babage, que versa sobre como deve ser conduzida a capacidade do trabalhador. Cabe, portanto, ao trabalhador, somente uma parcela do conhecimento: a suficiente para pôr em prática as de-

terminações prescritas pela gerência. Assim, nos diz Braverman: "Para o trabalhador cabe cumprir com seu dever, sem pensar e sem compreender raciocínios técnicos ou dados subjacentes". Fica claro que, por este princípio, o controle da gerência das diversas esferas do processo de produção provoca o barateamento dos custos com pessoal, incorporados à nova lógica da organização: pois os próprios operários fariam as vezes de supervisores e coordenadores.

O controle deve ser compreendido como uma vigilância da produção, baseada em atividades previamente estudadas e calculadas, e que são inspecionadas e registradas durante e na fase conclusiva do processo produtivo.

Portanto, a fábrica taylorista implica em operações pormenorizadas e especializadas, cujo exercício não pode ser tarefa de um só operário. As repetições contínuas do mesmo ato também acabam por padronizar os níveis salariais setoriais e tornar o trabalho um "fator de produção" de fácil substituição.

O "adestramento" do trabalhador não se dá, necessariamente, pela coerção: primeiro vem a manipulação, depois, quando necessário, a coerção. A manipulação é produto de forças econômicas poderosas, políticas de emprego e negociações que atuam como formas naturais de evolução do próprio sistema.⁴

A revolução técnico-científica aparece, nas últimas décadas do século XIX, como forma de condicionar a propriedade social e auxiliar a ciência. O desenvolvimento da tecnologia, através de pesquisas científicas, permite grandes transformações industriais. A incorporação da ciência à grande empresa capitalista provocou, não só o avanço da ciência teórica mas também da tecnologia, gerando a necessidade de expansão dos quadros de pesquisadores ligados à produção.

A característica do trabalho científico é, então, introduzir, com mais rapidez, os métodos produtivos tecnologicamente mais eficientes, permitindo que se melhore o capital-equipamento e se eleve a

⁴ op.cit, p. 133

potência do trabalho. Como contrapartida, a introdução de novas tecnologias faz do trabalho, cada vez mais, um trabalho alienado, menos cômico das técnicas manipuladas. Sob a ótica dos salários, observa-se uma tendência de rebaixamento das remunerações das atividades atingidas pelo progresso tecnológico e, conseqüentemente, uma redução dos salários médios.

Em outras palavras, o que se quer aqui é discutir como a entrada em cena da tecnologia questiona os padrões de eficiência da produção e implica na redução dos salários médios. Se a força de trabalho especializa-se, ficam restringidas suas possibilidades de barganha no mercado de trabalho. Com isso, acresce a dependência dos trabalhadores em relação aos meios de produção e, conseqüentemente, a sua dependência dos proprietários do capital. Por esta razão, é alterada a relação de forças entre capital e trabalho, em favor do primeiro, o que implica, também sob este ângulo, numa tendência geral de diminuição dos salários.

Então, a aplicação da gerência científica, junto com a revolução técnico-científica, consiste numa das transformações (qualitativa e quantitativa) fundamentais à estrutura e ao funcionamento da produção capitalista.

UM BREVE COMENTÁRIO SOBRE O FORDISMO

De fato, o grande êxito de Taylor estendeu-se muito além de sua vida, de seu trabalho prático. Muitos seguiram sua obra, conseguindo atingir objetivos semelhantes. Dentre estes, ressaltamos Henry Ford, criador de processos de aumentos de produtividade e de intensidade do trabalho também baseados em mecanismos denominados de "automação rígida".

O papel do fordismo é tão somente o de agilizar o processo de organização pensado por Taylor. Ao nível da organização é necessário que o trabalhador transforme-se numa força de trabalho geral e indiferenciada, adaptável a uma vasta gama de tarefas elementares.

O fordismo pode ser considerado, ao mesmo tempo, como uma extensão e uma superação do taylorismo, na medida em que, ao incorporar a lógica taylorista em seus traços essenciais, desenvolve e aprofunda a capacidade de controle sobre o trabalho operário. Grosso modo, podemos apresentá-lo como uma inovação em relação ao taylorismo, seja pela introdução da linha de montagem, seja pela introdução de uma nova forma de gestão da F.T.: uma nova política salarial.

Na introdução da linha de montagem, é a mecanização da circulação dos objetos e utensílios de trabalho que vai conduzir a articulação do trabalhador com a produção. Isso permite que o processo se torne mais compacto, chamando a atenção para e reduzindo, então, o absenteísmo.

Outra forma de observar o impacto da linha de montagem sobre o trabalho implica na fixação dos operários aos postos de trabalho cuja localização é rigorosamente determinada pela configuração do sistema de máquinas. Acrescente-se a isso a idéia, já semeada pelo taylorismo, da melhor alocação possível do tempo de trabalho (princípio de Babage): Ford introduz um rígido controle sobre o tempo de fabricação. Controla a jornada de trabalho e os movimentos dos trabalhadores. Isso tudo para reduzir sensivelmente a porosidade da jornada de trabalho.

Essa redução faz parte do sistema de "tempos alocados", onde o tempo gasto na execução de cada operação é determinado pela gerência, onde há um sistema de tempos impostos, e onde a cadência do trabalho é regulada de forma mecânica e externa ao corpo do trabalhador.

As transformações ocorridas ao nível do desenvolvimento das forças produtivas, sob a ótica da valorização do capital, permitem fortes aumentos de produtividade, decorrentes tanto da extensão da jornada de trabalho, quando da coerção do trabalhador.

Sob esta ótica o debate é trazido para o campo do desenvolvimento da produção industrial, no qual a questão da automação é fundamental para a determinação da evolução da alienação do trabalhador face ao processo de trabalho.

A automação rígida aliena o trabalhador. O indivíduo e a máquina pouco a pouco se identificam. Os movimentos do homem tornam-se tão mecânicos quanto os da máquina: "Sua capacidade inventiva se foi, nada mais lhe resta senão o continuo fazer repetitivo".

* * *

Percebendo o ponto de tensão a que conduz o trabalhador, a estratégia do capital passa a ser a persuasão. Utiliza-se um discurso cooperativo e apaziguador das tensões sociais. Seu objetivo é, portanto, o de contrarrestar uma crescente insatisfação produtiva via estímulos psicológicos de viés integrador: a negação do trabalho em cadeia, o enriquecimento das tarefas, a direção participativa, a formação permanente, como também a idéia de carreira, aparecem como tendências ideológicas deste novo discurso⁵.

A intolerância provocada pela crescente subordinação do trabalho, cada vez mais automatizado e controlado pela gerência científica, incentiva modificações nas condições de trabalho. Mesmo que estas sejam, como de fato o são, apenas na sua percepção: na forma de sentir e reagir do trabalhador a condições qualitativamente inalteradas de trabalho. O que, por isso, não coloca em questão nem a propriedade do capital nem o grau de suas exigências de acumulação. As doenças "malditas" trazidas pelo desenvolvimento da tecnologia aparecem, com intensidade cada vez maior, nos flagelos causados pela automação: o absentismo⁶, o "turnover"⁷ e a sabotagem são bons exemplos disso.

⁵ Que o leitor reporte-se aos elogios do patronato ao modelo japonês de gestão ou, ainda, ao engrandecimento do processo de terceirização como método para a obtenção (via uma pseudo-integração empresarial do trabalhador) de uma produtividade e de uma qualidade acrescidas.

⁶ O absentismo, ou seja, o desperdício de trabalho, generaliza-se nos ramos industriais onde a resistência e a revolta exigem uma alternativa sistêmica.

Estes surgem como indicadores do desperdício de tempo de trabalho, de redução da rentabilidade do capital e do aumento dos custos com serviços de inspeção e supervisão da mão-de-obra.

NOTAS SOBRE A GESTÃO PSEUDO-PARTICIPATIVA

As manifestações de resistência operária a métodos de dominação e automação que não se alteram qualitativamente desde a época de Taylor, abrem espaço para movimentos do tipo TOSP, TAF e Gestão Participativa.

A "desordem" gerada pelos movimentos de resistência, sobretudo em virtude do aumento da organização dos trabalhadores, desemboca na redução da taxa de lucro e da competitividade. Sob outro ângulo, estes movimentos de resistência impuseram o estigma da repressão e da violência à escola taylorista de administração de empresas.

Torna-se imperativo, então, para o capital, encontrar uma saída que permita a convivência dentro de relações capitalistas de produção: "os operários não dão o máximo na produção porque estão em luta contra o patrão, por isso é necessário transformar essa luta num processo de integração econômica e ideológica".

Uma das formas encontradas para atingir esta integração está consubstanciada no plano "Scalon". As políticas contidas no plano Scalon pretendem amenizar os conflitos entre trabalhadores e patrões. O plano foi descrito por meio de quatro premissas:

a) garantir aumentos reais nos salários com base na relação produtividade total (real) e produtividade média.

⁷ O "turnover", ou a mobilidade voluntária (?) dos trabalhadores, que se traduz na mudança intermitente de emprego em busca das condições salariais mais favoráveis, torna-se um grande tormento para a acumulação de capital, dado o aumento de custos provocado pela contratação de novos empregados.

b) distribuir esses aumentos segundo os diversos níveis hierárquicos: os gerentes, chefes de produção, inspetores de linha e administradores teriam um adicional concedido pelo volume (oferta) de cada setor.

c) distribuir prêmios de produtividade a todos os empregados, independente das produtividades individuais: todos receberiam um valor compatível com a produtividade média.

d) permitir a participação dos empregados - via comitês de produção - na gestão das empresas.

Os resultados da chamada gestão participativa, pensamos, permitem apenas o adiamento dos conflitos de classe. E a fragilidade deste tipo de gestão está dada pelos seus condicionamentos, pelos fatores externo à firma que, por sua própria natureza, não podem ser controlados por simples políticas gerenciais. Apenas como exemplo, devemos observar que, no âmbito da repartição dos lucros, o resultado das políticas integracionais depende muito mais da participação e do tipo de inserção da firma no mercado do que de sua organização interna — embora não se possa negar que a modernização da organização técnica da produção seja um elemento indispensável à resolução dos problemas integracionais apontados.

Da mesma forma, o mercado de trabalho tem pouca autonomia frente às questões de conjuntura. Assim, as opções das políticas participativas funcionam muito mais como um jogo de "cartas marcadas" do que como uma mudança qualitativa nas formas de gestão empresarial. Há quem diga (veremos abaixo) que a gestão participativa é apenas uma concessão do capital para que haja, por parte do coletivo dos trabalhadores, uma espécie de ilusão de integração, de não-marginalização.

Segundo André Gorz, por exemplo, "neste modelo ["participativo"] a pressão que o agente direto da produção sofre é suplantada pela liberdade de iniciativa, deixando de fato, nos cenários da gerência, o controle do trabalho e o modo de se efetivar o trabalho". E ainda, "desta forma, continua Gorz, a gerência não esconde a posição que ocupa, mas ao contrário, embora sutilmente, dê a impressão que

está libertando, ao mesmo tempo que domina a iniciativa dos trabalhadores."⁸

Através do modelo chamado "enriquecimento de cargos", que teria por finalidade tornar o trabalho sempre original e desafiador, pretende-se, na realidade, alcançar uma melhoria na produtividade. A política básica deste modelo é a negação do parcelamento extremado das tarefas. Aqui os trabalhadores não seriam responsáveis por apenas uma parcela elementar do trabalho, mas por um conjunto de tarefas⁹. Através desta ampliação das responsabilidades, a gerência pretendia uma maior integração e participação dos trabalhadores nas questões empresariais. No fundo, no entanto, o que está em jogo é a amenização dos conflitos classistas. As formas de participação foram desenvolvidas para aliviar conflitos oriundos da relação "capital x trabalho", pelo menos ao nível da empresa. Esta participação do homem (trabalhador) na empresa, redimensiona o seu papel, pois consiste em fazer que os trabalhadores participem efetivamente das decisões, tomem parte da direção. Assim, o conflito existente dentro da empresa, derivado em boa parte de fatores externos (como a situação econômico-social da região), mas também de fatores internos, tenderia a ser controlado por atos voluntarista da gerência empresarial.

Administrar o conflito, porém, não é tarefa fácil. Principalmente porque, à medida em que o capitalismo avança, é necessário dividir e hierarquizar sua força de trabalho. Deste processo resulta, basicamente, o surgimento de dois tipos de trabalho: o intelectual e o manual, onde o primeiro domina claramente o segundo. Ora, os administradores pertencem a este primeiro tipo. São responsáveis pela própria sobrevivência da empresa, assim como garantem aos acionistas a

⁸ op.cit. p.110

⁹ O que implica, de fato, numa intensificação do trabalho. E isto sem que nenhuma qualificação lhe seja acrescida: não achamos que o trabalhador que antes colocava um prego numa esteira rolante fordista seja menos qualificado do que aquele que, hoje, vigia simultaneamente o funcionamento de dez máquinas.

rentabilidade dos capitais aplicados. Pelas suas funções, os administradores tendem a se perpetuar no poder, ocorrendo então sua supervalorização funcional, quase sempre traduzida em altos salários. Os outros empregados, relegados a trabalhos manuais, perdem-se diante do gigantismo das operações realizadas dentro da empresa. Estão reduzidos apenas a peças ou máquinas que constituem o sistema, que o integram. Suas funções são tão repetitivas que há a perda de interesse, de iniciativa — ou mesmo de responsabilidade —, em relação ao trabalho que executam. Todos estes fatos geram uma acomodação crescente, porque o trabalhador fica sem perspectivas e reproduz-se como um mero mecanismo.

Para se implantar uma verdadeira gestão participativa, é necessária uma mudança de mentalidade. No entanto, como vimos, esta mentalidade também é determinada por fatores exteriores à empresa (concorrência, conjuntura nacional e internacional, fases do ciclo econômico, etc.). Logo, a gestão participativa não pode ser fruto de nenhum voluntarismo empresarial, e, o que é mais importante, não pode ser implantada sem substanciais alterações nos mecanismos econômicos de apropriação e distribuição de riquezas.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BRAVERMAN, H. - *Trabalho e Capital Monopolista*, São Paulo, Zahar, 1978
- FLEURY M. H. e FICHER R.M. *Processo e Relações do Trabalho no Brasil*, Ed. Atlas, 1982.
- GORZ, A. *Divisão Social do Trabalho e Modo de Produção Capitalista*. Lisboa, Escorpião, 1976.

FALAS DE SECA, SILENCIOS DA LIBERDADE¹

*Fábio Gutemberg Ramos B. de Sousa**

"Olhe, se num existisse seca, nós, nós seria feliz. Nós com a seca fica pior, viu? Ainda aumenta mais o nosso aperreio, entendeu? Porque nós somos liberto na nossa terra como se diz, mas com seca nós somos escravos dela... e nós deixa nossa terra, como já lhe falei mais de uma vez, pra ir trabalhar pra os outros. Quer dizer que, invés da gente tá bem, tamos mal, tamos bem mal, num é bem. Seca só causa isso aí que eu tô lhe falando. É...". (filho de pequeno proprietário que mora na terra do pai).

Falas como essa nos acompanharam em todo o período da pesquisa de campo. Os primeiros contatos. As conversas informais. As entrevistas, as caminhadas. Tudo que se fazia na zona rural do Cariri Paraibano desembocava em lembranças e referências à seca. E o mundo do camponês era desenhado por falas e expressões como se fora

¹Esse texto é uma reprodução revisada da conclusão da dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia da UFPB - Campus II, em novembro de 1992. A pesquisa a que nos referimos no texto foi realizada em duas comunidades rurais do município de Sumé, Cariri paraibano entre 1990-1991, e contou com o auxílio da INTERAMERICAN/ANPOCS.

*O autor é professor do Departamento de História e Geografia da UFPB, Campus II. Mestre em Sociologia.

uma imagem estranha, difícil, seca, estéril, que em certos momentos passava a ser associada a tempos longínquos que a memória popular não quer que retornem, por ser um tempo "perigoso" como a seca, tempo de *sujeição*, tempo da escravidão, "*somos escravos dela...*".

Mas a aproximação da seca com a escravidão, embora tenha significados simbólicos e estratégicos bastante claros, não é o aspecto mais presente no discurso camponês. É uma forma extrema e provocante de se mostrar e denunciar uma histórica e remota situação de falta, de carência, de insegurança, de medo. Nesse sentido, é parte de um discurso com muitos outros significados.

A seca deixa marcas profundas nas falas, lembranças, histórias e expressões, dando ao discurso camponês um sentido peculiar; transformando-o em algo seco e áspero como o próprio tempo, como a própria vida, como as pessoas e a terra.

Mas, ao mesmo tempo que é incorporada ao universo e práticas do dia a dia, a seca provoca mudanças na vida dos camponeses e essas mudanças dão outros "sentidos" ao discurso camponês (Albuquerque Jr., 1987).

Um dos sentidos que esse discurso tem assumido está intrinsecamente ligado à própria história sócio-política da seca, que no seu processo de instituição foi adquirindo proporções incontroláveis, se transformando em um fenômeno que ultrapassa em muito o seu caráter natural, ajudando, inclusive, na construção de uma identidade para o Nordeste, que transcende as fronteiras da "região" e do país.

A construção de um discurso em torno da seca no Nordeste teve também a participação dos trabalhadores "pobres" do campo (é o que nos mostra Albuquerque Jr., 1987, no capítulo intitulado "A Poesia do Sol - O discurso popular sobre a seca"), que terminam reutilizando-o na perspectiva de angariar apoios e atenção para a superação de problemas seculares como a fome, a miséria, a dependência e o abandono pelos poderes públicos, ou problemas que têm se intensificado

mais recentemente (como o monopólio da terra²), que não são causados exclusivamente pela seca, embora encontrem nesses momentos tendências a intensificação.

O discurso camponês, então, assume esse caráter de denúncia e vai redefinindo o significado da seca, que adquire ares diferentes (embora nunca deixe de ser ares quentes e secos) e serve também como justificativa para os saques (ou "ataques", como são mais comumente denominados em Pau Darco), outra forma dos camponeses aparecerem na cena pública, nas cidades nordestinas,

"A seca é o espetáculo da pobreza em sua dimensão ostensiva e rebelde, em que se configuram os vários modos dos camponeses mostrarem sua tragédia. Organizados ou não, eles percorrem os espaços legais e ilegais, trazendo a público na cidade a situação de vida no campo". (César Barreira, 1990:78).

Esse é um dos sentidos que tem o discurso camponês em uma região fortemente marcada por estiagens. Registramo-lo por ser uma

²Um dos recursos utilizados para o aumento do monopólio da terra no Nordeste nos foi relatado por um habitante de Pau Darco:

"... que nós tinhas um terreno, que esse terreno tá prá escriturá lá... eu num sei nem por onde é, mas diz que tá tanto assim! (expressão com os dedos demonstrando tamanho pequeno). O rico ia hoje, botava fogo numa cerca, sabe? Caia uma pastagem, fazia com que a pastagem pegasse fogo, aí a pastagem queimava aquela cerca. Quando ele ia fazer a cerca, aumentava 5 braças mais pra cima, e a terra dele ficando maior, e lá vai, e lá vai... nós ficamos com 4 quadros de terra e ele ficou com grande propriedade, com uma grande..."

forma impar que assume em alguns momentos, mesmo não sendo objetivo de nosso trabalho analisá-lo³.

Essa característica do discurso camponês, manifesta através de ações coletivas nas sedes municipais ou em seus distritos, tem um significado diverso embora complementar do aspecto que vimos anteriormente: as constantes denúncias sobre os problemas e dificuldades enfrentados em períodos de estiagens nas regiões semi-áridas.

O caráter de denúncia do discurso camponês anda lado a lado com outras estratégias utilizadas para enfrentar as adversidades. Lembremos as palavras de uma pequena proprietária:

"É assim seu Zé, eu sei que a gente pobre tem sofrido um bocado. Arrume pra lá seu Zé, arrume pra lá essa reforma, essa reforma... vê se sai terra pra gente trabalhar com esses homens ricos, esses deputados pra acudir essa rebera (sítio) que tá tudo se acabando de fome, tudo à mingua, tudo seco, tudo sem ganho... os pobrezinhos... faz

³Os saques, ou na linguagem corrente em Pau Darco "ataques", parecem ter um significado que ultrapassa a satisfação das necessidades imediatas do "trabalhador pobre" do campo. É o que vemos nessa fala:

"Então, aquilo ali, quando uma cidade é bem ruim, o prefeito num quer prestar serviço com ninguém... o, o, o deputado que... apresenta aquela cidade, é dali vizinho e num quer fazer nada por ela. Então, um ataque deixa eles bem autênticos, porque eles vão prestar contas ao presidente e o presidente chama eles no ... porque você sabe que chama mesmo e diz: - mas rapaz, você mora lá vizinho, você é deputado lá, você é o prefeito lá rapaz, e você num vê a pobreza passando fome pra colocar pra mim. Porque eu era pra tá sabendo disso, rapaz! Então, agora vamos ter que pagar esse débito lá... (...) Entendeu como é que é o negócio? Então é isso aí. **É através da tática pra orientar os homens no poder. Chama-se orientação, pra eles saber que uma família carente tá morta (...)**". (grifos nosso).

pena... Tu diga: "lá numa rebera de Pau Darco, o povo... só queria que o senhor visse a seca seu governador, deputado ... acuda aquele povo, abra ali uma emergência praquele povo trabalhar..."

A presença do pesquisador, interlocutor que se interessa pelos problemas, atividades e histórias do grupo, que ouve com atenção suas falas e reivindicações, inclusive gravando-as, estimula no camponês a vontade e o interesse em falar sobre temas, pessoas e grupos que quer denunciar ou de quem se quer chamar atenção. E isto é feito com o intuito de mostrar uma situação de dificuldades e carências, mas principalmente expressa a vontade de angariar apoio e aliados para seus pleitos e reivindicações, que ultrapassam em muito as necessidades imediatas (como a "reforma", por exemplo). Isto porque, o pesquisador é visto como membro de um grupo social mais próximo dos governantes e grupos privilegiados nas relações de poder na sociedade, o que lhe confere o papel do mediador junto às autoridades e aos "ricos"⁴.

Esse aspecto do discurso, que aparece na literatura como tendo um sentido "estratégico"⁵, é importante na compreensão das práticas e história do grupo, na sua reprodução e sobrevivência enquanto um grupo social específico, mas não deve ser hipertrofiado, pois ao mesmo tempo que o constitui, é acompanhado por outros significados, também estratégicos, mas que o complexifica e/ou relativiza.

O discurso que se utiliza de formas que direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente, colocam para o interlocutor interesses bastante claros assume, ao mesmo tempo, um caráter defensivo, pois em alguns momentos perde seu caráter de denúncia, que é mais agressivo e passa a ser permeado por um sentido conformista e introspectivo.

Vejamos um pouco mais desse significado do discurso.

⁴A leitura que inspirou essas considerações foi Soares, 1981:19-28.

⁵Ver discussão que Durval Muniz de Albuquerque Jr. 1987:1-14, faz sobre o caráter "estratégico" do discurso.

No geral, os camponeses vivem em condições bastante difíceis, uns em estado de "pobreza" e outros de miséria (embora existam na região os camponeses "fortes"⁶). Se percebe muito das causas terrenas dos problemas que enfrentam, e parte são transferidos para entidades religiosas e forças superiores que são, ao mesmo tempo, portadoras da esperança e possibilidades de dias melhores para homens e mulheres que vivem em muitos sentidos à margem da sociedade.

Por isso, não é difícil encontrar pessoas que depositam em uma perspectiva defensiva, ou seja, de espera, suas esperanças em um governante, que muitas vezes é visto com poderes próximos aos que têm entidades superiores⁷. O que deixa a impressão de que da mesma forma que esperam pela ajuda do "patrão", esperam pela ajuda de Deus para amenizar seus sofrimentos e pela ajuda dos governantes que podem resolver tudo, ou que "com fé em Deus vão olhar pra o homem do campo".

⁶É o termo que utilizam para designar pequenos proprietários que vivem em melhores condições: não precisam trabalhar no "alugado" nem no "carvão", criam gado e raramente se desfazem dele, mesmo em épocas de seca; em algumas épocas do ano "pagam serviço no alugado" etc.

⁷Na área em que pesquisamos é bastante forte a idéia de que o Presidente tem poderes extraordinários e acima da sociedade e das classes sociais. É comum entre algumas pessoas a idéia bíblica de que o Presidente (que em algumas falas mais parece um rei) é um enviado de Deus na terra. É o que vemos nessa fala:

"Porque olhe, o caso que Ele (Jesus) disse que nós tem de ter rei na corte, nem que seja 24 horas, nem que o sangue dê no joelho. O que é o sangue dá no joelho? É uma grande guerra, num é? Apois pronto, Jesus deixou escrito que quando fosse... que tinha pelos fins das eras, tinha de entrar rei na corte. Embora que fosse 24 horas. Embora que o sangue desse no meio da canela ou do joelho..."

É um tipo de resistência que vai sendo minada até o ponto em que se perde a esperança e o que resta a fazer é esperar pelo próximo inverno e torcer para que "Deus mande chuva".

Após recorrer a Deus no céu, que pode mandar a chuva, a fartura e com ela "a bonança", "um ano de liberdade", aos homens na terra, que podem mandar a "emergência", perfurar poços ou encontrar uma saída. Após fazer tudo isso e não ver suas expectativas atendidas, retira-se o crédito nos homens ("políticos" e governantes) e resigna-se com a pouca benevolência de Deus que não mandou chuva nem melhoras. E tudo isso termina por contribuir para a construção de um arcabouço de resistência para "tirar até o próximo inverno", que chamaríamos de resistência defensiva. Isto porque em alguns momentos se incorpora as dificuldades de forma "defensiva" e passa-se a conviver com elas como se fossem algo natural, passageiro e costumeiro. Nesses momentos, são mais freqüentes expressões como "sempre foi assim", e "só Deus pode dar jeito". E a "pobreza" e a miséria passam a ser vividas com uma certa resignação ou, ao contrário, são enfrentadas se desfazendo do "chefe" da família ou de filhos que se deslocam para trabalhar em áreas próximas, ou mesmo em regiões distantes como o Sudeste, o Centro-Oeste e o Sul do país.

Nas falas camponesas são diferentes as idéias em que o homem do campo aparece como autor de pressões para ver atendidas suas reivindicações; é diferente o reconhecer em si próprio poder para exigir dos governantes maior atenção, melhores condições de vida para o homem do campo e tem-se a impressão de que o final se resume à percepção de uma impotência que se transforma em falas e atitudes que misturam estratégias diversas, denúncias e conformismo⁸.

⁸A utilização em menor quantidade de mecanismos coletivos de pressão, ao nosso ver, significa mais do que "incapacidade" ou "inconsciência" por parte dos camponeses. Alternativamente certas práticas e resistência podem ser compreendidas como formas diferentes de manifestar suas insatisfações e de "pressionar" as autoridades etc.

Esses são momentos em que as falas de "liberdade" são mais relativizadas e em que aparece (como se fora um paradoxo) com muito mais força um discurso de desespero, descrédito, desesperança. Momentos em que para alguns a "liberdade" e autonomia de viver "no seu", de ser proprietário de terra parece ver seu significado redefinido e em que o campo com a seca se aproxima mais de uma "prisão" da qual não é fácil fugir, pois "o pobre não tem pra onde ir".

O aprofundamento da compreensão do significado que tem a terra para o camponês dos momentos de seca, nos mostraria ainda que a "prisão" a que nos referimos há pouco, não nega a possibilidade de conviver com o seu contrário, a "liberdade". Paradoxo? Talvez, mas e por que os camponeses do Cariri Paraibano não construiriam suas representações também comportando aspirações contraditórias? Não são mortais comuns? Se livraram por acaso de práticas e sentimentos que estão presentes em qualquer grupo social, e que são permeados constantemente de contradições?

De nossa parte procuramos evitar transformar os protagonistas de nossa história em meras abstrações conceituais. Por isso, o que chamamos de contradição na visão de "prisão" que comporta a "liberdade" talvez seja algo mais simples na percepção dos camponeses de Pau Darco e nós estejamos transformando-o em um paradoxo. Pois como vimos, a seca redefine mas não elimina o controle sobre o tempo, o espaço e o trabalho que o agricultor tem quando é proprietário de sua terra. Mas também ser proprietário de terra em determinados contextos não exclui a possibilidade de se sentir "proprietário escravo".

As constantes referências às dificuldades e problemas em que vive faz com que o discurso desloque para suas margens referências a outros aspectos da vida do grupo, como se este estivesse silenciando sobre aqueles. Nesse sentido, talvez se possa explicar as poucas referências espontâneas à condição de "liberto" como um "silêncio". "Silêncio" que como nos ensina Eni Orlandi (1990:50), "significa múltiplamente":

"Mas como o silêncio não fala, não é possível traduzi-lo em palavras. Desse modo, em nosso trabalho, são os meca-

nismos mesmos de funcionamento dos diferentes processos de significação que mostram o silêncio (que os constitui) que procuramos explicitar. Vale dizer que o silêncio a que nos referimos não é visto apenas na sua "negatividade". O silêncio é. No silêncio, o sentido é. Há história no silêncio porque há sentido no silêncio". (grifos no original).

E a ausência de referências espontâneas à "liberdade", na nossa compreensão, pode ser lida também como "produção da resistência" (Eni Orlandi, 1990:52) que através do "silêncio" assume significados importantes na compreensão do discurso camponês.

Esses dois aspectos do discurso, conformismo e resistência, estão profundamente interligados e são constitutivos da vida e reprodução dos camponeses em geral. Não podem ser vistos como excludentes, afinal de contas não se resiste o tempo todo e a tudo, nem também se conforma indefinidamente. O que parece mais próximo das práticas do grupo camponês pesquisado, e que o constitui (isso é muito importante), é o envolvimento com teias de poderes e grupos sociais que caminham em direções diversas, e vivem relações de poder que comportam o conformismo e a resistência.

Seria ingenuidade procurar no discurso camponês⁹, grupo social visto como subordinado, apenas aspectos que mostrassem indefinidamente sua resistência. Ao final do estudo, o pesquisador teria armado suas "barricadas do desejo", mas não deixaria muitas pistas para a compreensão de reprodução econômica, política e sócio-cultural do campesinato. Nessa, podemos encontrar atitudes que podem significar a aceitação de uma certa condição vista como subordinada e, ao mesmo tempo, falas que dão um sentido diferente à subordinação e

⁹Sobre as noções de "discurso" e "análise de discurso" remetemos a leitor aos seguintes autores: Eni P. Orlandi, 1988; Eni P. Orlandi et alii, 1989; e Dominique Maingueneau, 1989.

tanto umas como as outras constituem o fazer-se do grupo¹⁰. Por isso, não devem ser vistas como excludentes.

Dessa ótica é que podemos compreender o "silêncio" no discurso camponês, e o silêncio não como mero conformismo nem só como resistência, mas o silêncio como fazendo parte do grupo; nas palavras de Eni Orlandi, "há história no silêncio porque há sentido no silêncio".

O importante nessa discussão, é considerarmos que as informações coletadas estão marcadas, em certo sentido, por interesses muitas vezes negados, "silêncios" significativos e estruturantes, sonhos irrealizáveis, projetos que vão sendo paulatinamente efetivados e que guardam na sua estruturação, nas redefinições que sofrem e no seu surgimento, aspectos da conformação do grupo a outras forças sociais muitas vezes irresistíveis. E isso tem que ser analisado sem preconceitos ou polarizações estéreis. Ao mesmo tempo, não são atitudes típicas dos camponeses ou de qualquer grupo social específico, e sim partes constitutivas de todos os grupos sociais. Outro aspecto que chama a atenção nas falas de grande parte das pessoas que protagonizaram nossa história, é a tendência em hipertrofiar certos problemas enfrentados pelo grupo. Esse aspecto do discurso termina contribuindo para a construção de visões "oficiais", cristalizações e mitos, mas também para superdimensionar um problema e elegê-lo como o principal na vida do grupo e dar um novo sentido ao mesmo, ou construir, "inventar", criar um problema para servir como referência e identidade do grupo. Ou ainda para barganhar ajuda junto a governantes e outros grupos sociais (essas "construções" e "invenções" não podem ser vistas apenas em uma perspectiva instrumental, estratégica, mas também como atitudes "não" conscientes).

Na nossa pesquisa, esse sentido do discurso está presente sobretudo na visão que nos passam da seca, que se amplia e se transforma na denúncia da situação precária em que vivem, na denúncia dos fazendeiros, dos "ricos" e dos "políticos". Mas também, na visão mítica

¹⁰Expressão e noção inspiradas em Thompson, 1981 e 1987.

que os herdeiros das terras de Pau Darco e seus descendentes têm do Sr. Manoel Divino Ferreira, personagem que segundo falas correntes tornou possível a existência da "comunidade" de Pau Darco e da "liberdade" que seus habitantes desfrutam hoje¹¹.

Considerar aspectos diversos quando se analisa um discurso não significa de forma alguma pulverizá-lo e terminar descaracterizando-o. Ao contrário, significa tentar compreender e desvendar textos e falas na sua diversidade e complexidade. Foi o que tentamos fazer até aqui.

Feitas estas considerações, passamos para o segundo aspecto de nossas reflexões. Começemos com essas idéias:

"Se, de um lado, tudo é político e, de outro, se tem procurado minimizar ou desprezar a importância do político, não é menos verdade que hoje é mais ou menos claro para todo intelectual que o que ele produz como conhecimento é submetido já de saída a tensões que nascem de embates que nada têm a ver com a pretensa neutralidade da ciência, mas com as relações de força que presidem um imaginário social como o nosso". (Eni Orlandi, 1990:33).

Os caminhos percorridos para a construção de nosso objeto, a coleta dos dados de campo, a organização e análise desses dados terminaram desembocando em uma construção diferente daquelas que registramos em conversas, entrevistas, histórias de vida e na convivência com os camponeses. É importante o leitor ter clareza disso para não imaginar que o que relatamos e tentamos reconstituir pode ser encon-

¹¹Há uma tendência nas falas dos habitantes de Pau Darco (principalmente entre os familiares) em mitificarem a figura do Sr. Manoel Divino Ferreira, ou "Mané Cacheado" como era mais conhecido. Em torno do nome de "Mané Cacheado" há várias histórias que circulam em Pau Darco e nas redondezas. Histórias em que ele aparece com o poder de se "encantar", em que consegue curar mordida de cobra e apagar o fogo através de rezas etc.

trado na área pesquisada tal qual apresentamos aqui. As coisas não são bem assim e a nossa construção é, ao final, algo "novo" e em certo sentido diferente da realidade pesquisada, embora tenha com essa aproximações e certas coisas em comum¹².

Na verdade, o exercício que realizamos, a forma como o fizemos e os meios que utilizamos são responsáveis por essa "distância" entre as reflexões acadêmicas e a "realidade" vivida pelos camponeses, ou a percepção que têm da "liberdade". Essa e as formas como é vivida, ou o significado com que aparece no discurso camponês, têm uma dinâmica que dificilmente os instrumentos utilizados pela academia, por mais sofisticados e renováveis que seja, conseguem acompanhar, o que é um "limite" com o qual sempre vamos conviver já que, segundo as últimas notícias que se tem no campo das ciências sociais, essa percepção antes muito questionada e colocada em dúvida por uma certa literatura, hoje se transformou em lugar comum de muitos trabalhos que surgem dentro e fora da academia¹³.

Essa compreensão, a nosso ver, não diminui o significado do trabalho acadêmico e termina criando no seio da academia e de outros espaços e instituições novas metodologias para se apreender de perspectivas diversas a "realidade" ou um fato histórico. É o que nos ensina Eduard P. Thompson (1981:49), nessa passagem:

"O conhecimento histórico é, pela sua natureza, (a) provisório e incompleto (mas não, por isso, inverídico), (b) seletivo (mas não, por isso, inverídico), (c) limitado e definido pelas perguntas feitas à evidência (e os conceitos que infor-

¹²Sobre essa discussão ver também Eduard P. Thompson, 1981; Luiz E. Soares, 1981; e Sidney Chalhoub, 1990.

¹³Pode-se encontrar essa perspectiva, que aqui foi colocada em contraponto a uma certa leitura do marxismo, em Eduard P. Thompson, 1981; Luiz E. Soares, 1981; Afrânio Garcia Jr. 1989; e Sidney Chalhoub, 1990.

mam essas perguntas), e, portanto, só 'verdadeiro' dentro do campo assim definido."

Nas palavras também provocantes de Paul Veyne, reproduzidas por Eni Orlandi,

"diante de várias perspectivas metodológicas adotadas, não se trata do mesmo objeto visto de várias perspectivas, mas de uma multiplicidade de objetos diferentes. Ou seja, as diferentes perspectivas pelas quais se observa um fato, ou acontecimento, dão origem a uma multidão de diferentes objetos de conhecimento, cada qual com suas características e propriedades". (apud Eni Orlandi, 1988, p. 15)

Quando definimos a forma que daríamos às nossas reflexões e a seqüência em que as exporíamos (exercício só concluído com o término da última versão da nossa dissertação), sabíamos que estávamos fazendo uma opção entre várias outras possíveis e que essa opção seria uma marca que identificaria o trabalho e que daria uma "cara" diferente ao material coletado em campo. Esse, após ser analisado (ou filtrado), jamais poderia ser confundido com o material "bruto", coletado. Por isso, temos certeza que o nosso "discurso camponês de liberdade" não é exatamente o discurso de "liberdade" dos camponeses de Pau Darco, mas a transformação de várias falas e atitudes de um grupo camponês em um "discurso", ou sua construção e análise enquanto tal, operada pelas mãos, valores, perspectivas teórico-metodológicas, criatividade e imaginação do pesquisador, o que o torna diferente das falas que individualmente circulam em Pau Darco.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE JR., Durval M. *Falas de Astúcia e de Angústia: A Seca no Imaginário Nordeste. De Problema à Solução (1877-1922)*. Dissertação (mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, Unicamp, 1987. (mimeo)

- BARREIRA, César. Seca: "Reprodução e Rebelião" in Revista Sociedade e Estado, Brasília, DF, vol. 4, n.2, p. 71-91, 1989.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade. Uma História das Últimas Décadas de Escravidão na Corte*. SP; Companhia das Letras, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 7a. ed. RJ: Graal, 1979.
- GARCIA JR., Afrânio R. *O Sul: Caminho de Roçado. Estratégias de Reprodução Camponesa e Transformação Social*. SP: Marco Zero; Brasília, DF, Ed. da UNB: MCT-CNPq, 1989.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise de Discurso*. Campinas, SP: Pontes: Ed. da Unicamp, 1989.
- ORLANDI, Eni P. *Terra à Vista. Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*. SP: Cortez; Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1990.
- ORLANDI, Eni P. *Discurso e Leitura*. SP: Cortez; Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1988.
- ORLANDI, Eni P. (org.) *Palavra, Fé, Poder*. Campinas, SP: Fontes, 1987.
- ORLANDI, Eni P. (org.) *Vozes e Contrastes. Discurso na Cidade e no Campo*. SP: Cortez, 1989.
- SOARES, Luís Eduardo. *Campepinato: Ideologia e Política*. RJ: Zahar, 1981.
- THOMPSON, Eduard P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)*. RJ: Zahar, 1981.
- THOMPSON, Eduard P. *A Formação da Classe Operária na Inglaterra*. 2a. ed. RJ: Paz e Terra, 1987. (vol. 1, A Arvore da liberdade)

VELHO, Octávio G. *Capitalismo Autoritário e Campesinato. Um Estudo Comparativo a partir da Fronteira em Movimento*. 2º ed. SP-RJ: Difel, 1979.

VELHO, Octávio, G. O Cativo da Besta Fera in Religião e Sociedade, s/referências, março/1987, p. 4-27.

NOVAS TECNOLOGIAS, DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E EMPREGO

*Francisco José da Costa Alves**

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho é o de, na perspectiva da Engenharia de produção, perceber as possibilidades de reversão das características atuais do crescimento econômico, incompatível com as necessidades de geração do emprego. Isto porque o desemprego e a crise do mercado de trabalho e da sociedade são, embora com características próprias, comuns a diferentes países. A Engenharia de Produção, como área do conhecimento que articula diferentes visões sobre as possibilidades de crescimento da produção, pode contribuir, se não para reverter, pelo menos para minorar os efeitos da crise da atualidade.

A crise contemporânea, tanto nos países do primeiro, quanto nos países do terceiro mundo, tem como principal desafio a geração de emprego. Passado o período de crescimento acelerado do pós-guerra, as taxas de crescimento da produção, do emprego e da renda, principalmente a partir da década de 1970, mantiveram-se em níveis absolutamente insuficientes para permitir o crescimento do mercado de trabalho. Mesmo os países que conseguiram taxas de crescimento elevadas durante um certo período, como o Japão, na década de

*Professor da Universidade Federal de São Carlos, Departamento de Engenharia de Produção. Doutor em Economia - UNICAMP.

60, o Brasil, na década de 70, os países asiáticos, na de 70 e 80, começaram, na década de 90, a amargar taxas insuficientes para gerar um mercado de trabalho compatível, tanto com seu crescimento populacional, quanto com a expansão da renda e do mercado de bens de consumo.

Não temos por objetivo apresentar uma perspectiva catastrófica a respeito do descompasso entre as taxas de crescimento populacional e as taxas de crescimento do mercado de trabalho. Pois mesmo nos países europeus, com baixas taxas de crescimento populacional, o crescimento do desemprego tem marcado a tônica das preocupações quanto ao futuro, tanto por parte dos governos, quanto pelos partidos políticos, quanto pela própria academia.

CARACTERÍSTICAS DA CRISE CONTEMPORÂNEA NO BRASIL

A características mais evidente desta crise podem ser observada pela constatação, em diferentes países, que a produção de bens e serviços tem crescido vagarosamente, e acompanhada por uma diminuição da capacidade de absorção do mercado de trabalho. Ou seja, mesmo nos momentos em que a produção de bens e serviços cresce, ela não é acompanhada pelo crescimento do emprego, pela redução do número de desempregados e pela reserva latente¹. Além disto, em diferentes países, o trabalho remunerado nos setores formalizados perdeu sua capacidade de direcionar as atividades humanas, de proporcionar referências sociais.

A importância destas questões são evidentes, porque a redução da capacidade de absorção do mercado de trabalho, assim como da capacidade do trabalho em direcionar as atividades humanas, leva à exclusão social. No Brasil são mais de 20 milhões de pessoas excluídas

¹ OFFE. C. "Trabalho e Sociedade - Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da Sociedade do Trabalho". Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileira, Biblioteca Tempo Universitário, nº 85, série Estudos Alemães, 1984, pag. 7.

do mercado; primeiro do mercado de trabalho e, em conseqüência, do mercado consumidor. Na sociedade capitalista, onde as possibilidades de obtenção de renda, de participação e de vida, estão vinculadas e determinadas pelo emprego e por sua remuneração, os desempregados são considerados fracassados. Nos países avançados, esta exclusão do mercado de trabalho é menor e menos traumatizante, isto em virtude da capacidade do Estado do Bem Estar Social em garantir condições de vida aceitáveis, via mecanismos públicos de distribuição de renda e/ou políticas compensatórias. Nos países mais atrasados, por outro lado, onde não há Estado de Bem Estar Social e, mais ainda, com a falência do próprio Estado, não existem políticas compensatórias, e a sobrevivência depende, exclusivamente, de mecanismos individuais de reprodução.

No mercado de trabalho, a distribuição dos riscos é absolutamente concentrada. Ao observarmos as parcelas da população que estão mais sujeitas ao desemprego e ao subemprego, e que obtêm menores rendas salariais, ocupam postos de trabalho restritivos e arriscam diariamente sua capacidade física de trabalho, veremos que estas parcelas correspondem a determinados grupos sociais distinguidos por especificidades de sexo, de idade, de cor e de origem regional: no Brasil, a parcela da população onde mais se concentram tais riscos é a dos emigrantes do campo.

A agricultura tem como uma de suas características básicas, no que tange à sua dinâmica populacional, a de geração de uma superpopulação relativa. Isto é, a sua capacidade imanente de produção crescente mas, concomitantemente, absorvendo uma quantidade menor de força de trabalho. O crescimento da produtividade do trabalho na agricultura, pela incorporação do progresso técnico, torna gradativamente desnecessária uma parcela crescente de trabalhadores, seja para as atividades rurais propriamente ditas, seja mesmo para as atividades urbanas. Este fluxo pode ser acelerado pelo ritmo de incorporação do progresso técnico e pelas mudanças nas relações de trabalho. O ritmo de incorporação do progresso técnico determina, de fato, a superpopulação relativa, ao passo que as mudanças nas relações de trabalho no campo não provocam, ao menos diretamente, desemprego: elas apenas

expulsam, sob determinadas condições, um conjunto de trabalhadores que poderá ser reocupado, num momento posterior, numa nova relação de trabalho.

O PADRÃO DE CRESCIMENTO AGROINDUSTRIAL BRASILEIRO

Na década de 70, houve na agricultura brasileira a ocorrência simultânea e conjugada daquelas duas forças. De um lado, cresceu o ritmo de incorporação do progresso técnico, em virtude de uma política deliberada do Estado de modernização conservadora da agricultura. Com esta política, foi provocado um crescimento da produtividade do trabalho na produção de determinados produtos e para determinadas faixas de produtores rurais; produtores em geral com mais terras, com maior renda e vinculados à produção de bens exportáveis ou mais articulados à produção industrial. De outro lado, mas com o mesmo sentido, mudaram aceleradamente as relações de trabalho predominantes na agricultura, nas quais os trabalhadores permanentes e moradores nas propriedades (parceiros, meeiros, moradores, colonos, pequenos proprietários, posseiros etc.) foram expulsos do campo e reabsorvidos como trabalhadores assalariados, moradores das cidades. Por conta do progresso técnico, o balanço de expulsos e readmitidos sob novas relações de trabalho foi desfavorável ao emprego². Isto é, ocorreu o crescimento do emprego de trabalhadores assalariados em quantidade menor do que o número de trabalhadores expulsos das propriedades. O resultado final foi, pois, o contínuo decréscimo da quantidade de pessoas ocupadas na agricultura.

A agricultura no Brasil acelerou seu fluxo migratório do campo para as cidades, sendo que uma parcela menor foi readmitida no próprio campo, como trabalhadores assalariados, e uma outra parcela buscou nas atividades urbanas condições de reprodução. Se este fluxo migratório foi confortável e necessário para a expansão do capitalismo

² RICCI, R. ALVES, F. J. C. NOVAES, JR. Dinâmica do Mercado de Trabalho no Complexo Sucro-alcooleiro no Brasil, IPEA/PNUD, Relatórios Setoriais N. 15, Brasília, DF, 1994.

e da indústria nos seus primórdios — pela criação de superpopulação na cidade e pela conversão de uma grande parte desta em exército industrial de reserva —, hoje, passada a fase de crescimento industrial acelerado, a existência deste fluxo é questionada e reconhecida como catastrófica. As atividades urbano-industriais têm se mostrado incapazes de absorver este contingente, mesmo com o crescimento da produção. Deste quadro tem emergido as teses, equivocadas e discricionárias, da necessidade de divisão do Brasil: "O Sul é o meu País", "República dos Pampas", que deixam intactas a necessidade premente de realização de uma reforma agrária.

Durante a década de 70, com as elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto, baseado no setor produtor de bens de consumo durável e na integração do parque industrial, através da constituição do setor produtor de bens intermediários, alimentou-se no Brasil a mística da possibilidade de crescimento com pleno-emprego. Este crescimento, mesmo a custa de um violento arrocho salarial, conseguiu, de um lado, integrar ao mercado uma grande parcela de trabalhadores e, de outro, constituir um mercado consumidor de alta renda, capaz de consumir os produtos industriais produzidos³. A década de 80, com o esgotamento do processo, mostrou e jogou por terra a mística do pleno/emprego. Nela revelou-se, com evidente e dolorosa clareza, que o crescimento econômico da década anterior foi excludente, pois jogou na miséria uma parte substancial da população e produziu um mercado consumidor altamente concentrado.

O Brasil apresenta um mercado consumidor estruturado, grosso modo, em três estratos: um primeiro, de aproximadamente 50 milhões de pessoas de alto poder aquisitivo, com renda superior a 20 salários mínimos por mês; um segundo, de aproximadamente 100 milhões de pessoas, com renda familiar de até 10 salários mínimos e, finalmente, um terceiro conjunto de pessoas, cerca de 20 milhões de

³TAVARES, M. C. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1973.

excluídos, fora do mercado consumidor e com renda familiar inferior a 1 (um) salário mínimo¹.

Este primeiro conjunto de pessoas é a "nata" do mercado consumidor brasileiro. Para este conjunto restrito, mas de alto poder aquisitivo, é que se destina a produção de produtos agrícolas e industriais diversificados, com uma base de produção mais flexível e que permite produzir para gostos e consumos diferenciados. É necessário deixar claro, que embora o mercado consumidor brasileiro seja, na sua forma geral, pobre, apresenta um setor com características de consumo de primeiro mundo e que deseja ser integrado ao mercado consumidor mundial. Não é por outra razão que as campanhas para a abertura e liberalização do mercado estão sendo empreendidas em ritmo cada vez mais acelerado. Estas objetivam permitir que os produtos produzidos

¹ MANCUSO, M. I. R. et alli (1994). *Padrão de Vida e Pobreza em São Carlos, Relatório Preliminar de Pesquisa*, xerox, UFS-Car, São Carlos, SP. Neste Trabalho podemos perceber que em 1989 havia no Brasil a seguinte situação:

- 2.833.000 domicílios indigentes, 11,03% do total;
- 5.783.300 domicílios pobres, 22,52% do total e
- 66,6% de domicílios de famílias altas e médias
- de 106.808.600 habitantes, 14,26% ou 15.226.800 eram indigentes, 24,71% ou 26.341.700 eram pobres e 61,03% ou 64.085.160, eram pessoas de renda média ou abastadas.

São considerados indigentes, famintos ou desnutridos, a população que tem renda apenas suficiente, em condições precárias para ter acesso à alimentação. São considerado pobres aqueles que têm renda para ter as necessidades básicas satisfeitas ou razoavelmente satisfeitas, tais como: alimentação, vestuário, habitação, material escolar, transporte, remédios, material de higiene e limpeza, lazer, bens de consumo duráveis. São considerados médios ou abastados aqueles que têm renda superior às necessidades básicas.

por indústrias de ponta no cenário mundial possam ser aqui vendidos diretamente, sem taxações e a preços internacionais. O que, sem dúvida, irá diversificar a oferta e diminuir os custos dos produtos consumidos por este mercado concentrado e de alta renda. Existem poucos países no mundo com um mercado consumidor deste tamanho, unificado, que fala mesma língua.

Os setores da indústria voltados para este mercado consumidor de mais alta renda passaram a absorver quantidades decrescentes de trabalhadores, adaptando-se a um mercado consumidor reduzido e exigente, tanto em relação à qualidade dos produtos, quanto em relação à diferenciação, aos novos modelos etc., — acompanhando assim a onda mundial de esgotamento da produção de produtos de produção de massa, de base fordista de produção⁵. No mundo inteiro, não apenas no Brasil, esta indústria tornou-se mais competitiva com a adoção de novas tecnologias de base microeletrônica, de programas de racionalização da produção, de qualidade e produtividade. Com tais programas e tal perspectiva de concorrência, o crescimento da produção e da produtividade dar-se-á com desemprego de significativa parcela dos trabalhadores hoje empregados. A busca da produtividade, da flexibilidade e da qualidade, tem tido, como corolário, em todos os países, uma menor absorção de trabalhadores nos setores que se modernizam.

Consideremos também que alguns segmentos da indústria brasileira, que produzem para este setor de mercado mais competitivo, de mais alta renda, devem buscar níveis de produtividade elevado, para adaptar-se aos padrões da concorrência internacional. Qualquer política de desaquecimento do nível de investimentos neste setor levará, sem dúvida, à perda de competitividade para concorrentes externos. Porém, a questão que se coloca é: será que este paradigma deve ser geral para todos os segmentos de produção?

⁵ CORIAT, B. "Automação Programável: Novas Formas e Conceitos de Organização da Produção". in SCGMITZ, H. e CARVALHO, R. Q. *Automação de Base Microeletrônica, Competitividade e Trabalho: A experiência Internacional*.

DESAFIOS PARA A ENGENHARIA DA PRODUÇÃO

O segmento do mercado consumidor que pode ser dinamizado através de uma política efetiva de distribuição de renda é o segundo segmento exposto acima: um segmento que unitariamente tem pouca renda, mas que, no seu conjunto, tem uma renda não desprezível. As demandas deste mercado estão distantes das do primeiro grupo. Para este importa o consumo de massas, de bens e serviços de pouca diferenciação e baixo valor unitário, na medida em que é constituído pela população pobre, que tem enormes necessidades básicas ainda não satisfeitas, tais como: alimentação, habitação, escola, saúde, lazer, transportes etc. É um mercado consumidor cuja base de produção é, fundamentalmente, fordista, isto é, voltada para a produção de grandes quantidades de produtos padronizados, não diferenciados, para consumo de massa.

Neste sentido, consideramos que o desafio da Engenharia de Produção, no Brasil, neste momento, é o de adaptar o parque industrial, agrícola e de serviços para os desafios do século XXI. Estes desafios são, grosso modo, de um lado, acompanhar as transformações tecnológicas e organizacionais impulsionadas pela crise do paradigma taylorista/fordista de produção, e por outro, dar condições para o desenvolvimento dos setores produtores de bens e serviços de consumo de massa, que será revitalizado com o crescimento do nível de emprego e pela distribuição de renda.

Neste momento, 1994, nos defrontamos, mais uma vez, com a possibilidade de decidirmos sobre dois Projetos de desenvolvimento da sociedade. De um lado, o que se propõe a dar continuidade ao modelo de desenvolvimento social excludente, voltado para os bens de produção modernos, integrados ao mercado mundial, iniciado em 1956, revitalizado e aprofundado com o golpe de 1964, e mantido pelos dois governos Civis (Sarney e Collor/Itamar). De outro, o Projeto que se propõe a iniciar um processo de desenvolvimento social não-excludente, voltado para a geração de emprego e distribuição de renda.

Caso saia vitorioso o primeiro Projeto, os desafios são os mesmos colocados neste momento: conseguir dar continuidade ao es-

forço de adaptação do parque industrial, da agricultura e dos serviços aos padrões de qualidade e produtividade do pós-fordismo. É claro que estes desafios não são fáceis de serem alcançados, devido à escassez de capitais, à concorrência internacional, ao endividamento externo e às pressões sociais que não deve cessar. Caso, no entanto, o segundo projeto saia vitorioso, isto significará uma ruptura de continuidade com o processo de integração e as dificuldades serão também enormes, e maiores serão os desafios. Isto porque o setor mais exigido será exatamente o produtor de bens de consumo de massa, devido à sua capacidade imediata de geração de emprego e de produzir bens que atendam às necessidades da população que, com renda acrescida, virá integrar-se no mercado consumidor. Isto significará uma proposta de reorientação do incentivo produtivo, de forma a dar conta do consumo de massa e da geração de empregos, pondo fim a um mecanismo perverso de exclusão social.

Este segundo Projeto deverá atuar em três frentes:

1) a primeira será a da **inserção no mercado de trabalho do contingente dos excluídos**. Para isto será necessário uma campanha visando a "reciclagem profissional", a instituição do seguro desemprego e intermediação de emprego.

2) a segunda frente deverá dar conta do **trabalho informal**, geralmente de baixa qualidade e sem capacidade de gerar renda suficiente para seu próprio sustento.

3) a terceira frente será a da **reestruturação produtiva** que tem gerado queda do emprego, deslocamento de postos de trabalho e alta rotatividade⁶.

O ataque as duas primeiras frentes deverá estar voltado para a criação postos de trabalho menos qualificados. Os setores que exigem menor qualificação profissional são exatamente os setores de produção

⁶ MATTOSO, J. "Governo Lula vai criar 8 milhões de empregos", in Brasil Agora, São Paulo, ano II, nº 61, 05 a 20 de julho de 1994.

de consumo de massa e a construção civil, do lado industrial. Na agricultura existe uma parte do setor, de base produtiva menos moderna, produtora de bens de consumo imediato, que gera uma grande quantidade de empregos, mas que depende de maior integração com o setor industrial à jusante da agricultura, ou de melhor integração ao mercado consumidor. No setor terciário, que é o que mais emprega, existem dois subsetores, que são básicos: um é o da infra-estrutura de turismo, outro é o de transportes⁷.

É claro que a terceira frente, que é a da reestruturação produtiva, já em curso, não pode ser negligenciada pelos motivos já apontados; pois visa dotar o setor industrial, voltado para o mercado de mais alta renda, de condições de qualidade e de produtividade necessárias para enfrentar a forte concorrência internacional. Esta reestruturação produtiva coloca um desafio novo e que interessa de perto à Engenharia de Produção: a terceirização de determinadas atividades.

O fenômeno da terceirização, se, de um lado, reduz postos de trabalho na empresa que terceiriza, os recria nas empresas médias e pequenas, as maiores geradoras de emprego, que serão incentivadas a atender a expansão da demanda por seus produtos. Será nestas empresas que a Engenharia de Produção deverá atuar, no sentido de expandir a produção nos níveis de produtividade e qualidade demandados e, ao mesmo tempo, aumentar o emprego e a formalização do trabalho e da sua relação com o mercado. O problema do mercado de trabalho informal é sério, devido ao grande número de trabalhadores nele inseridos sem carteira de trabalho assinada, sem direito à previdência social, recebendo salários aviltados e submetidos a inúmeros riscos.

É importante ressaltar que a tendência à terceirização tem se dado, tanto no sentido de produzir itens que antes eram produzidos internamente, quanto no sentido da produção de novos produtos e serviços que passaram a ser necessários com o processo de reestruturação produtiva. Estes novos ramos de produção criados são, tanto de produtos e processos novos, que em geral requerem um nível de qualificação

⁷ Idem, idem.

elevado, quanto de setores antigos mas que existiam de maneira informal.

Na agricultura, setor chave no processo de geração de empregos, temos ainda inúmeros desafios a serem vencidos, mesmo para o setor integrado ao mercado consumidor de ponta, para o qual é necessário a introdução dos métodos de racionalidade que caracterizam a produção industrial recente. Não é por outra razão, que o setor agrícola passou a ser absorvedor de engenheiros de produção formados em nossas escolas. Passa a ser fundamental o desenvolvimento de padrões de racionalidade de inspiração industrial adaptados às características da produção agrícola que, em sua base, tem uma organização de produção de caráter pré-fordista. O desafio é o de formar um profissional capaz de acompanhar todas as etapas da cadeia produtiva de base agrícola, o chamado "agribusiness".

A agricultura se defronta com problemas que o profissional de Engenharia de Produção pode ajudar na sua resolução, devido à sua capacitação em métodos e processos. Estes problemas vão da redução das taxas de desperdício de insumos e produtos finais, à solução de problemas de logística envolvendo armazenagem e distribuição e de balanceamento de insumos que poderiam ser melhor enfocados a partir de técnicas da pesquisa operacional, passando por novos problemas de gestão da força de trabalho e redução dos riscos à saúde, que são bastante expressivos na agricultura⁸.

Existe outros setores da agricultura que foram excluídos do processo de modernização, embora tenham uma alta capacidade de formação de empregos, incentivem a retenção da força de trabalho no campo, e não necessitem de terra, mas sim de meios para vir a integrar-se ao mercado em condições dignas de reprodução. Estes setores também são carentes de novas tecnologias de gestão e de processo, manejadas pelo engenheiro de produção, tais como: problemas de funcionamento de empresas; conhecimento da estrutura organizacional e de

⁸ Programa do Curso de Engenharia de Produção Agroindustrial do DEP, UFSCar, São Carlos, 1993.

relações inter-organizacionais — como o cooperativismo e outras formas de associativismo, necessárias para furar o cerco que estes setores da agricultura foram submetidos pelo crescimento dos oligopólios de base da produção agrícola; problemas de logística; de engenharia econômica, etc.

Caso se dinamize a produção para o atendimento do mercado consumidor de produtos de massa, será necessário ampliar a produção de matérias primas de origem agrícola, porque os grandes desafios da sociedade brasileira são a luta contra a fome e a exclusão social: o crescimento do mercado consumidor de massas tem impacto direto sobre o consumo de alimentos e vestuário. E tanto o setor alimentar, quanto o de vestuário, são atendidos por produtos industriais que se utilizam de matérias primas agrícolas.

Portanto, a proposta básica deste ensaio é a de incentivar a integração da Engenharia de Produção ao esforço de desenvolvimento do setor de produção de produtos de massa. Um setor que por adotar base tecnológica mais atrasada, tem maior capacidade de geração de empregos no curto prazo. Em suma, existe um enorme campo de atuação da Engenharia de Produção que não se restringe ao da produção de produtos diferenciados para atender a um mercado consumidor de alta renda.

Durante a última década, nós, profissionais da Engenharia de Produção, debruçamo-nos sobre as questões postas pela produção de produtos indiferenciados, com uma base de produção mais flexível, e que fugia aos conceitos básicos do paradigma fordista-taylorista. Acreditamos que o momento agora seja o de não apenas continuarmos a buscar soluções para os novos desafios, mas também o de revitalizar as questões básicas que o paradigma de produção fordista-taylorista buscava resolver, que era a produção a baixo custo de bens de consumo de massa e padronizados. Uma das poucas virtudes deste padrão de produção foi a de permitir a produção de massa para um mercado consumidor que se ampliava, proporcionando também o crescimento do nível de emprego urbano industrial. Sabemos que já existe no Brasil um mercado consumidor numeroso, de baixa capacidade de consumo individual, mas de alta capacidade de consumo coletivo (como nos referi-

mos acima). Para este mercado será necessário criarmos uma capacidade de produção que, neste momento, atende apenas marginalmente a este mercado de massa. Este setor tem também, caso dinamizado, elevada capacidade de absorção de trabalhadores, que é uma das características da produção massiva de base fordista-taylorista, se comparada com a nova forma de produção mais flexível de base microeletrônica.

CONCLUSÕES

É necessário ter claro que as perspectivas aqui anunciadas têm eficácia apenas no curto prazo. O curto prazo deve ser ressaltado porque o desenvolvimento tecnológico, com a incorporação do progresso técnico, tem gerado desemprego. Ou seja, na medida em que as empresas tornam-se mais produtivas e passam a incorporar progresso técnico, geram a dissolução de postos de trabalho e diminui a demanda por trabalhadores. A solução para este dilema no longo prazo está na redução da jornada de trabalho ou da remuneração das pessoas, mesmo que elas não trabalhem, visto que são prescindíveis na base produtiva moderna.

Esta é a solução que está sendo discutida nos países mais avançados, mas que mesmo lá esbarra na incapacidade de geração de recursos para remunerar as pessoas que não trabalham, dada a crise do Estado do Bem Estar Social. No Brasil, onde nunca existiu Estado do Bem Estar Social, e onde, lamentavelmente, tem grassado o ideário neoliberal de sucateamento do Estado, a alternativa é de, primeiro, brecar o processo de exclusão social, gerar emprego, gerar renda e gerar consumo, para depois, então, reduzir a jornada de trabalho e aumentar o tempo do lazer. **No fundamental, a crise de geração de emprego não tem saída previsível nos marcos da produção com apropriação privada.**

Estamos num momento ímpar da história, num momento onde já é **potencialmente** possível prescindir de muitas horas do trabalho cotidiano para a sobrevivência; o homem já pode(ria) abdicar de

muitas horas de trabalho para dedicar-se ao que gosta de fazer⁹. Porém, nos limites da produção com apropriação privada, o homem ainda tem que comer o pão com o suor do seu rosto; ainda tem que se esgotar para viver — embora a ciência, a técnica e a tecnologia permitam-lhe, sempre potencialmente, prescindir de um esforço excessivo e de muitas horas de trabalho árduo.

⁹Esta é uma questão de extrema importância. Fui para ela alertado por Mauro Rocha Côrtes, do DEP/UFSCar, quando discutíamos este trabalho.

A VISÃO NEOCLÁSSICA DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA E A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA¹

Rosilene Dias Montenegro²

Robério Ferreira dos Santos³

INTRODUÇÃO

Analizamos, neste trabalho, a contribuição do pensamento econômico neoclássico no Brasil, em relação à modernização da agricultura. Para isso organizamos a abordagem em dois momentos: o de 1940-1965 e o de 1965 aos dias atuais. Esse procedimento visa perceber os contextos históricos em que são elaboradas as concepções neoclássicas sobre a modernização e, em especial, como é forjado e a que se propõe o projeto de modernização da agricultura brasileira.

¹ Baseado, em parte, no Capítulo 3 da dissertação de Mestrado da primeira autora.

² Mestre em Economia, professora do DHG - Departamento de História e Geografia da UFPb, Campos II.

³ Doutor em Economia, pesquisador da EMBRAPA/CNPA e professor do Curso de Mestrado em Economia, UFPb, Campus II, convênio UFPb/EMBRAPA.

Analisaremos em geral, no que se refere à agricultura, como as grandes linhas do pensamento econômico neoclássico, do pós-guerra aos dias atuais, vão ser assimiladas no Brasil e a sua relação com a produção analítica e propositiva dos neoclássicos brasileiros.

Salientamos, todavia, que na análise do período de 1965 aos dias atuais, enfatizaremos o pensamento de Eliseu Alves e a influência que este sofre do pensamento de G. Schuh e a sua contribuição na consolidação de uma linha política institucional no processo de modernização da agricultura brasileira.

A "ESCOLA" NEOCLÁSSICA BRASILEIRA

O pensamento neoclássico se caracteriza pela sua fundamentação num conjunto de princípios doutrinários cujas filosofia e teoria econômica têm por característica epistemológica a concepção de progresso econômico, na qual se apresenta muito mais forte que em outras teorias econômicas a influência do positivismo e do socialdarwinismo"⁴.

Os princípios básicos dessa linha de pensamento são a defesa do sistema capitalista, entendido como a mais avançada forma de organização sócio-econômica que pode alcançar uma sociedade; e a concepção liberal da economia, que passa pelas teorias gerais do equilíbrio e do desenvolvimento econômico. Os neoclássicos compreendem o desenvolvimento econômico como o resultado da articulação do capital das forças produtivas (fatores de produção) e investimento.

No Brasil, o pensamento neoclássico assume algumas características específicas, dado à especificidade de sua economia - o desenvolvimento. A "escola" neoclássica apresenta algumas divergências no tocante ao princípio fundamental da liberdade do mercado. Encontramos economistas mais ou menos defensores desse princípio, e outros que, não negando o geral da doutrina neoclássica, negam a liberdade do

⁴ Para maiores detalhes, ver Montenegro (1993).

mercado dentro das condições específicas de uma economia subdesenvolvida.

A INFLUÊNCIA NEOCLÁSSICA NO DEBATE DE 1945-1965

O pensamento neoclássico foi a principal fundamentação teórica do embate político acerca do desenvolvimento econômico brasileiro ocorrido no pós-Segunda Guerra Mundial.

É só a partir de meados dos anos 50 que a teoria neoclássica vai dividir a arena teórico-política com a teoria cepalina (que também tem sua origem no pensamento neoclássico).

A importância do estudo das principais concepções da "escola" neoclássica brasileira reside no fato de suas teorias terem embasado enormemente as políticas governamentais implementadas nesse país, do pós-guerra aos dias atuais.

São quatro os principais expoentes da "escola" neoclássica no Brasil, no debate ocorrido entre 1940 e 1965: Eugênio Gudín, Octávio Gouveia de Bulhões, Roberto Campos (estes se apresentam como defensores da liberdade do mercado, embora mantenham diferenças no tocante à intensidade dessa liberdade) e Roberto Simonsen (que diverge dos anteriores pela defesa do protecionismo e do planejamento econômico)⁵.

No tocante à agricultura, é somente em meados desse século que surge uma análise neoclássica mais consistente, consubstanciada na teoria da organização econômica da agricultura e da transformação da agricultura tradicional de Theodore W. Schultz (1953, 1965). Todavia, devido às transformações que estavam se operando na economia e na sociedade brasileira, colocava-se, em fins dos anos 50, um acirra-

⁵ Segundo Abreu (1984) e Bielschowsky (1988), pode-se pesquisar sobre o debate de 1945 a 1965 nas fontes primárias: jornais, anais de congresso e nas publicações de instituições de pesquisas econômicas especializadas.

do debate acerca da relação da industrialização brasileira e dos problemas apresentados pela agricultura.

Não restam dúvidas de que a participação dos autores acima citados foi importante nesse debate e, neste sentido, entendemos que foi decisivo o trânsito que eles possuíam dentre os órgãos institucionais brasileiros e estrangeiros, as suas ligações com teóricos neoclássicos ou, como chama Bielschowsky (1988), neoliberais, assim como as suas preocupações em formular bases teórico-políticas para as políticas econômicas governamentais, em períodos mais recentes de nossa história, em particular para as políticas agrícolas no bojo da "teoria da modernização da agricultura".

Atente-se que o termo "moderno", quando utilizado por esses intelectuais engajados no embate e na formulação de políticas governamentais, refere-se à utilização de tecnologias e inovações nas técnicas de produção agrícola. Eles descartam como economicamente inviável, ou pouco eficiente, as transformações que porventura pudessem se realizar em termos de reestruturação fundiária.

A passagem da concepção liberal de Estado e economia a nível dos países desenvolvidos para a concepção neo-liberal dos teóricos e/ou ideólogos dos países subdesenvolvidos comporta, pela exigências das especificidades de seus processos econômicos, mudanças substanciais, mas não negações da doutrina liberal.

Essas mudanças substanciais no Brasil podem verificar-se nos trabalhos teórico-analíticos dos pensadores neoclássicos, tais como: Gudin, Bulhões, Campos e Simonsen. Mantendo, é claro, suas divergências, esses intelectuais, com maior ou menor afinco, defenderam a participação do Estado na economia, fosse para gerenciá-la, fosse para intervir ou agir, ou seja, ser o próprio agente do processo.

As questões advindas do processo de expansão capitalista não eram questionadas na sua essência desigual⁶.

A resolução desses problemas poderia ser através de uma tênue intervenção do Estado; somente nos períodos de crise, segundo Gudin, ou através da intervenção mais acirrada para desencadear ou implantar algum processo, - leia-se industrialização - segundo Simonsen (Bielschowsky, 1988).

Todos esses ilustres intelectuais brasileiros, contudo, concordavam que, no tocante à agricultura, as propostas de transformação numa estrutura de propriedade da terra eram dispensáveis, desnecessárias. Que, portanto, a superação de seu atraso, este medido pela sua baixa competitividade a nível do mercado externo e a sua ineficiência quanto ao abastecimento alimentar, tinham como única resposta: a *modernização tecnológica*, mecanização ou aumento do capital orgânica; utilização de insumos industriais (defensivos, fertilizantes, adubos; sementes melhoradas etc.).

Essa visão da modernização da agricultura é sinônimo de produtividade, ou seja, necessitava-se urgentemente de maior produtividade e esta só seria possível através da modernização tecnológica.

O que pudemos perceber é que:

1. Indubitavelmente, o pensamento econômico, que se forja no Brasil no período de 1945-1965, está baseado nas correntes ortodoxas e heterodoxas de fundamentação neoclássica;

2. esta produção teórica é, por sua vez, muito mais política que teórica, devido ao fato de ter sido produzida fora da academia e dentro dos gabinetes públicos ou de empresas privadas;

⁶ A desigualdade é vista, pelos neoclássicos, como uma interpretação moral, e eles não discutem as questões morais. A desigualdade social é, para eles, uma coisa legítima.

3. esse pensamento faz parte da ideologia de desenvolvimento, esta tinha como "modelo" de desenvolvimento econômico a via da industrialização:

4. a ação principal de desenvolver a economia brasileira ficou a cargo do Estado, através de seus projetos desenvolvimentistas: e,

5. a agricultura e, portanto, todos os aspectos que a envolviam ficaram secundarizados, na escala de prioridades das políticas governamentais desenvolvimentistas, assim como no debate político e nas construções teóricas em torno do desenvolvimentismo embora existisse uma concepção de desenvolvimento agrícola.

Sobre o desenvolvimento existem inúmeros trabalhos, mas para o melhor esclarecimento do que pretendemos expor nesse artigo, faz-se oportuno colocar, mesmo que resumidamente, o nosso entendimento.

Em termos gerais, concordamos com o conceito de desenvolvimentismo, da forma que é trabalhado por Bielschowsky (1988), a seguir:

"(...) entendemos por desenvolvimentismo... a ideologia de transformação da sociedade brasileiro definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: a) a industrialização integral é via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através de espontaneidade das forças de mercado, e por isto, é necessário que o Estado a planeje; c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada for insuficiente". (Bielschowsky, 1988:8).

Parece-nos que os defensores do desenvolvimento tinham a agricultura como um dado na economia brasileira, apontavam suas limitações e a colocavam como coadjuvante da industrialização. Para

isto se fundamentaram no pensamento neoclássico brasileiro que, por sua vez, se forjou sobre as bases teóricas dos neoclássicos norte-americanos T. Schultz e G. Schuh.

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO DE SCHUH SOBRE A AGRICULTURA

George Edward Schuh esteve várias vezes no Brasil, uma delas através de convênio cultural firmado entre o MEC - Ministério da Educação e Cultura, e a USAID - Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional. Nessas estadas, ele escreveu vários textos, promoveu inúmeras conferências e cursos e teve acesso, portanto, às polêmicas sobre a agricultura então travadas. Schuh se tornou, desta maneira, um brasilianista que exerceu importante influência sobre o pensamento neoclássico brasileiro e, conseqüentemente, sobre o projeto de modernização da agricultura.

O seu pensamento se fundamentava em termos da teoria econômica geral em J. Schuh Peter e A. Lewis e, em termos de teoria agrícola, em T. Schultz. Este último foi, sem dúvida, um dos pioneiros em teoria agrícola neoclássica.

Schuh (1965:1) parte dos seguintes pressupostos: primeiro, que a agricultura pode trazer importantes contribuições "para o desenvolvimento econômico de uma região ou país"; segundo, que, para isso, "são necessários... investimentos em pesquisa e educação".

Schuh (1965:2) analisa a agricultura brasileira em dois momentos. O primeiro seria o período anterior à década de 60, onde se deu uma secundarização política e econômica da agricultura em detrimento do desenvolvimento industrial. O segundo momento seria a partir da década de 60, quando a agricultura teria ganhado uma maior importância no cenário político desenvolvimento devido ao problema da deficiência da oferta alimentar. Schuh chama a atenção para a contribuição que a agricultura poderia dar ao processo de industrialização.

Segundo Schuh, "as razões da mudança de ênfase" no papel da agricultura para o desenvolvimento econômico estava: 1) no "aumento rápido da população, mormente declínio das taxas de morta-

lidade"; 2) na "inquietação no meio urbano" devido à alta dos preços internos dos alimentos; 3) no "alargamento da diferença nas trocas exteriores"; 4) no "malogro em obter taxa sustentável de desenvolvimento econômico através de programas concentrados na industrialização e negligentes quanto ao setor agrícola (Schuh, 1965:2).

A mudança de ênfase no papel da agricultura colocava então, segundo Schuh, a necessidade de seu desenvolvimento de forma a responder às exigências funcionais do crescimento econômico geral, entendido como desenvolvimento industrial. Nesse novo papel, a agricultura poderia contribuir para o desenvolvimento econômico através do aumento de sua produção:

"1) para a liberação de trabalho para o setor não agrícola; 2) como fonte de economias ou formação de capital para a economia total; 3) proporcionando maiores rendas reais através de alimentos por preços mais baixos para todos os membros da sociedade; provendo um mercado para produtos obtidos no setor não agrícola; 5) como fonte de receitas cambiais" (Schuh, 1965:3).

A funcionalidade de agricultura se constituiria, desta forma: 1) como fornecedora de mão-de-obra para o setor não agrícola (pressupunha-se que os setores não agrícolas absorveriam essa mão-de-obra, a exemplo do que ocorrera nos EUA); 2) como setor de acumulação do capital; 3) como setor de viabilização de elevação do salário real; 4) como setor dinamizador do mercado interno; e 5) como setor arrecadador de divisas.

A agricultura, segundo Schuh (1965:7-8), cumpriria a sua função dentro do desenvolvimento econômico brasileiro através do aumento da produtividade da terra e do trabalho (pressupostos de Schultz), economizando mão-de-obra (tida como recurso escasso para Schuh).

O "aumento da produtividade da terra e do trabalho tem resultado da melhoria na qualidade do agente humano e de níveis mais altos de tecnologia" (SCHUH, 1965:8). Infere-se, daí, que a solução

encontrada para os problemas agrícolas seria a modernização da agricultura (entendida como inovação tecnológica ou, ainda, a "industrialização" de agricultura).

Observa-se, nos trabalhos de Schuh, a tendência a se incorporar o discurso de modernização como tecnificação e industrialização. Esse discurso coincide com a resposta técnico-política que seria dada através da modernização, aos problemas sócio-políticos da agricultura.

Para Schuh

"O aumento da produção é explicado mormente pelo nível mais alto de habilidade da força de trabalho agrícola, como resultado de programas de educação e extensão e, um fluxo considerável de nova tecnologia criada pelos "Land Grant Colleges" e indústrias privadas" (Schuh, 1965:8).

Percebe-se na afirmação acima, notável influência de Schultz, sobre Schuh, no tocante à qualificação da mão-de-obra, ou seja, no investimento em recursos humanos ou, ainda, no capital humano e, conseqüentemente, em extensão, pesquisa e desenvolvimento.

Para tornar a agricultura produtiva, segundo Schuh, era preciso investir nos escassos recursos de desenvolvimento agrícola: em estações experimentais de primeira classe; em agente humano e na provisão de serviços de extensão adequados.

Assim sendo

"A agricultura, após anos sendo negligenciada pelos responsáveis por políticas e por economistas de desenvolvimento, recuperou a respeitabilidade como parte contribuinte de uma economia em crescimento. O desafio é para usar os bastante limitados recursos de desenvolvimento, tanto físicos quanto humanos de modo a aumentar a contribuição do setor agrícola. As poucas evidências empíricas disponíveis sugerem que promete ser alto o retorno aos investimentos feitos na criação de nova tecnologia e na educação da população" (Schuh, 1965:16).

É a partir, portanto, da contribuição de Schuh, para a análise neoclássica da organização econômica da agricultura brasileira que vai surgir a produção teórica especificamente voltada para a agricultura. São vários, no Brasil, os estudiosos influenciados por Schuh. Destaca-se como um dos grandes expoentes da economia agrícola neoclássica o professor e pesquisador Eliseu Roberto de Andrade Alves⁷.

É também a partir de Schuh que se clareiam os nortes da política econômica de modernização da agricultura brasileira, a qual veremos na próxima seção.

A INFLUÊNCIA NEOCLÁSSICA NO DEBATE SOBRE A AGRICULTURA BRASILEIRA: DE 1965 AOS DIAS ATUAIS

Ao mesmo tempo em que se desenvolve no Brasil o pensamento neoclássico, desenvolve-se também um processo político-econômico de industrialização da economia brasileira, que resultaria, em termos econômicos, na substituição de importações e, em termos políticos, na criação de uma ideologia justificadora desse tipo de desenvolvimento - o desenvolvimentismo.

As bases desse processo, tanto a nível teórico quanto a nível econômico, vão-se os anos 60, vê-se delineada, no que tange à agricultura, mais que uma política agrícola, um projeto de modernização da agricultura, que tinha como objetivo principal transformar as suas bases técnicas de produção.

Veremos, na próxima subseção, como se constrói historicamente o projeto de modernização da agricultura brasileira e, na seção seguinte, a relação do pensamento de G. Schuh e Eliseu Alves na fundamentação teórica e política dessa modernização.

⁷ Alves é um grande seguidor de Schuh. Note-se que escreveu conjuntamente com este o livro "O Desenvolvimento da Agricultura no Brasil" (1971) e que, como veremos mais adiante, reflete em sua análise, e principalmente em suas propostas, os principais aspectos da concepção de Schuh sobre o desenvolvimento da agricultura.

O projeto (vencedor) da modernização da agricultura.

Um dos grandes acontecimentos do pós-Segunda Guerra é a iniciação do processo de transnacionalização da economia. O capital transnacional encontrou, nos países subdesenvolvidos, nesse período, o ambiente propício à realização de seus interesses, uma economia primário-exportadora, um frágil setor industrial e um ambiente de enorme instabilidade política.

É no bojo desse processo que são criados o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional - FMI, como fortes contribuidores e instrumentos de viabilização dos interesses transnacionalizantes das grandes empresas monopolistas transnacionais, em especial as dos EUA.

No Brasil, o Banco Mundial atua desde 1949, quando do primeiro empréstimo feito ao Estado. O Banco tem sido um dos principais devedores deste banco.

Inegavelmente, o Banco Mundial teve significativa participação no processo de industrialização da economia brasileira e, conseqüentemente, na modernização de sua agricultura.

Por outro lado, falar da modernização da agricultura brasileira é, também, falar do processo de transnacionalização de sua economia.

Coincidentemente, o aumento das inversões de recursos na agricultura, provenientes dos empréstimos feitos pelo Banco Mundial, só se dá em fins da década de 60, mais precisamente em 1968.

Essas inversões de recursos, por sua vez, coincidem com o início do funcionamento do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR, em 1967, criado em 1965.

O SNCR funcionou basicamente para a concessão de empréstimos bancários que visavam a compra de equipamentos agroindustriais e, principalmente, insumos agrícolas.

Por sua vez, a utilização de insumos e equipamentos agroindustriais acelerava o processo de modernização em curso, chegando

mesmo, segundo Delgado (1985), a modificar as bases técnicas da produção agrícola no país. Mas, mesmo antes do funcionamento do SNCR, havia sido criados vários outros órgãos ou mecanismos estatais que tiveram o papel de apoiar a modernização da agricultura, através do crédito e/ou assessoria técnica, por meio de pesquisas, ou mesmo da formação educacional secundária e universitária, assim como através de ministérios e secretarias governamentais.

Schuh & Alves (1971) trazem fartas informações acerca das instituições creditícias (surgidas até 1965), de desenvolvimento, educacionais e de pesquisa, que estavam direcionadas para a questão agrícola.

Sabemos que, tradicionalmente, são o Ministério da Agricultura e as Secretarias da Agricultura os interlocutores do Estado com os produtores agrícolas, mas nesse período do desenvolvimento foram criados inúmeros órgãos estatais que visavam ao planejamento do desenvolvimento econômico da agricultura como, por exemplo: Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia - SPVEA, Superintendência do Plano da Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste - SPVF, Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, entre outros. Esses órgãos distribuíam setorialmente seus recursos recebidos do Tesouro Nacional, nos seguintes itens:

"1. Infra-estrutura: energia, transporte, saneamento básico; 2. Recursos Naturais; 3. Recursos Humanos; 4. Agricultura, abastecimento; 5. Pesca; 6. Colonização; 7. Indústria; 8. Mineração (na Amazônia)" (Schuh & Alves, 1971:221-48).

Esses recursos eram obtidos, em sua grande maioria, através de empréstimos.

"O orçamento para a agricultura no nível federal, tem sido proporcionado através de várias agências. Uma pequena parte dos recursos vem do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e uma apreciável soma ter vindo de fontes estrangeiras" (Schuh & Alves, 1971:240).

Houve, contudo, do início das políticas de concessão de crédito até a consolidação do SNCR, uma série de experiências adquiridas nos resultados da distribuição desses recursos.

O que se percebe em Schuh & Alves (1971) é que os créditos rurais não eram distribuídos de forma racional, mas visando outros interesses que se colocavam como obstáculo ao crescimento econômico da agricultura como um todo. Pode-se perceber isso pela seguinte sugestão dos autores:

"Duas importantes modificações deviam ser feitas na política de crédito agrícola. A primeira, é para restabelecer o preço do crédito rural como um fator, na sua distribuição. Dada a atual taxa de inflação e os baixos limites de taxas de juros, a maior parte do crédito oficial é distribuída por razões outras que não as consideradas econômicas. O uso mais eficiente destes recursos não será conseguido até que seja dada um papel preponderante ao preço, e até que este reflita mais adequadamente as condições do mercado de capital" (Schuh & Alves, 1971:352).

O SNCR foi o instrumento da política governamental de desenvolvimento da agricultura que veio atender algumas das críticas e sugestões que Schuh & Alves (1971) fazem para o setor agrícola no período de 1950-1965. Contudo, ao analisarmos os resultados do SNCR, de sua criação até meados da década de 80, poderemos observar que este cumpriu o seu papel e que contribuiu para que houvesse um desenvolvimento agrícola mais eficiente, através de seus incentivos para a aquisição de máquinas, equipamentos e insumos, e para a manutenção da tendência de concentração fundiária, verificada historicamente na agricultura brasileira, não obstante ter imposto à agricultura brasileira determinado padrão de modernização tecnológica.

Delgado chama a atenção para

"Algumas implicações mais evidentes do processo de mecanização sobressaem claras - o desemprego rural e a concomitante intensificação de fluxos migratórios. Menos evidente mas não menos verdadeiro é a implicação de que o subsídio

à compra de equipamentos e insumos "modernos" introduz graus variados de dependência tecnológica e de recursos externos. Ademais, a hegemonia da empresa industrial multinacional no processo de transferência de tecnologia interrompe ou descaracteriza o "feed-back" de informações deste e introduz uma outra tendenciosidade na adoção de tecnologia, qual seja, a inibição da recriação tecnológica pelo próprio empresário rural. Essa característica torna-se tanto mais presente quanto maiores forem os incentivos financeiros a promover o progresso técnico pela simples incorporação de equipamentos acabados, os quais pressupõem uma rotina de utilização pelo empresário agrícola mas não a acumulação de novo conhecimento e informação" (Delgado, 1979:118).

O SNCR beneficiou sobremaneira os grandes e médios empresários agrícolas.

"Os 'pequenos produtores' caem de uma participação de 34,3% no valor do crédito concedido em 1966 para 11,38% em 1976. No mesmo período, os grande produtores, que em 1966 absorviam 20,27% do crédito rural, elevaram sua participação sistematicamente atingindo a faixa de 53,5% em 1976, não obstante representarem apenas 3,3% do número de contratos. Observe-se ainda que os médios produtores caíram também em sua participação relativa entre 1966 a 1976" (Delgado, 1979:119).

O SNCR, portanto, contribui sensivelmente para a consolidação do padrão tecnológico da agricultura e para o aumento da tendência fundiária concentracionista.

Nas leituras realizadas sobre o período do pós-Segunda Guerra Mundial até a década de 60, nota-se que não está explicitado um projeto de modernização para a agricultura, nem de forma inacabada nem, muito menos, de forma acabada.

Por outro lado, também se percebe nas entrelinhas das análises sobre o desenvolvimento no Brasil, um espaço importante a ser ocupada pela agricultura.

Então, do pouco que se escreveu sobre a agricultura do pós-Segunda Guerra Mundial até a década de 60, embora estivessem em contínua discussão os problemas e, conseqüentemente, as propostas que se apresentavam para a sua resolução, percebe-se que havia uma concepção consensual de qual seria o papel que a agricultura deveria e poderia desempenhar na industrialização do Brasil.

Entendemos que são das propostas consensuais de teor neo-clássico, portanto, que se constrói, ao longo de quase três décadas, o "projeto (vencedor) da modernização da agricultura brasileira", que pretendemos analisar mais adiante.

Chamamos acima de projeto vencedor, por entender que havia outras propostas de modernização da agricultura. Uma delas era a de linha do pensamento socialista, encabeçada pelo PCB, que propugnavam por uma transformação da agricultura pré-capitalista - para uma agricultura moderna, através da reforma agrária que, por sua vez, transformasse a estrutura da propriedade da terra, no campo. E essa proposta foi derrotada. Venceu a proposta de transformação da agricultura tradicional para uma moderna sem, contudo, mexer na tradição da estrutura fundiária.

Mas estejamos atentos quanto à utilização do termo "agricultura moderna" ou "modernização da agricultura", pois a utilização desses dois conceitos sem uma análise crítica prévia pode nos levar a não perceber a essência contraditória da modernização e, neste sentido, a simples adoção da concepção de modernização da agricultura deve-nos fazer pensar em outras alternativas ou, pelo menos, questionar se o "tipo" ou o "modelo" de modernização que se propunha era adequado as nossas condições econômicas, históricas e, até mesmo, geográficas.

Assim sendo, a concepção de modernização da agricultura no pós-Segunda Guerra Mundial no Brasil, como em vários outros países, faz parte de uma compreensão maior de mundo que está relacionada com a concepção de progresso; a crença histórica existente e consensual em todas as correntes econômicas de que o progresso era inevitável, e de que o crescimento econômico passava, via de regra, pelo des-

envolvimento tecnológico ou progresso técnico, a que denominaram de modernização.

Quando, portanto, nos referirmos ao conceito de modernização nos neoclássicos, estaremos trabalhando o entendimento de desenvolvimento ou progresso técnico, em geral. Discordamos deste conceito porque ele tende a generalizar o progresso histórico da modernização, destituindo-o, assim, de sua historicidade.

A "TEORIA" DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Santos (1986) define como "teoria da modernização da agricultura" o conjunto dos modelos de 'conservação'; 'do impacto urbano industrial'; de 'difusão'; de 'insumos modernos'; 'de inovação induzida'; de 'De Janvry'; a 'formulação de Pastore, Dias e Castro'; e mecanismos de autocontrole', de Ruy Miller Paiva.

Para Santos (1986) esses modelos sofrem, direta ou indiretamente, influência da teoria do desenvolvimento agrícola de Theodore Schultz, seja pelas concepções expostas em "A transformação da Agricultura Tradicional" (1965), seja pela "A Organização Econômica da Agricultura" (1953). No fundamental, esses modelos apontam para uma transformação modernizadora da agricultura com a introdução de máquinas e equipamentos agrícolas e a adoção do uso de insumos químicos.

MODERNIZAÇÃO DE "MODELO" TECNOLÓGICO: A CONCEPÇÃO NEOCLÁSSICA DE MODERNIZAÇÃO

A modernização tecnológica é tida, pelos neoclássicos, como a mais importante transformação a ocorrer numa agricultura tradicional.

Schultz (1965) mostra que a agricultura tradicional é eficiente dentro de suas limitações, ou seja, dentro da escassez de recursos com que trabalha, produz o suficiente para a reprodução do pequeno agricultor. Só que, no que se refere ao desenvolvimento econômico.

"... quando os agricultores se limitam aos fatores tradicionais de produção, atingem um ponto além do qual pouco ou nenhuma contribuição podem fazer para o crescimento econômico, por haver ineficiências significativas na distribuição de fatores, cuja remoção aumentaria a produção corrente, e porque o investimento feito para aumentar o estoque de fatores tradicionais seria uma fonte onerosa de crescimento econômico" (Schultz, 1965:35).

Neste sentido, a agricultura brasileira foi eficiente para o que tradicionalmente se propôs, exportadora de produtos tropicais à base da monocultura para a exportação. Os recursos, portanto, de que dispunha, eram abundantes: terra e trabalho, o tipo de tratamento da terra e as técnicas de produção eram tradicionais no sentido de que foram resultado de longa experiência.

O tipo de agricultura extensiva só foi possível dado à abundância do recurso terra. E, no tocante ao seu papel para o global da economia brasileira, teve a agricultura historicamente grande significado.

A agricultura foi, minimamente, a supridora ou fornecedora de alimentos para o pequeno mercado interno. Porém, o mais importante papel da agricultura foi, no entender dos estudiosos da questão agrária, o seu papel enquanto um setor de produção e acumulação de capital, e como o principal setor de geração de divisas, além de empregadora e fornecedora de mão-de-obra.

O período a que nos referimos é um momento muito importante do crescimento populacional, das cidades e dos centros urbanos mais importantes do país. E devido a esse crescimento surgiram vários problemas de infra-estrutura, entre eles o essencial, o abastecimento de alimentos.

A agricultura, então, por causa de sua característica histórica de exportadora de produtos de monocultura, vê-se, a partir de então, com a responsabilidade de prover o mercado interno de alimentos, em especial da cesta básica (feijão, arroz, milho, carne etc.) e contava com um grande obstáculo, a sua própria tradição monocultora, e dá parte

dos pequenos produtores de alimentos de subsistência pouco incentivo para o aumento da produtividade.

Por outro lado, a se manter o nível de incentivos que o Estado destinava à agricultura de produtos de exportação, através de uma forte política protecionista, através de subsídios e da manipulação do câmbio, sem que esta participasse de forma mais incisiva na contribuição para o crescimento ou desenvolvimento econômico do país, a agricultura poderia tornar-se num estorvo para o processo de industrialização. Um "obstáculo" para a industrialização. A saída era transformar essa agricultura de tradicional em moderna, competitiva, com elevados índices de produtividade; proporcionar ao setor agrícola as condições para a sua inovação tecnológica e, conseqüentemente, aumentar a sua produtividade.

A concepção tecnológica da inteligência que subsidiava teoricamente os planos estatais, estava totalmente ligada à linha de pensamento neoclássica que, por sua vez, possuía uma concepção positiva da economia e do Estado. Isto significa que, no tocante à economia, o seu processo estava ligado ao seu desenvolvimento ou progresso tecnológico. No que se refere ao Estado, ele é o gerenciador desses problemas e questões econômicas.

O debate político sobre os problemas da agricultura travou-se durante toda a década de 50 e início de 60, sendo mais intenso em fins dos anos 50. Para isto, contribuíram as lutas sociais ocorridas no campo, a organização dos trabalhadores através das Ligas Camponesas a partir de 1956, e as conseqüências do rápido, e não planejado, crescimento dos centros urbanos e, de forma geral, o aumento populacional.

A MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA CONCEPÇÃO DE ELISEU ALVES

A partir da década de 70, mais precisamente com a criação da EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, em 1973, despontam, na literatura econômica agrícola, os escritos do Professor Eliseu Alves. Esses escritos têm o propósito de analisar as condições das principais culturas agrícolas e ramos pecuários que, junta-

mente com a pesquisa, contribuíram para proporcionar um grau e um ritmo à modernização da agricultura. Sem dúvida, a EMBRAPA desempenhou e continua desempenhando papel imprescindível nesse processo.

Eliseu Alves apresentava-se como um dos mais importantes ideólogos do processo e, principalmente, do "modelo" de modernização da agricultura adotado no Brasil.

Favoráveis às suas idéias estão as condições políticas e econômicas desse período. Estávamos, nos primeiros anos da década de 70, vivendo os mais difíceis anos da ditadura militar que se instalou em 31 de março de 1964.

É, portanto, nesse momento de silêncio forçado dos canais de representatividade dos segmentos sociais, economicamente dominados, que se instala, no Brasil, o "projeto de modernização da agricultura".

Assim sendo, o processo que se aprofunda (dado à manutenção da tendência de beneficiamento das médias e grandes empresas), a partir do regime militar, é um processo por natureza excludente e desigual, dado à eliminação da fala e da participação camponesa.

Do debate, que se travava em fins de 50 até a sua interrupção com o golpe militar, havia despontado duas posições majoritárias: a burguesa, que defendia que houvesse um processo de mudança no campo, sem que fosse preciso implantar a reforma agrária, e a do PCB (que nesse momento gozava de grande prestígio junto às classes camponesa e operária) que defendia a reforma agrária, como meio de eliminar os vestígios feudais, as formas pré-capitalistas no campo (Silva, 1987:13).

Ambos os projetos destacavam a necessidade da modernização da agricultura. Porém o vencedor foi o projeto burguês, dado ao controle de que este dispunha, no momento, dos mecanismos de decisão do Estado (Dreifuss, 1981).

As fundamentações técnico-políticas e teórico-políticas do "projeto de modernização da agricultura" recebem a contribuição, dentre outros estudiosos da questão agrária, de Eliseu Alves. A sua visão

sobre a agricultura foi, indubitavelmente, um dos fatores que o levaram à Presidência da EMBRAPA, a qual tinha, como responsabilidade e objetivos precípuos, viabilizar tecnicamente a continuidade do processo modernizador.

Para tanto, as colocações de Eliseu Alves, no tocante à reforma agrária, mostram o quanto estavam coadunados a EMBRAPA, o processo de modernização da agricultura e a política agrícola estatal, no sentido de modernizar sem transformar a estrutura da 'propriedade da terra.

No seu "paper" "A Política Agrícola no Brasil e a Hipótese da Inovação Induzida", Eliseu Alves e Pastore (1980), afirmam que a modernização da agricultura "é sinônimo de uma agricultura que se baseia na ciência e não apenas nesses fatores tradicionais" (terra e trabalho) e que, portanto, "A modernização é entendida como implicando um aumento significativo da produtividade dos fatores terra e trabalho" (Alves e Pastore, 1980:9).

Entendida a modernização da maneira descrita acima, e diante das prementes questões colocadas pela crise agrária que se apresentava na década de 50, esses autores partem para a convocação de determinados problemas agrários, como a crise do abastecimento, a superprodução do café e discriminação que a agricultura vinha sofrendo, junto a política governamental desde os anos 50, para analisar o processo de modernização.

Os anos 50 e início dos anos 60 são de forte discriminação à agricultura. A política governamental, nesse período, priorizou a industrialização, que se fez às custas, também, da taxação agrícola, a fim da obtenção de divisas para a substituição de importações.

Não obstante, as crises agrícolas exigiam medidas políticas que se apresentavam de forma descontínua e paliativa para a resolução de problemas mais urgentes. Foi assim que a alta de 20% nos preços dos gêneros alimentícios, no período de 1951-54, foram interpretados como conseqüência das perdas de comercialização, resultantes da deficiência do sistema de transporte e armazenagem (Alves, 1983).

Outra crise de abastecimento se agravará no período de 1958-59. Em resposta, o Estado procurou "estimular a produção, ampliando-se o crédito agrícola". Essa crise agravou-se em 1961-63 e, desta vez, a saída "foi tornar efetiva a política de preço mínimo" (Alves, 1983).

Como se pode observar por esses poucos exemplos, o Estado possuía uma política agrícola a que podemos chamar de emergencial, ou seja, o Estado intervinha na agricultura para corrigir desvios provocados pelo desequilíbrio de mercado.

A crise da superprodução do café, em fins da década de 50, atingiu, em 61, o seu ápice e mais uma vez colocavam-se para a agricultura as questões relativas à sua produtividade, fosse pela sua escassez ou pela sua abundância e superprodução, no caso do café.

Nesses momentos de crise vinham à tona as polêmicas acerca da estrutura da propriedade da terra e de produção da agricultura brasileira. Uns apontavam a reforma agrária como uma via política de minimização dos problemas de abastecimento e outros percebiam-na como mais um paliativo que a curto e médio prazos não responderia às necessidades de produtividade exigidas pelo dinâmico crescimento urbano e populacional, pelo mercado interno e externo.

Alves & Pastore (1980:9-19) entendem que a via de solução dos problemas do abastecimento e produtividade seria a modernização através de inovações capazes de economizar o uso da terra (um recurso escasso), através de investimentos em pesquisa de natureza químico-biológica. Criticam a estrutura agrária, mas não do ponto de vista da concentração fundiária e, sim, do ponto de vista do tipo de produção agrícola em que se investe (culturas para a exportação).

Para esses economistas

"Se as terras e a mão-de-obra... tivessem sido empregadas na produção de gêneros alimentícios, o problema de abastecimento das grandes cidades teria sido menos complexo"

Continuando, esses autores entendem que:

"O argumento central quanto aos efeitos negativos da estrutura agrária sobre a produtividade pode ser sumarizado da seguinte forma: 1) a dimensão do mercado de capital; 2) a terra é uma espécie de guarda-valor...; 3) as imperfeições do mercado de capital limitam também o acesso à terra...; 4) as altas taxas de crescimento da população e a falta de oportunidade de emprego; 5) como resultado final, advém uma estrutura dual de emprego de mão-de-obra...; 6) ... isso significa que a agricultura está operando num ponto interior do conjunto das possibilidades de produção" (Alves e Pastore, 1980:9).

Mas a análise de todos esses fatores negativos da estrutura fundiária aparecem não no sentido da viabilização de uma política ir-restrita de reforma agrária e, sim, para negá-la.

São bases, para Alves e Pastore, as concepções de Hayami e Ruttan, Shultz, Schuh, Thompson, Nicholls e Smith, que fazem fortes restrições à reforma agrária.

"Hayami e Ruttan..., resumindo a literatura sobre reforma agrária chegam à conclusão de que não existe nem tamanho de propriedade, nem tipo de arranjo ótimos no que respeita à posse de terra, do ponto de vista da modernização da agricultura" (Alves & Pastore, 1980:10).

Em Thompson, os autores apontam como argumentos contrários à modernização da agricultura via reforma agrária, o seguinte: "1) Investimento insuficiente em pesquisa agrícola...". O contrário dispensaria a reforma agrária; "2) ... industrialização orientada para bens de consumo. Não se procurou... estimular a indústria de insumos modernos, a qual é básica à modernização; 3) a política de "preço baratos..."(Alves e Pastore, 1980:10).

Segundo os autores em estudo, essas interpretações, somadas às de Schuh, Nicholls e Smith, apontam para a responsabilidade da não modernização da agricultura, nas políticas governamentais que priorizaram, a despeito da crítica de Schultz, a industrialização em detrimento do desenvolvimento da agricultura. Assim sendo, a mudança na postura e fundamentação das políticas agrícolas poderiam cumprir um

papel essencial na modernização da agricultura, sem ter que adotar a reforma agrária, ou mesmo adotá-la, mas em casos muito limitados.

Em outros texto de Alves, "A Pesquisa Agrícola e a Questão Social" (1985), ele analisa o crescimento da população urbana na década de 70 e a atração que (no seu entender) a cidade exerce sobre o campo, apontando daí motivos de agravamento do problema do abastecimento alimentício e a da não necessidade de uma reforma agrária.

Não analisa a questão da estrutura de propriedade da terra como um dos motivos da migração campo-cidade. Ao contrário, aponta as chances e facilidades que apresentam as cidades em relação ao modo de vida no campo. As possíveis oportunidades como acesso à educação primária, secundária e até mesmo universitária, o acesso a programas de saúde, habitação etc. exercem forte atração sobre os camponeses, segundo Alves. Uma atração tão forte, que para o autor.

"Foi exatamente quando o campesino compreendeu que, sem ascensão vertical na sociedade permaneceriam eternamente obstruídos. Muitos deles chegaram a dizer que é melhor ser engraxate na cidade que um pequeno proprietário" (Alves, 1985:30).

Daí a dedução de Alves sobre a reforma agrária:

"Dessa forma, mesmo que a sociedade optasse por uma reforma agrária de caráter abrangente, sua implantação seria lenta, em vista dos obstáculos que se encontram presente - mormente os de caráter financeiro e, por conseguinte, pouco poderia fazer para desviar o Brasil da rota de desenvolvimento econômico em que se encontra, onde a agricultura terá cada vez menor função empregadora e mais ocultará o papel de produzir excedentes para abastecer as cidades e o mercado externo" (Alves, 1985:30).

Os neoclássicos caracterizam-se por utilizar um conjunto de princípios filosóficos e econômicos. Os mais importantes seriam a aceitação e a defesa do sistema capitalista como o mais avançado sistema alcançado pela humanidade. Constam, para a constituição dessa

concepção, as fortes influências que exercem o positivismo e o social-darwinismo, a idéia, portanto, de progresso e evolução.

Outros princípios mais econômicos são fundamentados principalmente nas teorias de equilíbrio econômico, em especial em Walras, ressaltando-se as impropriedades acusadas no seu estudo, contando ainda a concepção de mercado (de livre concorrência) e as questões daí derivadas. São, portanto, os neoclássicos eminentemente liberais ou neoliberais. Compreendem o desenvolvimento econômico como resultado da articulação do capital, forças produtivas (fatores de produção) e investimento (numa leitura Schumpeteriana).

No tocante à "teoria da modernização da agricultura" no Brasil, seus fundamentos precípuos foram firmados nas teorias majoritariamente de influência neoclássica, conforme o entendido por Santos (1988).

CONCLUSÃO

Neste trabalho vimos como as questões conjunturais influenciaram o surgimento e consolidação do processo de modernização da agricultura brasileira, e, principalmente, como esse processo de modernização forja, segundo as pressões econômicas e de classes, um "projeto de modernização da agricultura" que tem na sua essência a exclusão dos pequenos produtores e demais trabalhadores rurais destituídos da propriedade da terra.

O "projeto de modernização da agricultura" tem o seu tempo e espaço definidos historicamente, segue-se num período de ditadura política e de consolidação do processo de transnacionalização da economia brasileira. Constitui-se num ótimo espaço de expansão dos interesses capitalistas e arrebatou em seu objetivo empresas privadas e públicas, instituições de pesquisa e extensão, intelectuais de variados matizes teóricos, sob a idéia da modernização. Esta se prestou a todas as explicações e soluções para os gigantescos problemas sócio-econômicos brasileiros, porém contribuíram sobremaneira para a idéia de modernização da agricultura como alternativa para fazer a agricul-

tura cumprir suas funções às concepções e formulações analíticas e teóricas dos neoclássicos.

A fundamentação teórico-política do projeto de modernização da agricultura brasileira é, sem dúvida, marcadamente neoclássica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, M. de P. "Contribuições de Eugênio Gudim ao Pensamento Econômico Brasileiro: Apresentação" in: Revista Literatura Econômica. Rio de Janeiro, Vol. 6, nº 4, out. 1984, pp.601-34.
- ALVES, E.R. de A. *O Dilema da Política Agrícola Brasileira: Produtividade ou Expansão da Área Agricultável*. Brasília, EMBRAPA, 1983. 108p.
- ALVES, E.R. de A. "Pesquisa Agrícola e a Questão Social". in: YEGANIANZ, L. (Org.). *Pesquisa Agropecuária: Novos Rumos*. Brasília, EMBRAPA, 1985, PP.29-33.
- ALVES, E.R. de A. & PASTORE, A.C. "A Política Agrícola do Brasil e a Hipótese da Inovação Induzida. in: Coletânea de trabalhos sobre a EMBRAPA. Brasília, EMBRAPA, 1980, pp.9-20.
- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, IPEA/INPOES, 1988, 536p.
- DELGADO, G.C. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. Campinas, Unicamp/Icone, 1985, 240p.
- DELGADO, G.C. Modelo de desenvolvimento agrícola brasileiro. Revista de Economia rural, V.17, n.1, jan./mar. 1979, pp.107-121.
- DREIFUSS, R.A. *1964: A Conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classes*. Petrópolis, Vozes, 1981, 814p.

- MONTENEGRO, R.D. *A Ideologia da Modernização da Agricultura: um estudo do pensamento econômico brasileiro*. Campina Grande, UFPb/CME, 1993, 170p. (Dissertação Mestrado).
- SANTOS, R.F. dos. *Presença de Vieses de Mudança Técnica na Agricultura Brasileira*. São Paulo, USP/IPE, 1986. 175p. (USP/IPE - Ensaio Econômico, 63)
- SANTOS, R.F. dos. "Análise crítica da interpretação neoclássica do processo de modernização da agricultura brasileira". Revista de Economia Política. São Paulo, V.12, nº 4(31), jul.-set. 1988, pp.131-148.
- SCHUH, G.E. *A Contribuição da Agricultura para o Desenvolvimento Econômico*. Fortaleza, BNB, 1965 (Mimeo).
- SCHUH, G.E. & ALVES, E.R. de A. *O Desenvolvimento da Agricultura no Brasil*. Rio de Janeiro, APEC, 1971, 369p.
- SCHULTZ, T.W. *A Transformação da Agricultura Tradicional*. Rio de Janeiro, Zahar, 1965, 207p.
- SCHULTZ, T.W. *La Organización Económica de la Agricultura*. México/Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1953, 429p.
- SILVA, J.G. da. Mas qual reforma agrária? *Revista Reforma Agrária*, abr./jul. 1987, pp.11-56.

OS IDEAIS NA CULTURA TÉCNICA

Jurandir Antonio Xavier¹

Sem indícios de uma vigorosa retomada do crescimento econômico, mesmo depois de se vivenciar a "década perdida" dos 80 e acumulando ameaças de se varar em estagnação a dos 90, processa-se atualmente à revisão do ideário econômico-desenvolvimentista, redimensionando-se nele o peso que educação, ciência e tecnologia viriam a ter no desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, a exemplo do Brasil. Nesta revisão, destaca-se o atrelamento unilateral em que o sistema educacional, científico e tecnológico teria se submetido: ao chamado "capital morto", ficando às calendas o "capital vivo". Isso significa que tal sistema teria evoluído em torno do aprimoramento da máquina, relegando o do homem. Revisão que vem gerando propostas de voltar tal sistema à elevação da qualificação técnica do trabalhador.

Ilustra uma tal revisão, a que o Sr. Delfim Netto fez aparecer em "Políticas Geradoras do Desenvolvimento" (1993):

"Desde o extraordinário artigo de Robert Solow (1956), Prêmio Nobel de 1987, os economistas conformaram-se a trabalhar com um modelo simples, que atribuía o crescimento a um misterioso fator chamado 'capital', à quantidade de trabalho homogêneo aplicada sobre ele e a uma entidade mágica chamada 'tecnologia'. Na verdade, a palavra 'tecnologia' era uma forma de capturar tudo aquilo que os economistas desconheciam e que não estava incorporado ao capital físico ou ao trabalho. (...) Apesar do desconforto e do pessimismo de al-

¹ Professor titular de Economia da UFPB.

gumas de suas conclusões, o modelo de Solow não foi perturbado durante 30 anos. A partir de meados dos anos 80, alguns economistas - P.M. Romer (1986) e R. Lucas (1988) - começaram a desenvolver novos modelos que modificavam certas hipóteses de Solow e permitiram algumas conclusões mais otimistas. (...) Romer (1986) introduziu a hipótese de rendimento crescente do capital e Lucas (1988) sugeriu um terceiro fator de produção, a que chamou de 'capital humano'. (...) (Tal sugestão) desenvolve velha intuição de que o desenvolvimento tem profundas ligações com a educação (Selowsky, 1962). Na sua origem, entretanto, a educação está ligada a fatores institucionais e religiosos. (...) (Mas), uma vez posto em marcha o processo, é certo que os dois fatores se reforçam mutuamente."

Delfim Netto fala mas não se ilude com a educação como fator de alavancagem do desenvolvimento. Tanto é assim que, após tal referência, ele disserta sobre as que seriam as "condições reais" do crescimento a longo prazo. De fato

"(...) é difícil saber exatamente como obter essas condições. Parece que elas podem resumir-se na existência de um governo constitucionalmente estável, capaz de garantir uma política macroeconômica razoável, com uma moeda relativamente forte e que liberte a economia de regulamentação que impeça o pleno funcionamento dos mercados. (...) As políticas que produzem o crescimento podem ser identificadas, portanto, como aquelas que geram a estabilidade macroeconômica e a eficiência microeconômica e abrem a economia para o comércio internacional."

Ao que parece, muito se terá que esperar, até que as políticas do desenvolvimento econômico venham a ser as do desenvolvimento do sistema de qualificação da força de trabalho.

De fato, nada tem sido mais idealizado que a técnica e o sistema educacional, científico e tecnológico que a configura: voltados a qualificar máquina ou homem. Arrancados de sua própria realidade econômica, perversa, paradoxalmente, eles têm servido de estuário das esperanças de redenção das iniquidades que reinam entre nações, regi-

ões e classes sociais. Idealização que, como bastando a si própria, converte a técnica na via mais eficaz que a humanidade disporia para ser alçada ao reino do bem-estar. Induz-se, assim, que, se é pela via da revolução técnica, então não seria pela da revolução social, que, transformando as atuais relações de distribuição, as desigualdades poderiam vir a ser superadas. Por isso, contrapondo-se à transformação das relações de distribuição da renda, a técnica é tida, no ideal conservador, como a via mais eficaz de acesso das nações ao bem estar-social.

Porém os vãos das utopias são curtos. Contra eles, fala a própria realidade da técnica em suas múltiplas manifestações. E a realidade mostra teimosamente que a técnica não se tem prestado a reduzir, mas a amplificar concentração de renda, desequilíbrios econômicos e desigualdades sociais, nacionais ou internacionais: perversidades contra as quais ela é apresentada insistentemente, como antídoto eficaz. Com isso, conservadas as atuais relações de propriedade, produção e distribuição da riqueza, se voltada para qualificar o homem, como geradora de desenvolvimento, a técnica não é levada a sério. E se voltada para a máquina, não se presta à "homogeneização social". Impasse que tem convertido a técnica em coveira das ilusões de redenção social nela ainda depositadas.

NOVOS IDEAIS

Avoluma-se o discurso político sugerindo novos caminhos de retomada do desenvolvimento, agora, associados aos do sistema educacional, científico e tecnológico. Chama-se a atenção para a força da alavancagem do desenvolvimento econômico eqüitativo que tal sistema teria, se voltado a qualificar, prioritariamente, não mais a máquina, mas o homem. No entanto, tal discurso não se tem mostrado convincente. Nem novo. Na verdade, ele apenas recicla os ideais humanistas da técnica, reciclando, também, os ideais das relações Capital-Estado, cooperativas, ainda em profunda crise. Relações de sustentação estatal ou social da acumulação privado-capitalista, não mais na forma direta, via estatização de funções produtivas (monetárias, produtivas propriamente e comerciais), senão indireta, via estatização das chamadas funções sociais.

No novo ideário, não mais seria prioridade nacional o financiamento gratuito da expansão da infra-estrutura econômica - produtiva, comercial ou financeira - senão da social: educacional, científica e tecnológica. Nem a estatização de fábricas de aço, energia ou plástico, subsidiando a rentabilidade da produção. Nem a estatização do mercado financeiro, subsidiando a rentabilidade da especulação. Prioridade passaria a ser a expansão do sistema educacional, científico e tecnológico, numa forma que viesse a servir a educação ou a qualificação técnica da força de trabalho. Assim, ao que parece, nesse novo ideário, a técnica desembarcaria decididamente da máquina, do capital ou do privado, do "hardware", para embarcar no homem, no trabalho ou no social, no "software".

Não obstante, mais além dessa utópica reorientação do progresso técnico, e numa subsequente redução das desigualdades nacionais, regionais ou sociais, encontra-se o real: não apenas os sólidos laços da técnica com a máquina (capital), mas também a persistente reprodução ampliada das desigualdades econômicas nos países desenvolvidos, e, mais ainda, nos subdesenvolvidos. E, nos desenvolvidos, além de estender tal reprodução em escala mundial, o progresso técnico substantivou-se no desenvolvimento do chamado "complexo industrial-tecnológico-militar": máquina de guerra que, desde cedo, não permitiu o florescimento de qualquer imaginário humanista razoável fundado na técnica. Como se não fosse pouco, a insistência com as usinas nucleares, apesar do seu uso pacífico, fez com que os restos de aura do progresso técnico viessem a ser banidos da população nos países desenvolvidos. Em definitivo, aí, há muito, a técnica deixou de ser substância de idealizações. É o que nunca deixou de ser: instrumento de alavancagem de supremacia tecnológica na concorrência capitalista, de concentração de renda e de poder bélico. Vias pelas quais os lucros se multiplicam.

Nos países subdesenvolvidos, porém, as idealizações em torno das magias da técnica proliferaram, sobretudo porque nos países industrializados, seu desenvolvimento era real, enquanto, nos subdesenvolvidos, a indústria permanecia como ilusão. Ilustra tal credo a revisão das propostas econômico-desenvolvimentistas que Celso Furta-

do, príncipe cepalino, fez aparecer em "Brasil: A Construção Interrompida"(1990):

"(...) Já lá se vão quarenta anos desde que Prebisch nos ensinou observar o capitalismo como um processo de difusão do progresso técnico, difusão irregular, comandada pelos interesses das economias criadoras de novas técnicas. Quem diz progresso técnico diz aumento de produtividade, portanto condições propícias à concentração dinâmica da renda e impulso à acumulação, vetor da difusão de novas técnicas"(p.37).

E sendo capitalismo progresso técnico, seu desenvolvimento deve ser visto como processo social:

"(...) em que a assimilação de novas técnicas e o conseqüente aumento de produtividade conduzem à melhoria do bem-estar de uma população com crescente homogeneização social. Esta última não se deu desde o começo da industrialização capitalista. Mas, alcançado certo nível de acumulação, ela se fez inerente ao processo de desenvolvimento" (ibidem, p.39).

Vê-se que Prebisch, Furtado & CEPAL não só idealizaram o capitalismo, ensinando a vê-lo como um "processo de difusão do progresso técnico" (e não como uma modalidade de enriquecimento privado), mas também o progresso técnico, ensinando a ver em sua difusão mundial ou nacional a predominância de uma tendência que gerasse crescente "homogeneização social" (e não crescentes concentração da renda, desequilíbrios regionais e desigualdades sociais). Por isso, muitos anos depois, tal escola reconhece que

"(...) aumentos de produtividade e assimilação de novas técnicas não conduzem à homogeneização social (...) (lastimando ainda que a) industrialização, nas condições de subdesenvolvimento, mesmo ali onde ela permitiu um forte e prolongado aumento de produtividade, (não) tenha contribuído nada ou quase nada para reduzir a heterogeneidade social" (Furtado, 1990, ibidem, p. 39 e 45).

IDEAIS E REALIDADE

Ao contrário da política desenvolvimentista, positiva, que idealiza a técnica, localizando em sua evolução caminhos que convergiam à superação das desigualdades sociais, nacionais ou regionais, no pensamento crítico, não se encontram margens para fantasias. De fato, nele, o progresso técnico foi exaustivamente apontado como arma da concorrência capitalista. E sua evolução, reconstituindo supremacias tecnológicas, produtivas e econômicas numas poucas empresas, traria consigo a concentração do capital, a monopolização dos mercados e a centralização da renda. Marx deu tanto significado ao progresso técnico, que nele visualizou a própria lei geral do desenvolvimento capitalista: centralização, polarização ou concentração de riqueza, de um lado, capitalista, e, de pobreza, miséria e penúria, de outro lado, do trabalhador.

A crítica ao progresso técnico, seu desenvolvimento sob o capitalismo, foi implacável. Porém, não à técnica propriamente. E nem mesmo às suas relações preferenciais para com a máquina ou agressivas contra o homem, força de trabalho, mas às relações capitalistas de distribuição dos seus frutos, que garantem apenas ao capitalista a apropriação das rendas adicionais geradas no seu desenvolvimento, tecnológico. Na verdade, tal dicotomia máquina - homem, a que a técnica estaria submetida, não é relevante. Pois, se incorporada à máquina (é capital constante ou "morto") ou ao homem (é capital variável ou "vivo"), ambos, na produção, são só capitais: propriedades capitalistas ou fatores de produção cujo resultado não se torna propriedade do produtor direto, o homem-trabalhador, mas do próprio proprietário das condições de trabalho o homem-capitalista. Assim, sob tais relações de distribuição, o progresso técnico, tanto quanto a elevação da produtividade do trabalho que o acompanha, em definitivo, não servem ao homem, mas ao capital. Os frutos do progresso técnico não vão para os bolsos do trabalhador, mas do capitalista, concentrando-se, ainda mais, tanto a propriedade, quanto as rendas nos bolsos capitalistas.

Nestas condições, a polarização enriquecimento privado, capitalista, e empobrecimento social, trabalhador, que a técnica amplifica, jamais viria a ser mudada, "desviando-se" a técnica da melhoria

da qualificação da máquina para a da força de trabalho: mesmo que a técnica fosse passível de ser reorientada para outras realidades, mais além daquelas fantasiadas. Na verdade, mantidas as atuais relações de propriedade, distribuição e enriquecimento, ainda que toda destreza técnica do mundo viesse a ser canalizada ao trabalhador, ainda assim, o trabalhador assalariado não viria a ser nem mais nem menos aquinhoado com os frutos do progresso técnico. E simplesmente porque, apesar da destreza adquirida, não sendo revertidas as atuais relações de distribuição, ele nada mais apropria da produção, senão seu próprio salário, exterminativo.

Ao contrário, tal evolução viria a ser revertida apenas sob mudança das relações capitalistas de propriedade, apropriação e acumulação da renda nacional. Nesse caso, a propriedade da produção deixa de ser "coisa privada" do empresário capitalista, proprietário da máquina (capital), para ser "coisa social" do conjunto da sociedade. Com isso, a técnica não deixa de servir à máquina, enquanto meio de produção, mas, sim, enquanto capital, deixando de servir ao proprietário da máquina para servir ao produtor, à sociedade. Em outras palavras: não é deixando de servir à máquina, para vir a servir ao homem, que os frutos do progresso técnico alcançariam ao trabalhador. Aliás, não é nem deixando de servir à máquina que o progresso técnico serviria ao homem, à sociedade: a máquina é que precisa deixar de servir ao capital, vindo a servir à sociedade. E isso só acontece quando ela deixa de ser propriedade privada, capital do investidor, para vir a ser propriedade social, meio de produção da própria sociedade.

Enfim, àqueles modelos que idealizam a técnica, seus "dotes curandeiros", não se contrapõe um outro modelo idealizado (tornando-o ainda mais "charmoso"), mas a própria realidade, que é, tanto história, quanto lógica. Assim, enquanto a realidade se apresenta em suas oposições distributivas características, a lógica se apresenta apenas reproduzindo tais oposições. E a realidade é insofismável: em seu desenvolvimento capitalista, o progresso técnico não tem sido instrumento da redução, senão da monopolização de crédito, produção e mercado, da concentração de renda e da amplificação das desigualdades econômico-sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Netto, Delfim. "Políticas Geradoras do Desenvolvimento", in Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, FGV, dez 1993.

Furtado, Celso. *Brasil: A Construção Interrompida*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990.



**UFPE EDITORA
UNIVERSITÁRIA**